



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS I**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**THAÍS SAMARA DE CASTRO BEZERRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO EM  
CAMPINA GRANDE**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2013**

**THAÍS SAMARA DE CASTRO BEZERRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO EM  
CAMPINA GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de mestre.

Orientador: Lemuel Dourado Guerra

CAMPINA GRANDE-PB

2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

B574p

Bezerra, Thaís Samara de Castro Bezerra.

Políticas públicas de cultura e desenvolvimento em Campina Grande. [manuscrito] / Thaís Samara de Castro Bezerra. – 2013.

175 f.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2013.

“Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra, Universidade Estadual da Paraíba.”

1. Política Cultural. 2. Desenvolvimento. 3. Campina Grande. I. Título.

21. ed. CDD 306.4



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB  
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PPGDR

ATA DA 34ª SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos 28 do mês de junho de dois mil e treze, às 09:00 horas, no "espaço azul" da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba, foi instalada a Banca Examinadora responsável pela avaliação da dissertação de mestrado "Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento em Campina Grande", Apresentado pela mestranda **Thais Samara de Castro Bezerra**, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Turismo, Cultura e Desenvolvimento Regional. A Banca Examinadora foi presidida pelo Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra (Orientador), Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa (Examinador Interno) e pelo Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de León (Examinador Externo - UFPB).

A sessão teve duração de 1:00 horas e 30 minutos e a Banca emitiu o seguinte parecer:

*Sem observações específicas*

A candidata recebeu o Conceito APROVADA

Banca Examinadora:

*[Assinatura]*  
 Dr. Lemuel Dourado Guerra  
 Presidente da banca

*[Assinatura]*  
 Dr. José Luciano Albino Barbosa  
 Membro da banca

*[Assinatura]*  
 Dr. Adriano Azevedo Gomes de León  
 Membro da banca

*[Assinatura]*  
**Thais Samara de Castro Bezerra**  
 Mestranda

*[Assinatura]*  
 Lincoln de Souza Quinho  
 Secretário

## DEDICATÓRIA

Aos meus amigos, familiares e a todos aqueles  
que vivem de e para a cultura.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que, sem dúvida alguma, foi a minha maior fonte de forças durante o período do mestrado. A Ele, meu eterno agradecimento.

A minha mãe Gláucia (*in memoriam*) que, embora fisicamente ausente, estava (e está) presente em minhas decisões, bem como em cada levantar desanimado meu, fazendo com que eu me reerguesse e fizesse o que tinha de ser feito: estudar. A esse amor que continua a educar, ultrapassando qualquer limite, meu agradecimento incomensurável.

Ao meu pai José Carlos e sua esposa Socorro pelos incentivos constantes. Aos meus padrinhos, Rogério e Sandra (madrinha, mãe e amiga), pelo amor, apoio e exemplo de sempre. E os meus avós: Maria Henrique Bezerra e Otaviano Epifânio Bezerra, por me acolherem em sua casa com tanto amor, sem exigir nada em troca.

A todos os meus familiares, em especial minha tia Lena, que tanto se preocupava com minha saúde para que eu seguisse com os estudos. E a todos os amigos, pela compreensão por minha ausência nas reuniões e festas, bem como pelo apoio e carinho. Em especial: Glauce, Aline, Débora, Welly, Rodrigo, Mário, Janaína, Marta, Cristiane, Sheila, Adailton e Monalisa. A todos os colegas de classe pela amizade, apoio e pelos ricos debates. Especialmente a Adeísa, Pedro, Erika, Léo, Helayne e Mari.

A todos os professores do programa, em especial ao professor Roberto Motta, pelas suas abordagens filosóficas que tanto surpreendiam e ampliavam os meus conhecimentos. Ao meu querido orientador Lemuel Dourado Guerra, pelo seu estímulo constante, por acreditar que eu seria capaz de cumprir essa missão e por ter se tornado um exemplo de pessoa e de profissional para mim. Sem sombra de dúvida, uma das pessoas mais marcantes na minha vida.

A todos aqueles que contribuíram com a minha pesquisa, fornecendo dados, documentos e entrevistas, como artistas e ativistas culturais de Campina Grande. E a todo o corpo da UEPB e órgãos públicos que me serviram quando necessário. A todos, meu sincero agradecimento.

Daí que uma política cultural que se limita a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça. (...) A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural. (FURTADO, 1984, p.32).

## RESUMO

Além de ser a identidade de um povo, a cultura vem ampliando essa sua função para outras dimensões, sendo também colocada como instrumento básico para o desenvolvimento e fazendo parte, cada vez mais, de uma nova economia, que trabalha com algo intangível e que, por isso mesmo, não permite ser a cultura transformada em produto qualquer. Assim, buscando abordar a questão da relação entre cultura e desenvolvimento, esta pesquisa teve como objetivos analisar, em nível dos discursos, como as políticas culturais se inserem nos planos de desenvolvimento da cidade de Campina Grande no período de 2000 a 2011, além de comparar as concepções de gestores e atores culturais sobre esta relação. A base teórica está apoiada no seguinte tripé: abordagens da relação entre cultura e desenvolvimento; *política cultural* e a *economia da cultura*. Esse tripé leva em consideração a focalização de um cenário marcado por fatores tais como a formação de consumos culturais de massa, a evolução do interesse global dos Estados e das coletividades públicas pelo setor cultural como um fenômeno de massa tanto sociológico quanto econômico e a transformação das economias modernas fundadas na inovação. A metodologia incluiu a abordagem teórico-metodológica da *policy analysis* ou *análise de políticas públicas* e a *análise de conteúdo*. Os procedimentos metodológicos foram: análise de documentos em que as políticas culturais se encontram formuladas bem como as políticas de desenvolvimento de Campina Grande; a realização de uma série de entrevistas semi-estruturadas com gestores responsáveis pela formulação de políticas culturais públicas no período indicado e com uma amostra não aleatória de artistas da cidade, estratificada por setor de atividade artística.

**PALAVRAS-CHAVE:** política cultural; desenvolvimento, Campina Grande.

## ABSTRACT

Besides being the identity of a people, the culture has expanding this function to other dimensions, being also seen as a basic tool for the development, and is included, increasingly, in a new economy which works with an intangible resource, and, therefore, does not allow the transformation of culture as a product as any other. So, seeking to approach the issue of the relationship between culture and development, this research has as its main objective analyzing, at the level of discourse, how cultural policies are included in the development plans of the city of Campina Grande in the period from 2000 to 2011, and as well to compare the conceptions do managers and cultural actors have about this relationship. Our theoretical basis consist of approaches to the relationship between culture and development, cultural public policies and the economy of culture. This tripod theoretical perspective takes into account the focus on a scenario marked by factors such as the formation of mass cultural consumption, the evolution of the global interest of States and communities by public cultural sector as a mass phenomenon as both sociological and economic and the transformation of modern economies founded on innovation. The methodology was guided by theoretical and methodological approach of "Policy Analysis" or public policy analysis and Content Analysis. The methodological procedures were the following: analysis of documents in which are formulated cultural development policies of Campina Grande and a series of semi-structured interviews with managers responsible for formulation of public cultural policies in the period indicated and with a nonrandom sample of artists of the city, stratified by sector of artistic activity.

**Key-words:** cultural policy, development, Campina Grande.

## **LISTA DE QUADROS**

- QUADRO 1: Evolução histórico-institucional dos órgãos públicos da cultura | **176**
- QUADRO 2: Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura | **58**
- QUADRO 3: Propostas do Plano de Debate sobre Política Cultural | **90**
- QUADRO 4: Destaques das propostas do plano de governo de 2004-2012 | **91**
- QUADRO 5: Destaques dos conteúdos dos projetos dos artistas | **92**
- QUADRO 6: Destaques dos conteúdos dos projetos do poder público | **93**
- QUADRO 7: Conteúdos das propostas do Fórum de Permanente de Cultura | **96**
- QUADRO 8: Comparação entre leis orçamentárias para cultura e município | **98**
- QUADRO 9: Distribuição de atividades culturais entre órgãos públicos  
municipais na Lei Orçamentária 2007 | **99**
- QUADRO 10: Concepção de cultura dos artistas | **104**
- QUADRO 11: Profissão de artista | **105**
- QUADRO 12: Outras profissões | **106**
- QUADRO 13: Dificuldades na profissão de artista | **108**
- QUADRO 14: Situação de demanda | **112**
- QUADRO 15: Investimento em cultura | **114**
- QUADRO 16: Cultura no processo de desenvolvimento em CG | **120**
- QUADRO 17: Política cultural e desenvolvimento | **124**
- QUADRO 18: Concepção de cultura | **129**
- QUADRO 19: Concepções de política cultural | **132**
- QUADRO 20: Objetivos da política cultural de CG | **133**
- QUADRO 21: Dificuldades na política cultural | **138**
- QUADRO 22: Participação do setor privado na cultura | **142**
- QUADRO 23: Reflexos das dinâmicas da esfera política | **145**
- QUADRO 24: Relações entre demanda e produção cultural em CG | **150**
- QUADRO 25: Participação da cultura na economia de Campina Grande | **153**
- QUADRO 26: Influência da cultura no desenvolvimento | **158**
- QUADRO 27: Participação da cultura no desenvolvimento de CG | **160**

**LISTA DE SIGLAS**

<b>AMDE</b>	Agência Municipal de Desenvolvimento de Campina Grande
<b>ANCINE</b>	Agência Nacional do Cinema
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BNDES</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Cultura
<b>CG</b>	Campina Grande
<b>CNC</b>	Conselho Nacional de Cultura
<b>CNPC</b>	Conselho Nacional de Política Cultural
<b>FCRB</b>	Fundação Casa de Rui Barbosa
<b>FIC</b>	Fundo de Incentivo a Cultura Augusto dos Anjos
<b>FNC</b>	Fundo Nacional de Cultura
<b>FUMIC</b>	Fundo Municipal de Cultura de Campina Grande
<b>FUNARTE</b>	Fundação Nacional das Artes
<b>FUNJOPE</b>	Fundação Cultural de João Pessoa
<b>GIFE</b>	Grupo de Institutos Fundações e Empresas
<b>IBAC</b>	Instituto Brasileiro de Arte e Cultura
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBPC</b>	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
<b>IDECULT</b>	Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação

<b>MINC</b>	Ministério da Cultura
<b>MUNIC-IBGE</b>	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
<b>OBEC</b>	Observatório Brasileiro da Economia Criativa
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OSS</b>	Organizações Sociais
<b>OSCIPS</b>	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNC</b>	Plano Nacional de Cultura
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PRODEC</b>	Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura
<b>SECULT-CG</b>	Secretaria de Cultura de Campina Grande
<b>SECULT-PB</b>	Secretaria Estadual de Cultura da Paraíba
<b>SNC</b>	Sistema Nacional de Cultura
<b>SUDENE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>UEPB</b>	Universidade Estadual da Paraíba
<b>UNCTAD</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE DOCUMENTOS

- Carta Cultural de Campina Grande
- Convênios entre a prefeitura de Campina Grande e outros órgãos públicos 2000 a 2011
- Documento preparatório para projeto de criação da Secretaria Municipal de Cultura de Campina Grande
- Documento do Fundo Municipal de Incentivo a Cultura de Campina Grande
- Lei Orgânica do Município de Campina Grande
- Leis Orçamentárias de Campina Grande 2007-2011
- Perfil Sócio-Econômico de Campina Grande-2005
- Perfil Sócio-Econômico da Paraíba – 2010
- Plano de governo do PMDB – 2005-2012
- Plano Plurianual de Campina Grande 2006-2009
- Plano Plurianual de Campina Grande 2010-2013
- Projetos culturais de artistas e do poder público de 2000 a 2011
- Documentos do Fórum Permanente de Cultura
- Documentos da Conferência Intermunicipal de Cultura
- Documentos da FUNCESP
- Plano Diretor – 2006 de Campina Grande
- Projetos da AMDE

## **SUMÁRIO**

### **INTRODUÇÃO | 14**

### **CAPÍTULO I**

#### **POLÍTICA PÚBLICA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO: arcabouço teórico**

##### **1. Política pública e cultura**

1.1 Política pública: uma reflexão sobre o que é | **23**

1.2 Cultura: algumas noções | **27**

1.3 Cultura como objeto de política pública | **29**

##### **2. Políticas culturais**

2.1 Em busca de conceitos | **31**

2.2 Em busca de objetivos | **35**

2.3 Em busca das dimensões da cultura | **38**

2.4 Em busca de uma composição | **41**

##### **3. Cultura e desenvolvimento**

3.1 Desenvolvimento: aspectos históricos e abordagens gerais | **43**

3.2 Cultura e desenvolvimento: perspectivas sobre a relação | **46**

##### **4. A economia da cultura: um instrumento teórico-metodológico**

4.1 O que é e o que não é | **51**

4.2 Algumas iniciativas | **52**

4.3 Indicadores: um procedimento metodológico necessário | **54**

### **CAPÍTULO II**

#### **POLÍTICAS CULTURAIS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: Mundo, Brasil e Paraíba**

- 1. Panorama histórico-institucional**
  - 1.1 Mundo, Brasil, Paraíba e Campina Grande | 60**
  
- 2. Cultura: uma estratégia para o desenvolvimento**
  - 2.1 No mundo | 63**
  - 2.2 No Brasil | 68**
  - 2.3 Na Paraíba | 72**

### **CAPÍTULO III**

#### **A CULTURA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINA GRANDE**

- 1. Campina Grande: desenvolvimento e vocação artística | 74**
- 2. Análises documentais**
  - 2.1 Leis, Decretos, Requerimentos | 77**
  - 2.2 Planos diversos | 81**
  - 2.3 Projetos de artistas e do poder público | 92**

### **CAPÍTULO IV**

#### **A PERCEPÇÃO DO PAPEL DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO DE CAMPINA GRANDE**

- 1. Análise de conteúdo: procedimento metodológico para análise das entrevistas | 101**
- 2. Entrevistas: a percepção dos artistas | 102**
- 3. Entrevistas: a percepção de representantes do poder público | 128**

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS | 166**

#### **REFERÊNCIAS | 168**

#### **APÊNDICE | 176**

## INTRODUÇÃO

De modo mais enfático e mais claro, a cultura começa a ser discutida como fator para o desenvolvimento socioeconômico. Diversos são os eventos mundiais que têm contribuído para essa discussão, tentando colocar a cultura em interface com as políticas públicas de várias áreas, como motor para o crescimento econômico e como um importante investimento na formação social do homem. A discussão avança para a compreensão de que o investimento em cultura, além de gerar lucro, contribui para a consolidação da identidade nacional, para a promoção da diversidade cultural e para a ampliação do acesso à mesma.

Apesar das muitas discussões, no Brasil, por exemplo, o orçamento do Ministério da Cultura tem sido o menor de todos os ministérios nos últimos dez anos<sup>1</sup>. Isso se deve ao fato, também, de que pesquisas sobre o impacto da cultura na economia ou no desenvolvimento do país ainda são escassas, não conseguindo abarcar a complexidade que é o setor cultural e apresentar seu potencial em números, o que poderia justificar mais investimento.

A tendência mais comum é a de que a cultura, enquanto fator de desenvolvimento, seja vista primeiramente pela ótica da economia, mas seus benefícios simbólico-subjetivos para os diversos indivíduos e grupos humanos devem também ser afirmados, tais como o aumento da autoestima e da capacidade intelectual e de mobilização coletiva. De qualquer modo, esses benefícios são vistos como consequências da capacidade e potencialidade econômica da cultura. Daí algumas críticas afirmarem que a cultura passa a ser definida enquanto *um produto a mais no mercado*.

Diversas são as potencialidades da cultura, dentre as quais a capacidade que ela tem de dinamizar a economia e contribuir para um desenvolvimento sustentável e humano, representando no planejamento

---

<sup>1</sup> Em toda a história do Ministério da Cultura, o maior orçamento foi o do ano de 2010 – R\$ 2,2 bilhões.

urbano uma variável de peso quando se pensa a qualidade da vida nas cidades, a geração de emprego e renda e as conexões com o fluxo turístico.

Assim, a problemática aqui apresentada se filia à discussão a respeito da cultura enquanto fator de promoção do desenvolvimento, mais especificamente em termos de sua inserção nas políticas públicas de desenvolvimento urbano.

Em termos gerais pretendemos pensar a relação mais ampla entre políticas públicas de desenvolvimento urbano e de produção-circulação da cultura, tendo como objeto empírico o cenário de Campina Grande.

Os dados econômicos indicam que a economia da cidade fica “aquecida” no período junino, no qual ocorre a sua maior festa tradicional, o *Maior São João do Mundo* (citar pelo menos uma fonte acadêmica que dê sustentação a essa ideia). As músicas, as danças, culinária e os símbolos juninos intensificam a atividade econômica local. Há todo um investimento público na integração da cultura e das atividades econômicas demandadas pela realização dos festejos juninos, dando momentaneamente a impressão de que a cultura está solidamente incluída enquanto elemento do planejamento do desenvolvimento urbano municipal.

O que normalmente se alega no meio artístico e entre aqueles que discutem a relação entre planejamento do desenvolvimento urbano e a formulação de políticas públicas para a Cultura é que a integração entre essas duas variáveis parece ficar muito restrita ao período citado.

O despertar do meu interesse por essa problemática teve origem no ano de 2009, quando participei de um projeto de extensão, na UEPB, que tinha como objetivo central a identificação dos equipamentos culturais públicos de Campina Grande, colocando em questão a distribuição dos mesmos e as impressões e experiências da população em relação a eles. No ano seguinte, em 2010, com a intenção de aprofundar na problemática, o projeto de extensão transformou-se em projeto de pesquisa para a monografia de conclusão da graduação, tendo como foco o diagnóstico dos equipamentos culturais de Campina Grande.

A motivação para pesquisar sobre essa problemática desde o projeto de extensão foi a percepção e a sensibilização pelo fato de que há muito tempo cidadãos campinenses vinham reclamando das poucas opções de espaços culturais na cidade de Campina Grande, mais que isso, de que as atividades culturais estavam limitadas a certos grupos privilegiados, além de tantas outras carências na área.

Nesta pesquisa de dissertação, é nossa proposta analisar a relação entre políticas públicas na área da cultura e do desenvolvimento urbano, tomando como objeto empírico o espaço urbano de Campina Grande-PB. Temos a pretensão de dialogar com abordagens, teorias e conceitos considerados recentes e ainda em processo de consolidação, como os de *política cultural* e de *economia da cultura*. Sendo assim, a pesquisa assume um caráter exploratório, localizando-se em um campo científico nacional ainda incipiente. Também é relevante essa pesquisa em termos sociais, na medida em que ela poderá servir à sociedade campinense em geral enquanto elemento disponível a eventuais consultas para a discussão e formulação de políticas de desenvolvimento urbano que levem em consideração as políticas públicas na área da cultura.

Tendo como foco central as concepções da relação entre políticas culturais públicas no contexto do planejamento do desenvolvimento urbano, nossa questão central é a seguinte: *como ocorre a inserção das políticas públicas na área da cultura no planejamento do desenvolvimento, de Campina Grande, ao longo do período de 2000 a 2011, no âmbito dos discursos e intenções políticas?* A partir dessa questão central, temos uma questão específica: *quais são as concepções de gestores e atores culturais sobre a relação entre políticas culturais públicas e desenvolvimento em Campina Grande?*

Assim, temos por objetivo geral analisar os modos como as políticas culturais públicas são inseridas no planejamento do desenvolvimento urbano de Campina Grande, bem como os fatores que determinam, influenciam ou justificam o tipo de inserção historicamente observado. Nossos objetivos específicos são os seguintes: (1) descrever e comparar as concepções de

gestores culturais sobre a relação entre política cultural e desenvolvimento em Campina Grande referidos no período citado; (2) descrever e comparar as concepções de atores culturais sobre a relação entre política cultural e desenvolvimento em Campina Grande referidos no período citado.

Com estes objetivos traçados, a pesquisa focalizará três gestões políticas municipais: parte da segunda gestão do ex-prefeito Cássio Rodrigues da Cunha Lima (2000-2002), uma gestão da ex-prefeita Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros (2002-2004) e as duas gestões do atual prefeito Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto (2004-2012).

Quanto à metodologia, a pesquisa está sendo guiada pela abordagem teórico-metodológica da *policy analysis* ou *análise de políticas públicas*. A menção à *policy analysis*, um método próprio das políticas públicas, torna-se fundamental para estruturar pesquisas que pretendem realizar estudos de caso na área das políticas públicas, como é o caso da presente pesquisa. Essa abordagem apresenta alguns conceitos, como 'policy', 'politics' e 'polity', 'policy network', 'policy arena' e 'policy cycle', conceitos importantes para o contexto em que a pesquisa está circunscrita. Apesar de serem diferenciadas, essas categorias ou conceitos, na realidade política, devem ser analisados como interdependentes ou entrelaçados, como orienta Frey (2000, p.217).

Quanto aos procedimentos metodológicos, propomos (1) uma análise dos documentos em que se encontram formuladas as políticas de desenvolvimento urbano na cidade de Campina Grande, no período de 2000 a 2011, neles focalizando as linhas do pensamento dos gestores públicos sobre o papel que a economia da cultura tem na moldagem da gestão pública do desenvolvimento da cidade; (2) a realização de uma série de entrevistas semi-estruturadas com gestores responsáveis pelo planejamento do desenvolvimento urbano e pela formulação de políticas culturais públicas no período indicado e com uma amostra não aleatória de artistas da cidade, estratificada por setor de atividade artística, e composta com base na representatividade no estrato considerado, os quais, ao longo do período analisado, tenham participado das políticas públicas para a cultura no período

citado, como atores passivos (recebendo as conseqüências das políticas) e como atores ativos (agindo de acordo ou não com as políticas).

Tendo em vista que a pesquisa se norteia pelo pressuposto de que a cultura também é vista como um fator contribuinte para a promoção do desenvolvimento, acredita-se que o seguinte tripé teórico dá conta de abarcar a problemática em questão: o debate teórico sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, a discussão sobre políticas públicas em geral (mais especificamente em referência ao que se refere às políticas culturais públicas); e a teoria da economia da cultura.

As discussões sobre políticas culturais públicas, bem como a teoria da Economia da Cultura, serão feitas no sentido de dar sustentação a nossa reflexão sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, focalizada num cenário marcado por fatores tais como a formação de consumos culturais de massa, a evolução do interesse global dos Estados e das coletividades públicas pelo setor cultural como um fenômeno de massa tanto sociológico quanto econômico e a transformação das economias modernas fundadas na inovação (TOLLILA, 2007, p. 71-72). O discurso mais geral que justifica a cultura enquanto fator de desenvolvimento é o de que, ao intervir no espaço urbano (ou qualquer outro espaço), a cultura proporciona um diferencial para determinada cidade, já que atua com programas de revitalização, de investimento social e humano, entre outros, contribuindo para a atração de investimentos diversos, geração de emprego e receita, dentre outros.

A pesquisa focaliza a ação do poder público, em sua responsabilidade de formulador e implementador de políticas de desenvolvimento urbano e dentro deste de políticas culturais públicas. As definições apresentadas sobre políticas públicas ao longo da pesquisa retratam a ação do governo, o que por sua vez implica em uma discussão multidisciplinar que abarque a política, a economia e a sociologia.

Por ser recente, *política cultural* é um conceito que ainda está em processo de formulação teórica, sendo ainda poucas as tentativas de teorização das políticas culturais públicas no Brasil. A maioria dos estudos

concentra-se em casos empíricos. Mas é possível identificar alguns elementos predominantes nos conceitos, como a expressão da área de atuação e dos agentes envolvidos na política.

Alguns autores que estudam políticas culturais não se preocupam tanto em conceituá-las, mas sim em oferecer uma espécie de orientação de como este tipo de política *deveria ser* (FEIJÓ, 1983). Outros, preocupados com os objetivos da política cultural, como Miller e Yúdice (2004, p.11), definem esse tipo de política como algo concentrado mais no campo burocrático, esquecendo ou dando pouca relevância à sua inerente dimensão criativa.

Warnier (2003, p.97-98) afirma que as políticas culturais se baseiam em três constatações: a primeira, a de que as indústrias culturais são um ramo importante na economia (geram empregos); a segunda, a de que o setor das indústrias da cultura inclui a mídia (promoção das ideias, propaganda política e divulgação de informações passam pela mídia); e a terceira constatação é que a transmissão das tradições culturais se apoia no patrimônio herdado do passado, e para conservar a sua identidade, os grupos e as nações devem cultivar e renovar seu patrimônio.

Por alcançar as dimensões concreta, estrutural e funcional, ainda que em processo de construção e consolidação, o estudo das concepções de política cultural pública exige recorrer a outras abordagens que fazem parte do seu universo na prática. E para dar suporte à essa discussão, a abordagem teórica da economia da cultura torna-se necessária. E, desde já, é importante deixar claro que economia da cultura contém as políticas culturais públicas, não significando a defesa de que a cultura se curve à economia ou ao mercado, como alerta Reis (2009, p. 25): “Ao contrário, a economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas (...) em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento”.

A utilização da teoria da economia da cultura oferece suportes metodológicos, sendo o conceito de participação social na formulação das políticas públicas na área da cultura um dos mais importantes, já que é a qualidade do envolvimento dos atores sociais que definirá em que medida os

objetivos e a implementação daquelas atende às necessidades dos diversos setores da sociedade. A economia da cultura é o instrumento da política pública para planejar, produzir e distribuir a cultura. (REIS, 2007, p.6). Assim, as políticas culturais públicas estão contidas na Economia da Cultura.

Prevendo a apresentação da discussão teórica e a abordagem empírica, nossa dissertação está estruturada em 4 capítulos: (1) Enfoque teórico da política cultural, economia da cultura e da relação entre cultura e desenvolvimento; (2) políticas culturais públicas no mundo, no Brasil e na Paraíba; (3) a presença do setor cultural nos documentos públicos de Campina Grande; (4) as políticas culturais públicas e sua inserção no planejamento do desenvolvimento urbano: concepções e discursos dos atores envolvidos. A preocupação do primeiro capítulo está em realizar um diálogo entre os conceitos citados e suas relações com a questão do desenvolvimento.

O segundo capítulo faz uma apresentação de uma série de ações a nível mundial, nacional e Paraíba, ações desde documentos, cartas, recomendações, até práticas em que a cultura é tida como instrumento básico para o desenvolvimento. E o terceiro capítulo trata dos documentos relativos às políticas de desenvolvimento urbano e o eventual espaço das políticas culturais públicas formuladas e implantadas em Campina Grande-PB no período já citado.

O quarto capítulo trata das concepções da relação entre políticas culturais públicas e o desenvolvimento urbano, podendo inclusive fornecer insights explicativos da análise dos documentos apresentadas no capítulo anterior. Faremos uma análise das falas dos atores sociais envolvidos nos processos de formulação e implementação das políticas de desenvolvimento e de cultura (institucionais - secretários de desenvolvimento, de educação, gestores; e não institucionais - os artistas e produtores culturais). Um foco importante é dado à formulação da política cultural pela Secretaria de Cultura, tendo em vista que sua criação é muito recente, no ano de 2011. A partir disso, o capítulo identifica e compara as idéias diversas sobre a relação entre política cultural e desenvolvimento e como ela se insere em seu planejamento.

## **CAPÍTULO I**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO: PONTOS E CONTRAPONTO**

#### **1. Política pública e Cultura**

##### **1.1 Política pública: uma reflexão sobre o que é**

Essa primeira parte teórica da pesquisa pode ser considerada como um conjunto de ferramentas conceituais que darão suporte básico para a compreensão da pesquisa em seu todo. Aqui serão apresentadas noções sobre política, políticas públicas, Estado e suas interrelações, constituindo-se assim, como um cenário em que as políticas culturais e de desenvolvimento estão inseridas. Desde já, é importante observar que ao se falar em política pública, duas noções estão imbricadas: a noção de Estado e a noção de ação do Estado. Ou seja, política pública refere-se ao Estado em ação.

Diversas são as noções sobre o que é política, e essa diversidade de definições tem suas razões nas transformações pelas quais as sociedades passam em relação a novos problemas, novas complexidades e conjunturas de diversas ordens (cultural, econômica, ambiental, etc.) e como os indivíduos agem nelas e diante delas, além do fato de que indivíduos de sociedade diferentes farão interpretações diferentes acerca das mudanças sociais. Existe todo um discurso filosófico em torno do que é política, do ser político, entre outros termos afins. Hannah Arendt, ao afirmar que “a política se baseia na pluralidade dos homens [...] trata da convivência entre diferentes” (2002, p.7), mostra essa característica da diversidade que, havendo tantos homens diferentes, haverá tantas políticas diferentes também.

Nesta pesquisa, daremos enfoque especial ao conhecimento que trata da política enquanto prática social concreta, o que não quer dizer que o argumento filosófico esteja à parte disso. Apenas o enfoque serve como instrumento didático para melhor compreensão do objeto de estudo em questão. Assim, desde já, a partir de um trabalho de Celina Souza (2006, p.24), apresentamos três definições para política pública de autores já bastante

conhecidos: Lynn (1980) define políticas públicas “como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”; Dye (1984) define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”; e Laswell afirma que “análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Já Pierre Muller *apud* BONNAL *et al* (2011, p.48) faz uma comparação entre as concepções de políticas públicas norte-americana e europeia: a concepção norte-americana (criada em 1950) se insere no conceito de *government*, concepção que focaliza a ação pragmática do governo, a política pública é entendida como um programa com metas, valores e práticas; já a concepção europeia considera o Estado como uma instituição que transcende a sociedade e domina os atores da sociedade civil e do setor privado, prevalece o caráter legal do poder do Estado, como ressalta Thoenig (*idem*, 2011, p.48).

Enrique Saraiva, ao fazer uma introdução à teoria das políticas públicas, nos mostra que várias perspectivas deram as suas contribuições para a teoria ao longo do tempo, tais como a filosófica, jurídica, administrativa, antropológica, entre outras, até que o autor chega a uma definição contemporânea para *políticas públicas*, em que a expressão “decisões” é predominante, estando submetida a diversas influências:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. (SARAIVA, 2006, p.28)

A questão da decisão no processo de políticas públicas torna-se um ponto crucial à medida que sofre influências dos atores das decisões e influencia outros processos, atividades e mesmo outras decisões. É aqui que entra em cena a *policy networks*: “interações das diferentes instituições e grupos tanto do executivo, do legislativo como da sociedade na gênese e na

implementação de uma determinada policy” (HECLO *apud* FREY, 2000, p.221). Frey destaca o fato de que em democracias mais consolidadas, os membros da *policy networks* costumam rivalizar-se, mas acabam criando laços internos de solidariedade, possibilitando-os defenderem-se contra outros *policy networks* tidos como concorrentes (2000, p.222).

Cris Shore e Susan Wright *apud* Coimbra (2010, p.23), ao discutirem política enquanto um campo de estudo da antropologia, questionam como uma política se torna instrumento de “governo”, discutindo as metáforas e símbolos pelos quais ela é legitimada, argumentam que as políticas têm como objetivo central classificar os indivíduos, categorizando-os como “cidadãos”, “profissionais”, “criminosos”, “cultos”, “civilizados”, “educados”, e assim por diante. Os autores também afirmam que através da linguagem pode-se compreender a política, já que ela fornece toda uma arquitetura das relações de poder (*idem*, p.26). Na ótica dos autores citados encontramos uma característica típica de quem detém o poder: controlar. Assim, as políticas servem também para controlar a sociedade: classificar, agrupar e modelar grupos sociais. A intensidade dessas ações varia em cada realidade.

Quando se fala em política pública não está se falando apenas de uma ação de “cima” para “baixo”, em que só o Estado determina. Outros atores fazem parte dessa construção. Mas cabe ao Estado administrar tais políticas, tendo a consciência de que outros atores podem mudar os rumos dessas políticas também. Simis e Calabre ressaltam essa ideia:

É verdade que a expressão *política pública* possui diversas conotações, mas aqui genericamente significa que se trata da escolha de diretrizes gerais que têm uma ação e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão”. (SIMIS, 2007, p.133)

Ao definirmos, sinteticamente, políticas públicas, podemos dizer que são decisões ordenadoras da ação do Estado sobre uma determinada área, normatizando procedimentos, envolvendo diferentes agentes em todo seu processo de elaboração e implementação, inclusive da sociedade civil, com alocação de recursos financeiros e humanos. (CALABRE, 2009, p.263)

Teixeira (2002, p.2), ao definir políticas públicas, apresenta duas características: a primeira, a utilização de recursos públicos; a segunda, a “não-ação”, as omissões, como formas de manifestações políticas, resultantes das opções e orientações dos que ocupam cargos. Gilles Massardier *apud* Bonnal *et al* (2011, p.49) coloca a questão dos recursos públicos como um dos elementos para identificar uma política como sendo *pública*; os outros elementos são: práticas de intervenção dentro de um setor da sociedade ou de um setor econômico, ou mesmo um projeto; dispositivos oriundos de uma construção social coletiva e complexa por atores diversificados (indivíduos, empresas, associações) ou grupos de atores (movimentos sociais) ou ainda a pressão das organizações internacionais.

Quanto ao processo de formulação, implementação e execução das políticas públicas, este ganha o termo de *policy cycle*: “um modelo heurístico bastante interessante para a análise da vida de uma política pública” (FREY, 2000, p.226). Esse modelo é de grande importância tanto para os atores de uma política quanto para os pesquisadores da mesma, como bem aproveitado nessa pesquisa. Ainda segundo o Frey, o modelo envolve as seguintes etapas: percepção e definição de problemas; ‘agenda-setting’; elaboração de programas e decisão; implementação de políticas; avaliação de políticas e a eventual correção da ação (*idem*, p.226).

Para Jorge Abrahão de Castro, pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o ciclo da política está dividido em: agenda; elaboração; formulação; implementação; execução; acompanhamento; e avaliação. Aqui, nota-se que a fase da ‘agenda’ vem em primeiro lugar; diferente de Frey, que coloca a fase de “percepção e definição de problemas”, e que corresponde à questão de como determinado tema ou problema, dentre tantos outros, passa a merecer tratamento político, passando então, a gerar um *policy cycle* (FREY, 2000, p.227).

Muito se tem discutido sobre a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, isso como um resultado de uma visão mais democrática da política. Em paralelo a essa discussão, tem-se a ideia de uma política pública voltada ou centrada no ‘indivíduo’, este devendo ser o elemento

principal a ser beneficiado pela política pública. Para tanto, é necessário conhecer bem a realidade dos indivíduos: “Fundamentar o conhecimento na realidade concreta, ou seja, nas circunstâncias que as pessoas vivem cotidianamente, centrando a atenção na "pessoa" e suas experiências de vida, permite maior eficiência de atuação”. (SAWAYA, 2006).

## **1.2 Cultura: algumas noções**

Seria inviável apresentar todas as noções sobre cultura nesta pesquisa, pois é demasiadamente extensa. Mas é possível apresentar elementos comuns a muitas delas. Segundo Gilson Santos (2006), os atuais conceitos para o termo cultura estão apoiados sobre três pilares: a ideia de totalidade (ou homogeneidade), onde apesar da diversidade cultural de determinada sociedade, algum elemento será comum à maioria das manifestações dessa diversidade; a ideia de naturalidade, onde o homem é a origem e o objeto exclusivos da cultura; e a ideia de neutralidade, onde não existe “certo” ou “errado” em determinada cultura, onde uma cultura não é superior à outra, onde tudo é relativo.

Acrescentando ricamente a esses elementos, o pensamento de Geertz (1978) mostra como esses elementos estão envolvidos por um caráter político e social. Ou seja, é um pensamento que está intimamente ligado à atualidade, em que a noção de cultura, antes muito concentrada em questões como identidade de um povo e valorização de símbolos, se amplia para uma função a mais, em que ela é uma força política e social, e que a tomada dessa consciência pode mudar o rumo de muitas coisas em determinadas sociedades:

[...] quero propor duas idéias. A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como um complexo de padrões concretos de comportamento - costumes, usos, tradições, feixes de hábitos - como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle - planos, receitas, regras, instruções ( o que os engenheiros de computação chamam “programas”) - para governar o

comportamento. A segunda idéia é que o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento (GEERTZ, 1978, p.56).

E, fazendo uma ponte com o pensamento sobre cultura de Michel de Certeau, para o qual a cultura é plural e diversa, articula conflitos, legitima, controla ou desloca a razão do mais forte (2008, p.44), a noção de cultura passa a ser um fator de equilíbrio para decisões de um povo, à medida que por ela são incorporadas e transmitidas padrões de significados, pensamentos e práticas. Assim compreendida, a cultura novamente não fica restrita à identidade e tradições, mas sim, a um motor o qual os homens concretizam e moldam suas experiências.

Na perspectiva de Milton Santos, o termo cultura consegue expressar as seguintes dimensões básicas: liberdade (por isso mesmo original), coletividade e autonomia. Liberdade enquanto está livre de domínios, quer sejam políticos ou econômicos, por exemplo. Coletividade enquanto é construída a partir da integração social, unindo elementos do passado, presente e aspirações para o futuro. E autonomia, através da genuinidade como uma forma de se defender contra ameaças de deformações. A ideia que Milton Santos tem sobre a cultura é de uma força ou instrumento de força que a sociedade tem em suas mãos. E, atualmente, esse tipo de ideia passa a ser mais reconhecida pela grande maioria:

O conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delenimento do futuro desejado. Por isso mesmo tem de ser genuína, isto é, resultar das relações profundas dos homens com o seu meio, sendo por isso o grande cimento que defende as sociedades locais, regionais e nacionais contra as ameaças de deformação ou dissolução de que podem ser vítimas (2002, p.65).

Em termos práticos e didáticos, compreendendo os limites desta pesquisa, a cultura estará mais sob o foco das manifestações artísticas, que se constitui como uma das dimensões que a cultura pode assumir. No entanto, quero ressaltar que outros elementos estão por trás de todas essas práticas artísticas, como: filosofia, gêneros de vida, ideologia, crenças, valores morais e éticos, comportamentos, costumes, o sentido das tradições, os modos de produção e até mesmo posicionamento políticos:

A terceira, e última, interpretação é a cultura como sinônimo de arte. A atividade artística se coloca como 'dona' da cultura. (Rocha) e promove o marketing cultural, que na verdade é o patrocínio das artes e não do estudo das redes de significados – fomento científico. A estética e o entretenimento viram os maiores representantes do que é a cultura – peças de teatro, filmes, exposições, pinturas, entre outros. Esta é a noção mais difundida pela mídia, que coloca “Cadernos de Cultura” nos jornais para falar apenas de arte por exemplo (SCHEINER, 2004).

As expressões artísticas são representações de todo esse complexo de pensamentos e modos de vida das sociedades. E é unindo a noção de cultura proposta por Geertz, Michel de Certeau e Milton Santos, e o reconhecimento das expressões artísticas enquanto fato carregado de significados políticos, sociais e culturais, que esta pesquisa propõe a se desenvolver ao longo das análises apresentadas, acreditando que a integração de tais noções é uma ferramenta básica para a compreensão das novas relações entre cultura e desenvolvimento.

### **1.3 A cultura como objeto de política pública**

Para nossa análise é fundamental pensar como a cultura passou a ser objeto de políticas públicas, como a cultura passou a fazer parte de planos e estratégias de desenvolvimento urbano.

Fazendo uma breve pontuação histórica, Feijó (1983, p.11) nos mostra que na antiga Grécia a cultura (representada especificamente pelo teatro) se

inseriu na política sendo vista como elemento da vida pública: do mesmo modo que os indivíduos participavam da *democracia* ateniense, também participavam da cultura, assistindo a tragédias e comédias, recebendo, inclusive, dinheiro para isso, na época de Péricles, quando as funções públicas passaram a ser remuneradas. A participação nas atividades culturais era considerada uma função pública, ainda que alguns grupos sociais não tivessem o mesmo acesso, como os escravos, os estrangeiros e as mulheres.

Já em Roma, a cultura foi inserida na política para justificar algo, principalmente o Poder, sendo Mecenas (ministro de Otávio Augusto, 27 a.C.-14 d.C.) o encarregado de patrocinar obras que engrandecessem a figura do imperador (*idem*, p.12). Assim, percebe-se que a política se ocupou da cultura desde cedo, moldando-a para atender aos seus interesses. Na época do Renascimento, quando a cultura estava ultrapassando os limites políticos e sociais impostos, encontrou a barreira da Inquisição da Igreja Católica.

Atualmente, segundo Yúdice *apud* Coimbra (2010, p.35), a cultura, caracterizada pela rápida globalização, é considerada como um recurso que atrai investimentos diversos e que precisa ser administrada por gestores sociais (LOPES, 2009). A cultura continua sendo instrumento para a reafirmação de poder, mas agora ela ganhou uma dimensão a mais: é também um recurso econômico a ser gerido pelo estado. É a partir daí que entram em cena os discursos políticos: hora dando ênfase ao potencial econômico da cultura; hora dando ênfase ao potencial que a cultura tem de fortalecer a identidade local; hora dando ênfase ao poder que a cultura tem de regenerar e restaurar paisagens; e hora afirmando o poder de transformação social que a cultura pode assumir.

Para pensar o espaço que a cultura tem ocupado no planejamento e execução de planos de desenvolvimento urbano é necessário focalizar os processos pelos quais ela passa a ser instrumento de políticas e de discursos políticos. Segundo Coimbra, isso se dá a partir de três classes de agentes: “políticos, administradores ou gestores e acadêmicos que colaboram direta ou indiretamente nas conceitualizações, tornando-a uma ferramenta política” (2010, p.31).

Ao se falar em políticas públicas de cultura, não nos restringimos às pensadas e executadas no campo específico do poder público (do Estado), mas também incluímos as ações do poder privado e da sociedade referentes às atividades e elementos ditos *culturais*, sendo estas últimas mediadas pelo Estado, estando aí justificado seu caráter público. Assim, Calabre (2010, p.9) define políticas públicas de cultura “como conjunto de medidas, ações, decisões, programas, articulados entre si, construídos e implementados pelo Estado e pela sociedade – nos quais estão reunidos e representados artistas, produtores e consumidores culturais dos mais variados tipos”.

## **2. Políticas culturais**

### **2.2 Em busca de conceitos**

Os estudos e o conceito de política cultural são muito recentes, já que este é utilizado pela primeira vez em 1969, por iniciativa da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), quando a mesma propôs que os governos reconhecessem o valor e o caráter essencial das ações culturais nas políticas públicas (REIS, 2007, p.140). Somente uma década depois é que os primeiros estudos mais profundos sobre o tema surgiram.<sup>2</sup> São recentes os estudos e conceitos sobre políticas culturais e passam por algumas transformações. No Brasil, o Seminário Internacional de Políticas Culturais, organizado pela FCRB-Fundação Casa de Rui Barbosa e realizado anualmente desde 2006 tem sido referência tanto para aqueles que estudam a temática quanto para aqueles que atuam na área (CALABRE, 2009, p.9).

---

<sup>2</sup> Em 1980 foi elaborada a Recomendação Referente à Profissão de Artista; Em 1982 foi realizada a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais; Estudos do Arts Council, da Port Authority; Estudos de Mark Schuster sobre a política cultural dos EUA; Estudos de Finkelkraut (1987) e de Frey & Pommerehne (1989) sobre a política cultural francesa.

Esse evento é importante justamente por proporcionar a interação entre esses dois segmentos (o dos que estudam e o dos que atuam), dando possibilidade para a troca de conhecimento teórico e prático.

Poucas são as tentativas de teorizar as políticas culturais no Brasil, o que leva a realizar um trabalho de pesquisa bastante árduo. Além disso, durante a pesquisa bibliográfica, pôde-se observar que os estudos sobre política cultural estão distribuídos entre as mais diversas áreas do conhecimento, o que dificultava ainda mais as buscas. Concordando com Rubim (2006, p.4), essa “dispersão” significa o caráter transversal que a cultura assume na contemporaneidade mas, também revela a falta de tradição desses estudos no país.

A grande maioria dos estudos sobre política cultural concentra-se em casos empíricos, estudos de casos, deixando um pouco de lado o seu desenvolvimento teórico-conceitual. Mas é possível identificar alguns elementos predominantes nos conceitos mais utilizados, como a identificação da área de atuação da política cultural e dos agentes envolvidos na política em questão. Lia Calabre (2009, p.263) “parte do pressuposto teórico de que o conceito de política cultural é abrangente e que não se limita às ações dos ministérios da cultura ou dos órgãos governamentais similares”. Esse talvez deva ser o ponto de partida principal para iniciar qualquer debate no âmbito das políticas culturais.

Rubim (2007, p.140) afirma que os esforços de Teixeira Coelho e de Alexandre Barbalho merecem ser lembrados pelo fato de se voltarem para a definição do conceito de política cultural e que, o horizonte teórico-conceitual da política cultural implica em pelo menos os seguintes requisitos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas (*idem*, 2007, p13). Assim, para Teixeira Coelho,

Constituindo [...] uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitário com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o

desenvolvimento de suas representações simbólicas. [...] como o conjunto de iniciativas, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsáveis. (COELHO, 1997, p.292).

Assim, Barbalho, além de afirmar que é necessário fazer uma distinção entre política cultural e gestão cultural (a primeira enquanto pensamento da estratégia e a segunda enquanto execução), uma distinção nada mais do que justa e fundamental para compreendermos os níveis e tipos de ações e a quem cabe a responsabilidade de cada uma, também questiona a definição de Teixeira Coelho, colocando em dúvida se a política cultural deve ser considerada como uma ciência de fato:

A primeira dificuldade com esta definição é propor a política cultural como ciência. Será que o objeto é tão singular que requer a elaboração de uma nova área científica? Creio que não. Primeiro, a política cultural é o conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura, e essas intervenções não são científicas, na medida em que política e cultura não são sinônimos nem se confundem com ciência. (BARBALHO, 2005, p.35)

Miller e Yúdice, preocupados com os objetivos da política cultural, definem esse tipo de política como algo concentrado mais no campo burocrático, esquecendo ou dando pouca relevância à sua dimensão criativa inerente, como bem defende Barbalho anteriormente:

Política cultural refere-se aos suportes institucionais que canaliza tanto a criatividade estética quanto os estilos coletivos de vida: é uma ponte entre os dois registros. A política cultural se materializa em guias para as ações sistemáticas e reguladoras que adotam as instituições a fim de alcançar as metas. Em suma, é mais burocrática que criativa ou orgânica. (MILLER; YÚDICE; 2004, p.11).

Do mesmo modo que põe em questão a definição de política cultural de Teixeira Coelho, Barbalho deixa claro que discorda de Miller e Yúdice, para os quais a política cultural “é mais burocrática que criativa e orgânica”:

Por política cultural, se entende não apenas as ações concretas, mas, a partir de uma concepção mais estratégica, “o confronto de idéias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos” (MCGUIGAN, 1996, p. 01). Nesse sentido, elas são criativas e propositivas, ao produzirem discursos, e detentoras de poder simbólico atuante no campo cultural. (BARBALHO, 2007, p.39)

Para Canclini, a política cultural é mais do que simples prática administrativa rotineira para proteger o patrimônio cultural de uma sociedade, sendo também um fator para enfrentar as contradições do desenvolvimento. Para esse autor, a política cultural tem um alcance bem maior ou, pelo menos deveria ter. Sendo assim, Canclini define política cultural como:

O conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (1987, p.26).

Considerando que a ação da política cultural é abrangente, que não se concentra na figura do Estado, mas que envolve diversos atores sociais e instituições, tem-se o IBGE como um desses atores, que em um dos seus estudos (Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006), assim define política cultural:

Política cultural é a ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Esta política é orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando à mesma o acesso aos bens culturais. Trata-se de uma ação voltada para todo o município e não somente para alguns segmentos da sociedade. (IBGE, 2007, p. 253)

O conceito de Félix e Fernandes é bastante prático, mas provoca certa curiosidade para saber quais os tipos de intervenções na sociedade essa política pretende: “Políticas culturais são formulações e/ou propostas

desenvolvidas pela administração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura” (FÉLIX & FERNANDES, 2007, p.1).

## 2.2 Em busca de objetivos

Alguns autores que estudam políticas culturais não se preocupam tanto em conceituá-las, mas preferem o caminho de fazer uma espécie de orientações de como elas deveriam ser, deixando implícitos estilos, ideologias e visões acerca de seus objetivos. Alexandre Melo afirma que os obstáculos para quem se destina a pesquisar políticas culturais são muitos, complexos e diversificados em sua natureza, observando que até mesmo na definição de objetivos das políticas culturais encontram-se muitas dificuldades:

Um problema em que as clivagens políticas e ideológicas se cruzam com os simples jogos de linguagem e que por isso servem freqüentemente para alimentar discussões equivocadas em que uma insuficiente classificação de noções permite arrastar polêmicas cujo verdadeiro alcance e conteúdo acaba por não chegar a ser perceptível. (MELO, 1997, p.1)

De certo, muitos fatores terminam influenciando a criação de uma política cultural, seus estilos e objetivos. Questões sociais, culturais, as relações políticas nas diversas esferas (federal, governamental e municipal) bem como o limite de recursos que estão à disposição, são alguns dos fatores que determinarão a construção das metas e objetivos das ações de determinada política cultural. Além desses fatores, como bem orienta Calabre (2009, p.264), a definição de suas metas deve ser feita a partir de duas delimitações: dos atores sociais envolvidos (públicos ou agentes realizadores) e das interfaces e transversalidades de cada uma das ações que dão vida a uma política.

Outro ponto importante referente à natureza das políticas culturais é sua transversalidade, na medida em que elas geram entrelaçamentos entre as

diversas áreas da atuação governamental – econômica, saúde, educação, patrimônio, dentre outras –, alcançando uma amplitude que ultrapassa as necessidades imediatas da cultura, além de estimular a inovação:

Os objetivos de tal política devem ser não só satisfazer as necessidades culturais, mas também despertar novos desejos, construir, reconstruir, transformar ou consolidar novos cenários culturais, em uma sociedade cada vez mais voltada para o reconhecimento e a garantia do direito e da diversidade culturais. (CALABRE, 2010, p.9)

Feijó não faz uma série de metas ou objetivos de uma política cultural, mas faz uma significativa reflexão geral sobre o “para que” uma política cultural pública deve existir: “é para diminuir os limites que deve haver uma política cultural, não para reforçá-los” (1983, p. 33). A reflexão que o autor faz ao longo da sua obra termina funcionando como “pensamento-base” para a construção de objetivos de uma política cultural. Algumas de suas máximas comprovam isso, como: “Não se pode confundir cultura a serviço da política com política a serviço da cultura” (*idem*, p.9); “A política cultural deve ser não no sentido de enquadrar o criador cultural, mas no de contribuir para a sua consciência” (*idem*, p.32); e faz uma crítica sobre o destino da política cultural brasileira: “E mais: para o povo, só folclore. Para os intelectuais: verbas oficiais para o aceitável (num mecenato clientelista) e censura para o inaceitável” (p.67-68).

Rubiano, apoiado em Carvalho, segue a idéia geral defendida por Feijó, para o qual a política cultural deve ser democrática e integrada, deixar claro que tal política deve ter como objetivo o estreitamento de mundo mediante “experiências estéticas”, buscando apoios institucionais que minimizem as tendências monopólicas e garantem a liberdade e autonomia criativa de todos os cidadãos. Ou seja, a política cultural é para integrar, garantir a pluralidade e o exercício da democracia:

Los ámbitos de lo legítimo, culturalmente hablando, cada vez son más borrosos. (...) Las políticas culturales, en un verdadero sentido plural — es decir, que reconozcan que no hay una sola concepción legítima de la cultura (ni

culta, ni popular, ni masiva, pues las versiones populistas del culturalismo terminaron por deslegitimar a la llamada *cultura culta*, al demostrar que su propuesta de pluralidades sólo una falsa pretensión) —, deben buscar arreglos institucionales que contrarresten tendencias monopólicas y aseguren la libertad y autonomía creativa, que subdividan los circuitos culturales débiles sin rentabilidad y que impulse circuitos públicos controlados por órganos autónomos, descentralizados y representativos que visibilicen los intereses diversos de los ciudadanos. (RUBIANO, 2006, p.130).<sup>3</sup>

Em uma explanação pertinente, prática e objetiva, Reis (2007, p.143-169) atribui à política cultural os seguintes objetivos, considerados por ela como os mais freqüentes e relevantes, atentando para o fato de que eles são interdependentes de outras políticas públicas (econômica, social, educacional, de turismo e das relações exteriores): a) diversidade cultural; b) democracia cultural e inclusão; c) cultura e identidades; d) regeneração geográfica e qualidade de vida; e) cultura e imagem nacional. Partindo da argumentação dessa autora, podemos concluir que as políticas culturais dependem de outras políticas públicas, sendo necessária a integração entre elas para que os objetivos da política cultural sejam alcançados.

Para Barbosa e Araújo (2010), “a intenção ou o objetivo das políticas culturais se relacionam com a democracia política e social (p.14). Eles associam direitos culturais com a democracia e com a ampliação dos canais de participação e exercício da política (*idem*). Os mesmos pesquisadores afirmam que os elementos comuns das políticas culturais realizadas pelo governo federal são a garantia dos direitos culturais e a construção da democracia cultural.

---

<sup>3</sup> As áreas do legítimo, culturalmente falando, são cada vez mais imprecisas. (...) As políticas culturais, em um verdadeiro sentido plural – quer dizer, que reconhece que não há uma só concepção legítima da cultura (nem culta, nem popular, nem massiva, pois as versões populistas do culturalismo terminaram por deslegitimar a chamada *cultura culta*, ao demonstrar que sua proposta de pluralidade era somente uma falsa pretensão) –, devem buscar arranjos institucionais que contrariem tendências monopólicas e assegurem a liberdade e autonomia criativa, que subdividam os circuitos culturais fracos e sem rentabilidade e que promova circuitos públicos controlados por órgãos autônomos, descentralizados e representativos, que visibilizem os interesses diversos dos cidadãos. (RUBIANO, 2006, p.130).

Percebe-se que a questão da democracia enquanto direito à participação em atividades culturais diversas, do direito a criar e da oportunidade de difundir a cultura é bastante forte nos objetivos das políticas culturais. É como se a maior intenção de todas fosse justamente dar “voz e vez” ao cidadão comum, sendo levado em consideração o seu potencial de participação e de contribuição nas tomadas de decisões, sendo o mesmo um portador de idéias, ainda que existam outras forças maiores que, muito provavelmente, serão responsáveis pelas decisões finais.

### **2.3 Em busca das dimensões da cultura**

É importante notar as dimensões (sociológica e/ou antropológica) que o termo *cultura* assume na teorização e na formulação e implementação das políticas culturais, sendo determinantes do seu caráter e abrangência.

Na presente pesquisa, que envolve a investigação e análise de leis, projetos, instituições e órgãos que produzem, distribuem ou facilitam a circulação da arte, além de focalizar as relações entre atores e mediadores envolvidos nessas ações e órgãos, focaliza-se a dimensão sociológica da cultura, como referida ao campo das artes em geral (dança, música, teatro, artes plásticas, cinema), centrando-se em questões como as concepções dos atores envolvidos a respeito da sua produção, distribuição e circulação:

A dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso. (BOTELHO, 2001, p.74).

A dimensão antropológica é aquela a qual podemos referir-se como a mais abrangente e um tanto quanto mais complexa para se analisar e até

mesmo utilizar na prática de uma política cultural: “Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p.74).

A complexidade da dimensão antropológica se dá por outros motivos básicos: primeiro, porque ela está localizada no plano das idéias, pensamentos, conjunto simbólico e de valores que determinada sociedade possui; segundo, porque essas idéias e valores influenciam suas práticas e comportamentos diversos; e, terceiro, porque é uma mistura de conservação e transição, de inércia e dinâmica, variando no espaço e no tempo, e tudo o que é passível de mudanças exige maior esforço e cuidado para se analisar.

Por se referir à totalidade dos sistemas simbólicos que compõem uma cultura, as políticas culturais implicam não somente decisões no campo da políticas, o delineamento de estratégias e metas. Não basta apenas a definição institucional no âmbito dos governos a respeito de “o que fazer”, “o que mudar” ou “o que permanecer”. Envolve a legitimização no âmbito da sociedade, processos de identificar e de reconhecimento da propriedade das ações culturais propostas. As mudanças culturais exigem tempo, sensibilidade e coerência e, além de tudo, “exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração, uma vez que alcançar o plano do cotidiano requer o comprometimento e a atuação de todas elas de forma orquestrada...” (*idem*, 2001, p.75).

Para Botelho, a dimensão privilegiada nas políticas públicas de cultura é a dimensão sociológica, “que permite a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e solucionar carências, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazos”. (*ibidem*, p.75)

A análise das políticas culturais implica pensar as concepções de cultura que as embasam. De acordo com Nascimento (2008, p. 1-2), “diferentes concepções de cultura darão origem a políticas culturais distintas. Extremos como cultura popular e erudita, certamente conduzirão os gestores de uma

política cultural para diferentes campos de atuação, públicos envolvidos, manifestações e outros constituintes de uma política cultural eficaz. Políticas culturais fundamentais em visões de cultura como equivalente a *erudição*, por exemplo, resultarão em ações completamente diferentes de outras baseadas na concepção de cultura enquanto expressões materiais e abstratas do modo de vida de uma determinada comunidade, “que tomam como cultura o conjunto de saberes e fazeres da população, que trabalham com o diverso, com o plural” (CALABRE, 2009, p.264).

Uma das concepções que tem se destacado é aquela segundo a qual a cultura é vista como um bem coletivo. Para Tolila (2007), o surgimento recente das políticas públicas culturais e os debates internacionais sobre os direitos e a diversidade cultural, seriam manifestações da compreensão da cultura como bem coletivo. Calabre (2007, p.96) afirma que “a elaboração de políticas deve partir da percepção da cultura como de bem da coletividade”. É possível se pensar em uma política cultural em que várias noções de cultura estejam inseridas, integradas e interligadas? Para Rubiano, essa é uma pergunta que envolve questões como a origem da definição de cultura e quem definiu, pois entende-se que aí estão presentes muitas influências sócio-políticas:

Uno de los problemas cruciales cuando se habla de políticas culturales tiene que ver con la definición que se haga del concepto de cultura. ¿Desde dónde y quién es lo definen? ¿Políticas culturales para quién? El asunto resulta complejo si se tiene en cuenta que la cultura no puede entenderse de modo homogêneo (según las concepciones de la unidad cultural), ni de modo sustantivo (según las concepciones de la esencia cultural). La pregunta crucial entonces es cómo hacer políticas culturales que integren distintas nociones de cultura. (RUBIANO, 2006, p.128).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Um dos problemas cruciais quando se fala de políticas culturais tem a ver com a definição do conceito de cultura. Desde onde e quem é que define? Políticas culturais para quem? O assunto é complexo e leva em conta o fato de que a cultura não pode ser entendida de modo homogêneo (segundo as concepções da unidade cultural). A pergunta crucial então é como fazer políticas culturais que integrem distintas noções de cultura. (RUBIANO, 2006, p.128).

Outra dimensão que deve ser observada, como orienta Lia Calabre, é a dimensão política, as relações de poder e o espaço para a participação social na formulação e execução das políticas culturais:

O primeiro pressuposto que se coloca é com que noção de política se está dialogando: mais coercitiva, menos autoritária, inclusiva, socializada? Esse exercício nos permite analisar e compreender como as relações de poder vão ser estabelecidas, qual o espaço destinado à participação social. (2009, p.264),

## **2.4 Em busca de uma composição**

Observamos no senso comum uma forte tendência em pensar que o Estado é o único responsável pela formulação e implementação de políticas culturais. No entanto, há um conjunto de atores que também dividem essa responsabilidade, ainda que com poderes desiguais, como aponta Vasconcelos (2011, p.2). Os atores da política cultural estão identificados na complexa distinção entre estatal, público e privado (BARBALHO *apud* NASCIMENTO, 2008, p.4). É uma complexa distinção porque essas três esferas estão interligadas, exigindo um maior esforço para determinar seus limites.

De fato, o Estado é um importante ator, mas não o único. No entanto, nessa pesquisa, tem-se a intenção de enfatizar a sua ação. Mas o fato de o Estado ser um importante ator no campo cultural, não pode justificar que o êxito de uma política cultural esteja submetido única e exclusivamente ao mesmo. Ou seja, não se pode apenas esperar pelo Estado. Mais que isso, articulações com diversas instituições, organizações e associações são fundamentais. Nesse sentido, o Estado poderia justificar sua importante contribuição, promovendo as articulações; tornando-se um mediador ou mesmo como o primeiro a se colocar à serviço:

A primeira instância de formuladores de uma política para cultura é representada pelos governos, em suas várias representações, sejam nacionais, estaduais ou

municipais, que, em linhas gerais, planejam e executam as ações para a cultura como uma função de governo. Uma política pública amplia o universo de atores. Neste caso há uma interação de discussão e validação com instituições não-estatais como sindicatos, universidades, associações de classe, movimentos sociais, grupos comunitários, fundações e outros. Por fim os atores que formulam a política cultural privada, representados pelas empresas e todo o segmento integrante do segundo setor, ou o mercado. (NASCIMENTO, 2008, p.4-5).

Quanto à esfera que diz respeito à sociedade, essa tem sido a segunda esfera enfatizada nos estudos sobre políticas culturais; a participação da sociedade tanto enquanto formuladora das políticas culturais quanto receptora e organizadora das mesmas:

Teniendo en cuenta lo anterior, las políticas culturales deben ser formuladas desde la concepción de la *democracia participativa*: “la promoción de la participación popular y la organización autogestiva de las actividades culturales y políticas mediante el desarrollo plural de las culturas de todos los grupos en relación con sus propias necesidades”.(RUBIANO, 2006, p.130) <sup>5</sup>

Algumas das formas mais conhecidas de participação social nas políticas culturais são: conferências de cultura, conselhos, fóruns deliberativos, Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Cada uma dessas espécies de participação tem seus regimentos específicos e limites de alcance das suas ações. É válido lembrar que a existência dessas formas de participação nem sempre executa suas atribuições reais, servindo mais como captação de recursos, mas essa já é outra discussão (FARIA, 2009, p.99).

---

<sup>5</sup> Tendo em conta o anterior, as políticas culturais devem ser formuladas desde a concepção da democracia participativa: “a promoção da participação popular e a organização autogestiva das atividades culturais e políticas mediante o desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos em relação com suas próprias necessidades”. (RUBIANO, 2006, p.130).

### 3. Cultura e desenvolvimento

#### 3.1 Desenvolvimento: aspectos históricos e abordagens gerais

É certo que aqui não se fará uma apresentação exaustiva das várias concepções dos termos desenvolvimento e cultura, mesmo porque a discussão sobre a noção de cultura já foi colocada anteriormente. Também não se tem a intenção de discutir o que é ou não é desenvolvimento, pois a discussão é ampla e não caberia aqui. O foco será colocado sobre algumas noções principais das relações entre os termos no tópico seguinte a este. No entanto, algumas informações históricas e perspectivas sobre o termo desenvolvimento serão colocadas antes com o objetivo de melhor compreender a uso do termo nesta pesquisa.

De início, cabe colocar uma questão interessante sobre como se dão os discursos do *desenvolvimento*. Para tanto, apoiados em Foucault (1987, 1996), Guerra e Waldemar refletem sobre a influência das *relações de poder* nos discursos desenvolvimentistas. As classificações, por exemplo, de *desenvolvido*, *subdesenvolvido*, *tradicional*, *moderno*, *industrializado*, *emergente*, entre outras classificações, implicam “em práticas, em lugares, em posições, através das quais, as políticas das agências multilaterais e dos próprios governos, elites e o restante das populações locais se definem e se comportam em relação a si próprios e em relação aos outros”. (2013, p.205-206). Assim, falar em desenvolvimento, é falar de um *sistema de posições*, em que os autores impõem seus planos, ideais e práticas a outros autores considerados em *posições desprivilegiadas*.

A discussão sobre desenvolvimento tem início no período pós-guerra, e veio carregado da idéia de fazer as nações superarem suas pobrezaas, não apenas materiais (miséria, desigualdade econômica, desemprego, etc.), mas também problemas como: discriminação racial, desigualdades políticas e sociais (PFEIFFER, 2013, p.158). Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram introduzidos pelos Estados Unidos, que se apresentavam como nação hegemônica e “orientavam” que as outras nações seguissem os seus passos.

Mas as primeiras noções de desenvolvimento estavam confundidas com crescimento econômico, pois as poucas nações “desenvolvidas” eram as que tinham se tornadas ricas pela industrialização (VEIGA, p.18, 2008). Apenas em 1962, o Conselho Econômico das Nações Unidas recomendou a inclusão de aspectos sociais ao desenvolvimento, apesar de modo separado dos aspectos econômicos. As propostas de ações para a Primeira Década de Desenvolvimento da ONU (1960-1970) estavam envolvidas pela idéia de que desenvolvimento implicava em mudanças sociais, culturais, econômicas, mudanças, sobretudo, qualitativas. (CORIOLANO, 2003, p.164).

Depois de muitas outras discussões, no início da década de 90, com a criação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apesar dos questionamentos sobre sua metodologia, a ideia foi reforçada, desviando o foco da dimensão econômica para políticas mais concentradas nas pessoas e afirmando que “desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas” (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1990, p.10). Aí está incluso o respeito às culturas, pois as escolhas partem, primeiro, dessa constatação. Respeito aqui deve ser compreendido tanto em seu sentido moral, ao reconhecer a sua existência e importância; quanto em seu sentido mais objetivo e concreto, ao se oferecer condições para a conservação e reprodução de todas as práticas culturais.

Muitas são as teorias sobre desenvolvimento, que variam de acordo com o contexto social e histórico em que foram elaboradas. Algumas das teorias são: Estágios de Crescimento Econômico, Estruturalista Internacional, Sistemas Mundiais, Países Centrais e Periféricos, entre outras vinculadas às teorias modernas (CORIOLANO, 2003, p.163). Do mesmo modo, aos poucos, foram surgindo vários “tipos” de desenvolvimento, ou, adjetivações para o desenvolvimento, como: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento social, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento regional, desenvolvimento rural, desenvolvimento local, entre tantos outros. De forma mais ou menos explícita, todos esses “tipos” de desenvolvimento consideram a importância da cultura para o êxito dos seus processos, pois

cultura refere-se às pessoas, e pessoas são, ao mesmo tempo, promotoras e receptoras do desenvolvimento.

Um dos grandes expoentes da relação entre cultura e desenvolvimento, em seu sentido mais amplo foi Celso Furtado. Nascido em 1920 na cidade de Pombal, localizada no sertão da Paraíba, Furtado conheceu de perto as dificuldades que a região Nordeste enfrentava para alcançar um desenvolvimento mais justo. Mais que um pensador, Furtado foi um articulador do desenvolvimento, ao participar da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), por exemplo.

Celso Furtado defendia um desenvolvimento genuinamente brasileiro, ou seja, que não mais continuasse copiando modelos padrões de desenvolvimento de países com renda muito alta: “E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo” (FURTADO, 2009, p.45). Também afirmava que o nosso atraso não é econômico, e sim político. E para que houvesse uma mudança nas disparidades sociais, Furtado defendia que somente a vontade política era capaz de canalizar as forças criativas, deixava claro que o “povo” tinha essa força criativa, e que, ao mesmo tempo em que o “povo” sofria com limites impostos, o mesmo passava a construir uma autonomia cultural que, segundo Celso Furtado, foi a razão da diferenciação regional do Brasil: autonomia criativa da cultura de raízes populares. (1984, p.23).

Portanto, desenvolvimento, como entende Celso Furtado, é, antes de tudo, a possibilidade dos indivíduos desenvolverem suas potencialidades, existindo aí uma mensagem de sentido positivo: “Mais do que *transformação*, o desenvolvimento é *invenção*, comporta um elemento de intencionalidade”. (*idem*, 1984, p.105). E é assim que as idéias de Furtado contribuem para a análise da integração entre cultura e desenvolvimento: reconhecendo a importância de todas as dimensões que a cultura assume, bem como o estímulo à criatividade; orientando uma participação mais intensa da sociedade nas decisões políticas; alertando para a ausência da vontade política e

afirmando o abandono de “modelos” políticos, culturais e econômicos de países com realidade diferente do Brasil.

### **3.2 Cultura e desenvolvimento: perspectivas sobre a relação entre**

Uma breve análise da literatura mais recente sobre desenvolvimento indica o crescimento da importância dada à cultura nos estudos e práticas desenvolvimentistas.

É interessante iniciar esse tópico apresentando a perspectiva que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, sob a coordenação de Frederico A. Barbosa da Silva, publicou no ano de 2010. A pesquisa expõe a responsabilidade que o Estado tem em garantir o direito à cultura através da Constituição Federal de 1988. Quanto à noção de desenvolvimento, a pesquisa do IPEA, apoiada em estudos do autor Perroux, apresenta a noção de *desenvolvimento integral*: um desenvolvimento multidimensional que tem a cultura como um componente importante, que faz parte da integração entre outros elementos.

A pesquisa do IPEA, ainda defende que o desenvolvimento envolve o contexto cultural e que este condiciona o primeiro, mas alerta para o fato de que não há relação causal entre cultura e desenvolvimento: nem a cultura causa o desenvolvimento nem é consequência dele, como algumas pesquisas econômicas apontam (SILVA, 2010, p.11).

Outro ponto importante da pesquisa do IPEA é a questão de colocar cultura e desenvolvimento como processos sociais, e não como variáveis, afirmando que essa é justamente a razão pela qual não há sentido dizer que um gera ou impede o outro (*idem*, p.11-12). Sendo processos de um mesmo espaço (a sociedade), estes relacionam-se. Se considerados como variáveis, corre-se o risco de compreendê-los como elementos separados, o que na prática isso não procede. Assim, ao longo de toda a perspectiva do IPEA acerca de desenvolvimento e cultura, os termos estão colocados como passíveis de diálogos entre si.

A reflexão construída por Lemuel Dourado Guerra e Jairo Bezerra da Silva parte da discussão sobre as condições em que cultura participa nos processos de produção, indução ou obstrução do desenvolvimento. Para tanto, os autores trabalham com o elemento das *relações de poder* na definição de cultura, dando suporte, assim, para a discussão das desigualdades globais e das metanarrativas que sustentam o estabelecimento histórico da hierarquização dos países, culturas e de seus modelos de desenvolvimento (2012, p.202). Os autores ainda colocam como os discursos (já postos em uma hierarquia) podem influenciar os rumos do desenvolvimento, estando incluída aí a cultura. Apesar de ser direcionada mais para o campo científico-acadêmico, tal reflexão é muito importante para se pensar e planejar as políticas públicas de cultura integradas com o desenvolvimento.

Tolila (2007, p.71-72) apresenta três fatores concretos que contribuíram para a cultura ter adquirido tamanha importância: a formação de consumos culturais de massa, estando aí incluídos até mesmo os setores considerados “tradicionais” da economia cultural, como patrimônios, museus e espetáculos; a evolução do interesse global dos Estados e das coletividades públicas pelo setor cultural como um fenômeno de massa tanto sociológico quanto econômico; e a transformação das economias modernas fundadas na inovação, colocando a cultura um fator básico na formação de forças produtivas adaptadas à economia atual e promovendo ainda mais seu valor simbólico.

Lustosa (2010) ressalta a importância do reconhecimento identitário que a preocupação com os aspectos vários da cultura nos planos de desenvolvimento pode produzir:

Generalizou-se a consciência de que qualquer transformação das condições de vida de uma comunidade depende do reconhecimento, da aceitação e da valorização dos traços que lhe conferem identidade, sentido de pertença e autoestima. Assim, a discussão sobre as relações entre cultura e desenvolvimento voltou à ordem do dia... (LUSTOSA, 2010, p.149)

É exatamente esse o ponto-chave da questão feita por mim anteriormente: o fato é que só agora está surgindo uma mudança de consciência com uma amplitude nunca antes alcançada, consciência enquanto percepção de que algo precisa ser mudado, de que novos caminhos precisam ser trilhados e testados, e a cultura seria e/ou é um desses caminhos; e amplitude enquanto alcance em massa dessa nova consciência, ou seja, não apenas restrita aos “intelectuais” e aos atores mais representativos do poder público, mas estendida para a sociedade em geral. Isto deve ser considerado um grande avanço social porquanto contribui para a consolidação de uma idéia mais ampla de desenvolvimento, este apoiado numa base forte: a cultura.

No entanto, é importante fazer uma ressalva: que a cultura sempre foi “utilizada” nas intenções e ações políticas, mesmo antes do surgimento do termo *desenvolvimento*, ainda que de forma implícita. Nesse sentido Guerra e Waldemar afirmam que sempre houve a preocupação com a importância do papel da cultura, e que a classificação dos países do Norte e Europeus como modelos penetrou perversamente as culturas de todo o mundo (2013, p.213). Ou seja, havia aí uma intenção: mudar culturas.

Enfim, que a cultura sempre foi “lembrada” é fato, mas também é certo que atualmente a mesma encontrou maior espaço, é lembrada de forma mais explícita em todas as suas dimensões, inclusive a econômica. E mais importante que a perceber esse fato, é perceber as intenções dos discursos em que o mesmo se encontra. No entanto, essa é uma discussão longa e que não cabe nessa pesquisa.

O discurso mais geral que justifica a cultura enquanto fator de desenvolvimento é que, ao intervir no espaço urbano (ou qualquer outro espaço), a cultura proporciona um diferencial para determinada cidade, já que atua com programas de revitalização, de investimento social e humano, entre outros, contribuindo para a atração de investimentos diversos, geração de emprego e receita, maior fluxo de informações, etc. E isso foi, aos poucos, sendo percebido e fortalecido pelo poder público com maior seriedade e planejamento.

Sobre a relação entre políticas culturais e desenvolvimento, Reis (2007, p.160) fala em duas áreas nas quais se efetiva a interface: a regeneração geográfica e a elevação da qualidade de vida da região. O investimento em cultura tem o poder de recuperar áreas degradadas estigmatizadas, além de contribuir para soluções de problemas socioeconômicos e fixar a população local. Além de todos esses benefícios concretos, existem aqueles mais substanciais: elevação da autoestima, reforço da coesão social, afirmação da imagem local (*idem*, 2007, p.161).

É a partir das suas potencialidades concretas e subjetivas que as políticas culturais se relacionam com o desenvolvimento, aqui pensado não apenas como crescimento econômico, que implica na acumulação e uso de excedente. Seguimos Furtado (1984), para quem o desenvolvimento em seu sentido amplo implica no uso dessa acumulação e do excedente para “a criação de valores que se difundem em importantes segmentos da coletividade” (1984, p.107). E a cultura tem capacidade para produzir esses valores que tanto são fundamentais na formação e transformação de qualquer sociedade.

Uma das dimensões que a cultura pode assumir no processo de desenvolvimento é a dimensão econômica. Essa dimensão é mais explorada, tanto em estudos acadêmicos quanto nas políticas culturais. É comum que a maioria, ao ouvir os termos *cultura* e *economia*, tenha a primeira ideia de que a cultura é tida como uma simples mercadoria. Yúdice (*apud* COIMBRA, 2010, p.34-35) afirma que a cultura tem sido utilizada como “*recurso*”, mas que não se deve entender “*recurso*” como “*mercadoria*”. Yúdice mostra que a cultura é um recurso enquanto utilizada para solucionar *problemas sociais*. Assim, os fins desejados para alcançar, com a cultura como meio, são questionados, em que a divisão “desenvolvimento econômico” e “desenvolvimento humano” torna-se um tanto quanto superficial diante da urgência de reconhecer o valor da cultura enquanto um começo, meio e fim em si:

A cultura vem sendo, nas duas últimas décadas, sistematicamente pensada como meio para dois fins declarados prioritários, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano. Nenhum dos dois poderá

ocorrer se a cultura não for culturalmente sustentável. Em outras palavras, se ela não for vista como um fim em si, não apenas como meio... Se não se pensar a cultura independentemente dos fins a que ela possa servir, se não se servir à cultura por aquilo que ela é, naquilo que ela é, isto é, se não se criarem as condições para que a cultura se sustente e se desenvolva por e para seus próprios princípios, sem nenhuma preocupação com os fins que ela pode alcançar, a cultura não sobreviverá e não servirá ao que se espera que sirva. As iniciativas nesse sentido são hoje praticamente tênues, senão invisíveis. O discurso deve mudar: a cultura precisa ser sustentada porque é cultura. (COELHO *apud* VASCONSELOS, 2011, p.13)

Há uma vertente de análise em que a cultura é vista tanto como um produto de mercado quanto algo com um valor em si, algo em que se é considerado o seu caráter subjetivo, passando isto a funcionar como uma das “fórmulas” para a democracia e para a economia se visto como aspectos integrantes. Assim, tanto o aspecto social/humano quanto o econômico da cultura, como elementos complementares, são fundamentais para a criação de uma política cultural mais abrangente, pois “é impossível deixar de reconhecer a relevância do mercado no mundo da cultura, assim como a da cultura na economia” (WEFFORT, 2000, p.65):

Por mais que já se tenha reconhecido e divulgado o valor da cultura na dimensão econômica do desenvolvimento, ainda há uma certa desconfiança por parte de outros setores. Mas o fato é que a cultura já ganhou seu espaço na economia, ainda que tímido, mas também em constante crescimento. E isso deve ser encarado, de modo que não há como fugir de tal realidade, pois como afirma Durand *apud* Vasconcelos, (2011, p.14), “como quaisquer outros campos, arte e cultura dependem de sustentação econômica e institucional”. Daí a importância da parceria entre Estado e mercado como uma solução para o aprimoramento da democracia brasileira e o crescimento da economia nacional (BARBALHO, 2007, p.51).

## **1. Economia da cultura: um instrumento teórico-metodológico**

### **1.1 O que é e o que não é**

Para dar suporte à discussão sobre política cultural e desenvolvimento, a abordagem teórica da economia da cultura se torna necessária. Não é uma abordagem de fácil apreensão, pois, ao que se percebe até então, é que ao mesmo tempo em que identificamos o seu aspecto teórico, também identificamos o seu aspecto metodológico. Mas esses aspectos apresentam-se tão imbricados, que é necessário um esforço constante para conseguir visualizá-los separados, quando preciso.

É importante deixar claro que economia da cultura não significa política cultural, nem defende que a cultura se curve à economia ou ao mercado, como alerta Reis (2009, p. 25): “Ao contrário, a economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas (...) em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento”. A economia da cultura é o instrumento da política pública para planejar, produzir e distribuir a cultura. (REIS, 2007, p.6). Assim, as políticas culturais públicas estão contidas na Economia da Cultura.

Segundo Florissi e Waldemar, ao refletirem sobre a economia da cultura, o intuito da abordagem econômica no setor cultural é de identificar, de modo mais aproximado possível, a disposição a pagar que um indivíduo possui no que se refere a algum bem que possua ou que possa gerar tanto valor econômico como valor cultural (2007, p.13). Essa visão de gerar valor econômico é bem diferente daquilo que Adam Smith e David Ricardo defendiam: que os gastos com as artes inserem-se nas atividades de lazer e não contribuem para a riqueza da nação, que a cultura constitui o domínio por excelência do trabalho não-produtivo, e cita o exemplo do músico, afirmando que o trabalho do mesmo desaparece no mesmo instante em que é produzido (BENHAMOU, 2007, p.15-16).

Concordando com os estudos de Baumol e Bowen (1966) e Peacock (1969), Florissi e Waldemar afirmam que a análise de economia da cultura trata

de um setor em que ocorrem falhas de mercado: monopólio, externalidades (quando uma atividade afeta outras empresas), assimetria de informação que distorce a racionalidade do processo de escolha econômica (2007, p.23). E é aí que entra toda a discussão da participação do Estado na cultura: subsidiar ou não a cultura devido às falhas de mercado? A discussão é longa, mas é justamente para ajudar a responder essa pergunta que a Economia da Cultura existe, pois, se aplicada, muitas serão as informações sobre demandas, oferta, desigualdades sociais e públicos diferentes, informações que funcionam como um termômetro para o Estado avaliar o peso da sua participação na disseminação do acesso à cultura.

A economia da cultura não segue todos os pressupostos da ciência econômica, muitos deles são adaptados e revistos. Um pressuposto que a economia da cultura nega é o da *lei das utilidades marginais decrescentes*, segundo a qual o consumo de algo diminui progressivamente à medida que se consome novas unidades. Graças a Alfred Marshall (economista neoclássico) a cultura não se encaixa nesse pressuposto: “quanto mais *boa música* uma pessoa ouvir, mais provável é que seu gosto por ela aumentará” (MARSHALL *apud* REIS, 2007, p.18). A premissa de Marshall é importante porque coloca a cultura como um bem quase que inesgotável e renovável, portanto sustentável.

### 3.2 Algumas iniciativas

O Ministério da Cultura, afirma que o modelo da Economia da Cultura considera, em primeiro plano, a inovação e a adaptação às mudanças e que a capacidade criativa tem mais peso do que o porte do capital e, no Brasil, a Economia da Cultura tornou-se um dos principais eixos na sua discussão cultural, e o Minc justifica isso afirmando que a sociedade e o poder público reconheceram a área como um *vetor econômico* e que isso é essencial para o *desenvolvimento sustentável*.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/06/17/blog-da-coordenacao-de-economia-da-cultura/>

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados (2001), o debate sobre a Economia da Cultura ganhou força, tornando-se mesmo em um dos programas para promover o desenvolvimento de países como África, Ásia, América Latina e Caribe, aproveitando os seus potenciais culturais em âmbitos econômicos e sociais. E no ano de 2004, em São Paulo, durante a XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento-UNCTAD, o tema ganhou a participação da brasileira Edna dos Santos-Duisenberg ao liderar o programa sistemático da conferência, o qual possibilitou a decisão de criar um Centro Internacional para a Economia Criativa, localizado em Salvador (REIS, 2007, p.12).

No relatório de Economia Criativa 2010 (relatório bianual) da UNCTAD, existe um capítulo inteiro voltado para a relação da Economia Criativa com a questão do desenvolvimento, além de um tópico em que se busca relacionar o tema com a biodiversidade e a chamada “economia verde”. Durante reunião para a tradução do relatório da UNCTAD para o idioma português, a secretária da Economia Criativa do Ministério da Cultura, Cláudia Leitão, afirmou: “A economia criativa emerge, no mundo, como um dos principais pilares do desenvolvimento econômico sustentável, e nós ainda não conseguimos aproveitar nossa diversificada cultura e nossa imensa capacidade criativa para gerar riqueza e inclusão social” (MINC, 2011).<sup>7</sup>

No ano de 2011 iniciou-se o “Projeto Perspectivas da Economia da Cultura: um modelo de análise do caso brasileiro” que pretendeu estudar as perspectivas de curto, médio e longo prazos dos investimentos públicos e privados na economia da cultura brasileira. O objetivo geral do projeto é contribuir para o avanço e aprimoramento da política cultural do Brasil. As atividades já produzidas foram: Estudos Críticos; Indicadores e Metas Gerais; Indicadores para Política Cultural no Campo da Arte Contemporânea; e Movimentação Nacional e Internacional de Obras de Arte.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2012/08/22/trabalho-da-onu-sobre-criativos-sera-disponibilizado-em-portugues/>

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/economiacriativa/projeto-perspectivas-da-economia-da-cultura-um-modelo-de-analise-do-caso-brasileiro/>

## **1.2 Indicadores e pesquisas diversas: procedimentos metodológicos necessários**

A preocupação com relatórios, pesquisas e indicadores culturais, mostra o grande interesse do Brasil em investir no setor cultural. E essa é uma das funções da Economia da Cultura: incentivar e apoiar a construção de informações necessárias para subsidiar as políticas públicas. Para tanto, alguns métodos econométricos, índices, estatísticas, indicadores e outros métodos são necessários. A maioria desses métodos foram inspirados em metodologias desenvolvidas para outras áreas e, mesmo existindo limitações, críticas e apontamentos de imperfeições em alguns dos métodos, Reis afirma que, ainda assim, eles fornecem dados importantes para orientar as tomadas de decisões (2007, p.38). Assim, o indicador corresponde a uma tentativa de máxima aproximação da realidade a qual quer se conhecer, uma tentativa de mensurar fenômenos sociais, uma abstração do real (ZIVIANI, 2008, p.64).

Além desses métodos de indicadores, Calabre também afirma que são igualmente importantes os debates intelectuais, as críticas tanto dos que estão no mundo da gestão e do fazer artístico quanto dos que estão no campo da reflexão teórica (2010, p.9). Assim, segundo Markusen e Gadwa, a carência em pesquisas e indicadores, bem como a falta de vontade de exigir e avaliar os resultados dos mesmos, geram uma falta de confiança nos investidores e nos próprios representantes políticos que precisam atender ao setor cultural.

Without access to studies that clarify the impacts, risks, and opportunity costs of various strategies, investments, and revenue and expenditure patterns, communities and governments are in danger of squandering opportunities to guide cultural development (MARKUSEN & GADWA, 2010, p.379).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Sem acesso a estudos que esclarecem os impactos, riscos e custos de oportunidade de várias estratégias, investimentos, e os padrões de receitas e despesas, as comunidades e os governos estão em perigo de desperdiçar oportunidades para orientar o desenvolvimento cultural. (MARKUSEN & GADWA, 2010, p.379).

A percepção da necessidade e importância das informações em suas várias dimensões, hoje em dia, já está mais consolidada e praticada. Mas é fundamental que também seja perceptível o nível de qualidade das mesmas, pois uma pequena falha ou mesmo ausência de alguma informação, implicará nos resultados de planos e projetos políticos, por exemplo. Sobre isso, Lia afirma:

Se faz sentido dizer que vivemos o tempo da sociedade da informação, é importante que percebamos a necessidade de qualificar esse volume de informações disponíveis, ainda mais em se tratando do campo da gestão pública. Informações vagas, imprecisas ou impressionistas podem gerar políticas e programas que apresentem uma série de problemas, tais como: privilegiamento de determinadas áreas, tendências e grupos; construção de espaços culturais inadequados à realidade e aos desejos locais; implementação de programas de formação em áreas não prioritárias ou, ainda, manutenção da inexistência destes. Tais problemas, na maioria das vezes, contribuem para o desperdício dos já poucos recursos financeiros destinados à cultura. (2010, p.10).

No Brasil os exemplos de pesquisas, indicadores e índices culturais ainda são poucos, o que não significa dizer que os órgãos públicos estão inertes quanto a isso, pois existem pesquisas que ainda estão em andamento. Uma das primeiras pesquisas nesse sentido foi a encomendada pelo Ministério da Cultura à Fundação João Pinheiro, a qual faz um levantamento e análise dos gastos com a cultura pelos poderes públicos federal, estadual e municipal das capitais dos estados ao nível das administrações direta e indireta, no período de 1985 a 1995/97. O objetivo desse diagnóstico foi dotar o governo federal de uma ampla base de dados sobre o setor cultural e de avaliar o impacto dos investimentos públicos e privados em cultura na economia brasileira.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Pesquisa disponível em: <http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/82-servicos-cepp/79-diagnostico-dos-investimentos-em-cultura-no-brasil>

Atualmente, as instituições que estão fazendo a frente desse processo de construção de indicadores e informações a mais são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Em 2004, o Ministério da Cultura assinou o Acordo de Cooperação Técnica com o IBGE e com o objetivo de suprir as lacunas das informações do setor cultural do país. No final de 2007 lançou-se o *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003*, que consistiu em um mapeamento das atividades culturais no país, com relação aos seguintes aspectos: produção de bens e serviços culturais, gastos do governo e perfil socioeconômico da mão-de-obra alocada em atividades culturais, informando, assim, sobre a demanda e a oferta do setor (IBGE, 2006).<sup>11</sup>

Ao longo dos anos de 2007 e 2008, o Minc desenvolveu o *Cultura em Números – Anuário de Estatísticas Culturais 2009*, o qual teve a proposta de reunir informações sobre diversas expressões culturais por meio de indicadores quantitativos, expressões que vão desde a cultura popular até a cultura digital. Ainda em 2007 foi lançada a pesquisa *Economia e Política cultural: acesso, emprego e financiamento*, que compõe o III volume da *Coleção Cadernos de Políticas Culturais*, realizada pelo Minc e pelo IPEA. Essa é uma pesquisa que trata de um mapeamento do mercado de trabalho da cultura, pelo estudo de equipamentos, práticas de consumo e atividades da esfera cultural. O volume I tratou do Direito Autoral e o volume II tratou da *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*.<sup>12</sup>

Também no ano de 2007 foi publicado o *Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic – 2006)*, resultado de um acordo entre o Minc e o IBGE desde o ano de 2004. O suplemento teve como objetivo conhecer a realidade da área cultural nos municípios do país. Pode-se encontrar as seguintes informações: recursos humanos; articulação

---

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic\\_culturais/2003/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/)

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2007/10/26/cadernos-de-politicas-culturais/>

institucional com o Conselho de Cultura; legislação municipal; fontes de recursos públicos; instalações e serviços prestados; convênios e parcerias realizadas; e as ações, projetos e programas já existentes. Segundo o Minc (2007), essa é uma pesquisa que possui informações básicas para a construção de indicadores culturais e para o desenvolvimento de estudos na área de Economia da Cultura, bem como possibilita a criação de políticas públicas e a implementação de ações eficazes para o setor.<sup>13</sup>

No ano de 2010 a Unesco lançou um documento intitulado como *Towards a UNESCO Site of indicators on Culture and Development (2009 – 2010) – Literature Review*<sup>14</sup>, que consiste numa revisão da literatura sobre os principais trabalhos de indicadores culturais adotados nos últimos 15 anos, além de apresentar algumas considerações para a construção de um conjunto de indicadores sobre cultura e desenvolvimento da própria Unesco. No documento em questão, afirma-se que não é fácil medir cultura e desenvolvimento, pois a maioria dos aspectos da cultura e do desenvolvimento é de ordem qualitativa, tornando os cálculos numéricos quase impossíveis (UNESCO, 2010).

O Grupo de Institutos Fundações e Empresas – GIFE, na sua quinta edição (2009-2010) do Censo GIFE<sup>15</sup>, apresentou um capítulo à parte: “Dossiê Especial: Cultura”, abordando o contexto do investimento em cultura no Brasil, o perfil do investidor social privado em cultura, a atuação dos associados em cultura e os recursos financeiros e incentivos fiscais. A pesquisa apresenta informações importantes: de 102 respondentes, apenas quatro deles afirmaram que a cultura é a principal área de atuação, levando a refletir sobre o que faz com que o apoio privado ainda seja baixo.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/20/suplemento-de-cultura-da-munic-2006/>

<sup>14</sup> Em Direção a um Conjunto de Indicadores sobre Cultura e Desenvolvimento da Unesco (2009-2010): uma revisão da literatura.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.gife.org.br/publicacao-censo-gife-20092010-disponivel-para-download-d23545a904f46c8b.asp>

No Brasil, o Ipea em cooperação com a Unesco construiu um indicador sintético de nível municipal: Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura (IDECULT). O propósito desse indicador é permitir uma visualização do desenvolvimento da economia da cultura a nível de cada município e de suas relações com outros índices, como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, e com outras variáveis, como renda, educação e esforço institucional – gasto público ou privado com cultura e presença de equipamentos, levando em consideração a oferta e a demanda cultural dos municípios brasileiros (SILVA, 2010, p.7). Vejamos o quadro a seguir:

**Quadro 2: Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura elaborado pelo IPEA.**

Indicador	Conceito	Problemas
IDECULT	O indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura mede o desenvolvimento da cultura por meio da padronização de informações sobre consumo cultural das famílias, mercado de trabalho cultural e sobre a presença de equipamentos culturais nos municípios brasileiros, como indicadores de demanda e oferta de bens culturais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limita-se aos aspectos quantificáveis da cultura e descarta processos não captados pelas estatísticas, como as práticas e manifestações ligadas ao campo do patrimônio imaterial, o mercado de obras de arte e os fluxos comerciais para fora ou para dentro do país.</li> <li>• Não capta as atividades amadoras e não monetizadas.</li> <li>• As bases de dados estatísticas não permitem a construção de conceito simétrico de cultura a partir do CBO, CNAE, POF e MUNIC.</li> <li>• O consumo dos municípios é construído por técnicas estatísticas e modelagem econométrica.</li> </ul>

Fonte: Produzido pela autora da dissertação.

O que é interessante observar nessas pesquisas e nesses indicadores diversos é a presença do discurso da importância do setor cultural enquanto vetor econômico para o processo de desenvolvimento. Assim, há certa concentração dos elementos e objetivos das pesquisas no âmbito econômico. Mas isso é o esperado diante da recente iniciativa para o investimento e uso de pesquisas do setor cultural. É como se houvesse uma tendência em primeiro investigar o impacto econômico no processo de desenvolvimento para só então investigar os aspectos mais subjetivos que influenciam, por exemplo, na escolha dos indivíduos por determinado tipo de arte ou não, ou ainda a investigação da influência da cultura na construção das personalidades, dos ideais de vida e estabelecimento de uma qualidade de vida, por exemplo.

## **CAPÍTULO II**

### **POLÍTICAS CULTURAIS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO:**

#### **Mundo, Brasil e Paraíba**

## **2. Panorama histórico-institucional**

### **1.1 Mundo, Brasil e Paraíba**

Antes de fazer a análise da política cultural da cidade de Campina Grande e suas relações com a questão do planejamento do desenvolvimento, é importante realizar um levantamento de algumas informações pertinentes de nível internacional e apresentar um breve panorama histórico do tema a nível nacional, para compreender melhor a evolução dessa prática e como isso desemboca no nível municipal atualmente. Nesse tópico serão apresentadas as principais informações de cunho histórico-institucional, como documentos oficiais, criação de secretarias, ministérios e departamentos, bem como suas reestruturações.

Internacionalmente, a cultura passou a ser reconhecida depois da Segunda Guerra Mundial, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1948, através dos seguintes artigos:

art.22 - Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

art. 27-1 - Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2000, p.10-14).

Outros fatos podem oferecer uma idéia de como a cultura foi ganhando maior importância institucionalmente: em 1969, o termo política cultural foi utilizado pela primeira vez pela Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, em um documento intitulado “Política cultural: um estudo preliminar” (REIS, p.139); em 1972, foi aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural que, no Brasil, só veio a ser aprovada pelo Congresso Nacional em 1977; em 1976 foi apresentada a Recommendation on Participation by the People at Large in Cultural Life and their Contribution to It, uma carta de recomendação orientando as autoridades a democratizar os instrumentos sociais para que os indivíduos possam participar livremente da criação da cultura e de seus benefícios; em 1980 foi elaborada a Recomendação Referente à Profissão de Artista; em 1982 foi realizada a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais; e em 1989 foi elaborada a Recomendação para Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore (FERREIRA; NETO, 20011, p.132-133).

Mas foi apenas em 1997 que o papel específico da cultura foi reconhecido de forma mais relevante, que a cultura foi tomada como objeto de uma maior atenção através do relatório intitulado “Nossa Diversidade Criadora”, produzido pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento das Nações Unidas, da qual Celso Furtado participava como membro e Javier Pérez de Cuéllar como presidente. Nesse relatório havia uma recomendação de que um relatório anual sobre cultura e desenvolvimento fosse publicado como uma declaração dirigida aos atores políticos e outras partes que tivessem interesse no tema (UNESCO, 2009-2010).

A elaboração desse relatório é um marco na história da percepção da relação entre cultura e desenvolvimento, em que se reafirma que o desenvolvimento não é um processo único, linear, mas que cada nação deve produzir seu próprio modelo de “modernização”, estando a cultura como um importante instrumento para o alcance do mesmo. As seguintes questões foram levantadas no relatório: Quais são fatores culturais e sócio-culturais que afetam o desenvolvimento? Qual o impacto que a cultura tem no

desenvolvimento econômico e social? Como culturas e modelos de desenvolvimento estão relacionados? Como combinar aspectos positivos da cultura tradicional com a modernização?

Quanto ao nível nacional, logo de início, Rubim já caracteriza a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro a partir de expressões condensadas como: “autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios” (2007, p.11). O autor ainda (*idem*, p.14) ao realizar um percurso histórico das políticas culturais no Brasil, coloca em questão as delimitações que partem do Segundo Império, do Brasil Colônia e da República Velha, argumentando que o Brasil Colônia foi um período de “obscurantismo da monarquia portuguesa que negava as culturas indígena e africana e bloqueava a ocidental” e que, na República Velha apenas algumas ações pontuais na área de patrimônio foram realizadas, algo que, para o autor, não foi tão significativo ao ponto de considerar como uma efetiva política cultural. Lia Calabre (2009, p.50) observa que na legislação de 1950 a concessão de recursos para instituições culturais era pontual, muitas vezes de caráter emergencial.

Assim, em função do seu perfil autoritarista e elitista, o Brasil inicia uma triste tradição: o dificultoso desenvolvimento da cultura (COUTINHO *apud* RUBIM, 2007, p.14) e o caráter tardio das políticas culturais no Brasil: só em 1975 é lançada a Política Nacional de Cultura-PNC, considerada como primeiro plano de ação governamental no país que trata de princípios norteadores de uma política cultural. (BARBALHO, 2007, p.44). O Ministério da Cultura foi criado apenas em 15 de março de 1985, sob o Decreto 91.144, em que a área cultural deixou de ser tratada em conjunto com a educação (Ministério da Cultura-Minc, 2012). O quadro 1 que está no apêndice resume os principais fatos.

Através do quadro, pode-se observar que muitas das ações políticas foram sendo alteradas em governos diferentes. Quanto à isso, Calabre constata: “Sem dúvida, é necessário acrescentar o fato de que o país não mantém, até os dias atuais, a prática de continuidade de ações políticas entre diferentes governos” (2009, p.100). Além das alterações de ordem

administrativa, houve também mudanças nas leis de incentivo à cultura. De fato, alterações, mudanças, transformações são importantes quando necessárias. No entanto, por outro lado, alterações bruscas e constantes parecem enfraquecer as ações políticas, principalmente no campo cultural, ficando tudo muito instável. A continuidade de ações maiores (exemplos: secretarias, ministérios) parece fortalecer determinado setor, e continuidade não quer dizer, obrigatoriamente, que não se pode alterar alguns elementos.

Quanto ao nível estadual, a Paraíba só veio a ter a sua Secretaria de Cultura em 01 de janeiro de 2011 através da medida provisória nº160. A criação da secretaria foi resultado de uma transformação da Secretaria de Estado do Acompanhamento da Ação Governamental em Secretaria de Cultura. O indicado para ocupar o cargo de secretário foi o cantor Chico César, que até então trabalhava na administração da Fundação de Cultura da cidade de João Pessoa - FUNJOPE. E em 14 de setembro de 2011, foi criado o Conselho Estadual de Cultura da Paraíba, através do decreto nº32.408, com a finalidade de promover a gestão democrática da política de cultura do Estado. O Plano Estadual de Cultura da Paraíba ainda está em processo de implementação e discussão. A relação entre cultura e desenvolvimento teve especial atenção no I Seminário Estadual de Planejamento da Cultura, realizado no dia 06 de agosto de 2012, cujo tema era: “Organização e Organicidade para o Desenvolvimento Cultural”.

### **3. Cultura: uma estratégia para o desenvolvimento**

#### **3.1 No mundo**

De certo, os objetivos de cada política cultural variam de país para país, pois cada um tem necessidades específicas diversas ou necessidades mais urgentes. Mas é possível observar que existe um objetivo em comum na maioria das políticas culturais internacionais: ativar a dimensão econômica da cultura, fazendo com que esta passe a ser um dado importante na balança

comercial. Que fique claro: não se está afirmando que o único interesse dos países é ver o lado econômico da cultura. Está se afirmando que é apenas um interesse comum entre tantos outros interesses; está se afirmando que é um interesse a mais. O fato é que muitos países já se despiram da insegurança e preconceito de utilizar a cultura como estratégia econômica e que assim fazendo, e fazendo do modo correto, não significa separar ou excluir os objetivos mais subjetivos, como: regeneração social e urbana, contribuição para o bem-estar e qualidade de vida, entre outros. E assim, o cenário internacional passa a fortalecer o discurso e a prática do desenvolvimento através, também, da cultura.

Logo de início, é interessante destacar que a grande maioria das políticas culturais a nível internacional está fortemente apoiada pelas técnicas e métodos estatísticos, de modo que os países aí praticantes parecem fazer questão de realizar pesquisas e gerar as suas próprias informações necessárias para poder iniciar ou continuar um investimento no campo da cultura.

Nesse sentido, observando os esforços de cada país, no ano de 2000 a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o conceito de “conta satélite”, que avalia o peso econômico de setores transversais à economia, como turismo, meio ambiente e cultura (REIS, p.32, 2007), tornando-se, assim, um instrumento a mais à disposição dos países para medir e acompanhar o impacto da cultura no processo do desenvolvimento. A Unesco oferece uma série de orientações básicas para a criação de uma conta satélite (UNESCO, p.17-21, 2010).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, desde 1994, através do Programa de Desenvolvimento Cultural do Centro Cultural do BID <sup>1</sup>, tem patrocinado projetos culturais. Os projetos incluem: treinamento para ajudar as comunidades a preservar o patrimônio cultural, restauração de locais

---

<sup>1</sup>Disponível em: <http://www.iadb.org/en/topics/culture/cultural-center/cultural-development-grants,1671.html>

históricos para fins educacionais e econômicos, implementação de projetos de literatura, poesia, teatro, dança, artesanato e oficinas em áreas nunca antes alcançadas por projetos de desenvolvimento (BID, 2012).

O Banco Mundial afirma a importância do investimento econômico na área cultural através de relatórios, programas e projetos. Suas políticas em vários países são: prover oportunidades para comunidades carentes, fortalecer o capital social, fomentar o desenvolvimento local-regional, conservar e gerar receitas de recursos culturais existentes, além de diversificar estratégias e capacitação para um desenvolvimento mais humano. Em um dos documentos, que tem como título *Culture in Sustainable Development: Investing in Cultural and Natural Endowments*<sup>2</sup>, publicado em 1999, James D. Wolfensohn, então presidente do Banco Mundial, afirma que é preciso respeitar o enraizamento das pessoas no seu próprio contexto social, mas que também é preciso fomentar a cultura em todas as suas formas, e que isso soa negócio também, diante das análises econômicas que assim justificam essa dimensão também da cultura. O presidente então explica que do turismo à restauração, passando pelo investimento em patrimônio cultural, gera-se atividades econômicas com trabalho intensivo, atividades que geram renda e riqueza.

Quanto ao tipo de financiamento à cultura, através da análise de pesquisas e indicadores de diversos países e leituras diversas, é possível afirmar que existem dois tipos básicos de política cultural a nível internacional quanto à esfera pública (o governo): uma que pode ser chamada de “modelo europeu” e outra que pode ser chamada de “modelo norte-americano” ou “estadunidense”. Não são os únicos modelos, mas são os que mais servem de referência geral para os demais existentes. No modelo europeu, o poder público tem presença muito forte na criação e implementação das políticas culturais. Já no modelo “estadunidense”, não existe uma política cultural nacional, nem mesmo um Ministério da Cultura; o que existe é um auxílio financeiro a artistas individuais e instituições culturais através de uma agência federal: a National Endowment for the Arts – NEA.

---

<sup>2</sup> *Cultura no desenvolvimento sustentável: investindo em bens culturais e naturais.*

A política cultural da França possui um caráter bastante amplo, pois integra e enfatiza vários objetivos em uma única ação. Além disso, a França possui um “olhar clínico” para revestir ou resgatar a dimensão cultural de determinado bens. Ou seja, a França não tem “medo” de investir culturalmente em lugares onde ninguém investiria. Desse modo, a França termina integrando dois objetivos básicos: revitalização do território e atração de fluxo turístico, o que contribui para a economia (BENHAMOU, p.150, 2007). A França também faz questão de investir individualmente nos artistas, concedendo bolsas, prêmios, encomendas públicas, permitindo o acesso a ateliês que pertencem ao Estado e comprando suas obras, evitando, assim, “a perda de talentos para outras profissões ou países”, como bem afirmou Netzer *apud* Benhamou (2007, p.153,). Essa observação de Netzer acima representa bem o que é de fato, um desenvolvimento por via da cultura, pois tanto se ganha em termos econômicos quanto em termos sociais e humanos ao oferecer a liberdade para o indivíduo desenvolver a sua potencialidade.

Além disso, o governo faz questão de investir maciçamente na socialização da cultura desde a infância, pois acredita que isso influencia nas práticas culturais na idade adulta (Reis, p.71, 2007). E em busca de fundamentar essa hipótese, o governo francês realizou uma pesquisa sobre as formas de lazer das pessoas praticadas durante suas infâncias, em que o resultado revela que 54% das pessoas afirmaram receber suas “paixões culturais” através dos pais (site do Minc da França). E investigando o site do Ministério da Cultura da França, essa idéia é estendida à educação dita “formal”, representada pela escola: são diversas as ações que impulsionam as crianças e os jovens a não apenas conhecer suas culturas locais, como também atuar na sua proteção e divulgação, além de incentivar a descoberta de patrimônios culturais. Ou seja, a França investe na criação do capital cultural (ver BOURDIEU, 1979).

Se por um lado a política cultural francesa para promover o desenvolvimento parece um “modelo ideal”, por outro lado, existem as críticas à essa política do governo francês que intenta o desenvolvimento através da estratégia cultural. A principal crítica é a de que a presença muito forte do

Estado tende a limitar a criação artística ao seu modo. Mas essa é uma questão histórica, pode-se mesmo afirmar que é uma questão de “tradição” a forte intervenção do Estado francês nas decisões das políticas culturais e, sendo assim, não é algo fácil de mudar, além de que, mudanças são feitas a partir do momento em que determinado sistema não estiver atendendo mais às necessidades em questão.

Utilizando a cultura como um dos instrumentos principais para promover o desenvolvimento, a Espanha investe em realização de pesquisas sobre atividades culturais, equipamentos culturais, consumo das atividades culturais, financiamento cultural público, imóveis inscritos como bens de interesse cultural, o número de alunos inscritos em cursos relacionados à área cultural e uso do tempo livre (REIS, p.82, 2007). Esse investimento em pesquisas gera informações importantes, como, por exemplo, o número de profissões culturais que, de 375 mil em 2000, subiu para 500 mil em 2004 (dados do Anuário de Estadísticas Culturales-2005). A geração dessas informações contribuem para justificar a continuação ou não das políticas culturais espanholas, bem como incentivar possíveis mudanças nas mesmas. A Espanha também atua com suas políticas culturais em outros países através do Plano Diretor de Cooperação Espanhola (documento elaborado pela Secretaria de Estado de Cooperação Internacional), em que define-se a política de participação da Espanha na agenda internacional de cooperação ao desenvolvimento, além de apresentar um modelo de avaliação de políticas culturais para o desenvolvimento (UNESCO, p.7, 2010).

Nos Estados Unidos, a política cultural que está apoiada fortemente na atuação do setor privado, e que por isso é criticada por muitos, tem uma possível explicação (entre outras) sustentada pela sua origem histórica, pois, segundo Paul DiMaggio *apud* Durand (2005, p.61) a partir de 1870 houve uma proliferação de museus, orquestras e bibliotecas públicas nos Estados Unidos, todos frutos das iniciativas das elites locais e dos empresários individuais, em que essas iniciativas contribuíram para a criação dos órgãos governamentais de apoio às artes. Como já dito, quanto ao poder público, não existe um Ministério de Cultura, e sim uma agência federal: a National Endowment for the

Arts – NEA, que já induziu a criação de várias outras agências estaduais e locais.

A tímida apresentação de algumas políticas culturais de países diferentes alimenta um debate que gira em torno da seguinte dúvida: o Estado deve ou não subsidiar as atividades culturais? A crítica que se faz ao modelo de política cultural dos Estados Unidos, por exemplo, é que as atividades culturais ficam muito determinadas aos critérios e “gostos” da elite e dos empresários (do mercado em geral), já que são os atores principais na organização, produção e distribuição das artes, prejudicando assim, as minorias étnicas. Em contrapartida, o modelo francês apóia a forte ou quase total intervenção do Estado na política cultural, sendo criticado por limitar a arte ao mesmo. Enfim, essa é uma questão bastante complicada, pois além de estar lidando com realidades sociais, culturais e históricas diferentes, tem o poder de nos induzir a classificar os tipos de políticas culturais quanto “boas” ou “ruins”, e esse não é o objeto de estudo em questão nessa pesquisa, pois exigiria uma análise bem mais detalhada e ampla, ficando assim, para uma outra oportunidade.

### **3.2 No Brasil**

É importante deixar claro que, longe da intenção de realizar uma análise comparativa entre outras realidades e a do Brasil, evitando assim, o debate enfadonho em que se coloca os modelos americano ou europeu como padrões a seguir, a breve exposição das políticas culturais de outros países, colocadas anteriormente, nos serve como um conjunto de conhecimentos para análise e reflexão e, mais importante, para instigar o Brasil a desenvolver e consolidar mais seu próprio conhecimento acerca da relação entre cultura e desenvolvimento, que ainda se apresenta de forma tímida, apesar de alguns avanços já dados.

Observando a Constituição de 1988 do Brasil, percebe-se que a garantia dos direitos culturais está colocada como responsabilidade do Estado, o que justifica a criação de diversos órgãos governamentais que apoiam e

administram o setor cultural no país, além de outros dispositivos ligados indiretamente ao poder do Estado. No título VIII (Da ordem social), capítulo IV (Da ciência e tecnologia), da Constituição Federal de 1988 encontra-se a seguinte afirmação:

O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal (Art. 219, CF).

Assim, munidos da Constituição de 1988, muitos municípios brasileiros a partir da década de 90 passaram a elaborar e adotar uma série de estratégias que até então não tinham sido utilizadas no país, com o objetivo de ampliar a democracia, melhorar a atividade governamental e promover o desenvolvimento (PFEIFFER, 2013, p.153). E a cultura foi uma dessas muitas estratégias. Surgiram também movimentos sociais com a mesma intenção das estratégias governamentais, ou mesmo para reforçá-las, utilizando as mais variadas expressões artísticas para atingir o objetivo de maior participação nas decisões políticas diversas, que definiriam os rumos do desenvolvimento do país.

Um fator que contribuiu para essas transformações foi o fato do Estado ir, aos poucos, mudando a sua noção de cultura. Antes, a cultura estava muito presa à dimensão antropológica (já discutida nessa pesquisa), compreendida como costumes, tradições e modos de vida. Assim, o Brasil investia na valorização da sua história, na criação de um imaginário nacional através da construção de museus, institutos históricos, música, literatura e universidades (SILVA, 2010, p.9). E só recentemente o Estado consolidou a noção de cultura em sua dimensão sociológica (também já discutida no capítulo anterior), compreendida como um sistema organizado da cultura, que entende a mesma para além do âmbito estritamente artístico (PONTE, 2012, p.31).

Isso, a princípio, foi fundamental para constatar e assumir que a cultura possui, também, o seu aspecto econômico, mesmo que ainda em seu sentido mais restrito: gerar renda. Posteriormente é que a compreensão desse aspecto

econômico se ampliou, passando a ser entendido também enquanto fator de desenvolvimento social e humano, pois a geração de renda não é o único ponto positivo nesse sistema organizado da cultura, algo que discutiremos mais adiante.

É válido ressaltar que não se está afirmando aqui que o Estado deixou a noção antropológica de lado, embora existam discussões atuais que afirmam isso e que hoje ele retoma ao poucos. A intenção aqui é apenas informar que o Estado adicionou a dimensão sociológica às suas ações. Poderia mesmo afirmar que o Estado integrou a dimensão sociológica à dimensão antropológica, mas essa seria outra discussão, que não cabe aqui.

Estudiosos da área (Rubim & Rubim, 2008; Ortiz, 1988) concordam que a atenção com as políticas culturais para além do âmbito artístico em si, no Brasil, é recente, que só a partir da década de 1980 é que as práticas e formulações se intensificam. Aos poucos a cultura foi sendo inserida nos planos de desenvolvimento, compreendendo que a sua dimensão econômica estava associada à economia do conhecimento, da mesma maneira que a educação ou a pesquisa científica, ressaltando então, o fato de que não é mais seu impacto econômico que justifica a sua inserção no processo de desenvolvimento, mas sua contribuição direta ao próprio desenvolvimento econômico nas sociedades modernas (TOLILA, 2007, p.97).

Identificamos algumas ações a nível nacional em que a cultura está posta enquanto estratégia para o desenvolvimento. Como primeiro exemplo, tem-se o recente Plano Nacional de Cultura (PNC, 2011), que afirma que todo o planejamento do Minc levará em consideração o potencial da cultura para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade, além da sua dimensão simbólica e de direito de cidadania. Além do aumento de 95% do emprego formal na área de cultura e do aumento de 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros, o PNC tem a meta de aumentar para 4,5% de participação do setor cultural brasileiro no Produto Interno Bruto.

Como segundo exemplo, tem-se o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, que considera a cultura como uma das maiores riquezas do Brasil e como uma alavanca para o desenvolvimento sócioeconômico. O BNDES criou o Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (dividido em subprogramas: BNDES Procult – Financiamento, BNDES Procult – Renda Variável e BNDES Procult – Não Reembolsável), considerado um instrumento de apoio ao setor cultural. A dotação orçamentária para até o final de 2012 foi de 1,5 bilhão, dividido entre os subprogramas. A partir desse instrumento, o BNDES afirma que sua missão “é a de estimular e contribuir para o desenvolvimento das empresas criativas e dos agentes criadores, ampliar e dar mais eficiência ao mercado de bens e serviços culturais, com sustentabilidade econômica e ganhos sociais” (BNDES, 2011).<sup>3</sup>

Outros meios que o governo brasileiro utiliza para incluir a cultura no rol das ações para o desenvolvimento: as leis de incentivo fiscal, que faculta às pessoas físicas e jurídicas a opção pela aplicação de parcelas de impostos devidos para doação e apoio direto a atividades culturais; e os recursos orçamentários, inseridos aí recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura - FNC. O ano de 2009 foi marcado por discussões em torno da Lei nº8.313/91, mais conhecida como Lei Rounet, em que o novo projeto de lei prevê novas faixas de dedução fiscal e fortalecimento do FNC (PONTE, 2012, p.47).

Ainda é forte a questão de que a maioria das ações políticas do governo federal é justificada pelo discurso de uma política para garantir o direito à cidadania da população, principalmente das chamadas *minorias*. No entanto, principalmente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os efeitos econômicos das políticas culturais não foram desconsiderados. Assim, um eixo que tem sido fundamental para a realização de muitas ações no sentido da inclusão da cultura no processo de desenvolvimento tem sido o eixo da chamada *economia criativa*.

---

<sup>3</sup>Disponível:[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atualizacao/Cultura/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura/)

É visível o esforço desse setor por via do poder público, mais precisamente através da Secretaria da Economia Criativa, secretaria subordinada ao Ministério da Cultura. Em 2010, o Minc lançou o *Edital para Seleção de Incubadoras de Empreendimentos Culturais e Artísticos*, com o objetivo de oferecer consultoria jurídica, empresarial, financeira, tecnológica e administrativa às empresas incubadas. O edital faz parte do Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura – Prodec, que tem como princípios norteadores a diversidade cultural, a sustentabilidade, a inovação e a inclusão social.

Algumas das políticas, diretrizes e ações do Plano da Secretaria da Economia Criativa para o período de 2012-2015 são: criação da conta satélite nacional para informar o tamanho do PIB, da ocupação e da renda geradas pelas atividades criativas; mapeamento das informações sobre a economia criativa; criação do OBEC - Observatório Brasileiro da Economia Criativa; crédito criativo; incentivos à formação profissional em diversos níveis na área da cultura; construção de pesquisas, indicadores e informações em parceria com outras instituições, entre outras. E é analisando esse plano que percebemos que, apesar de ações já iniciadas, o Brasil ainda está em fase de investimento em *diagnósticos* (pesquisas, indicadores, reflexão e consolidação do seu modelo de inclusão da cultura no desenvolvimento) do seu setor cultural para só então propor políticas culturais públicas mais sólidas. E é aí que entra o papel fundamental da Economia da Cultura, que será detalhado mais adiante.

### **3.3 Na Paraíba**

Seguindo um pouco a linha de atuação do governo federal, a Paraíba tem investido ainda na construção e consolidação de planos, metas, pesquisas e na formação de gestores, articuladores e conselheiros da área cultural. É perceptível a participação da Secretaria Estadual de Cultura em congressos, colóquios e demais eventos no intuito de se atualizar sobre os debates que tem ocorridos sobre todos os temas que a área cultural emana. Em novembro de

2012, a Secult-PB promoveu uma oficina de capacitação de gestores para o Sistema Nacional de Cultura, por exemplo.

O processo de construção do Plano Estadual de Cultura pode comportar-se tanto como uma ação política quanto uma pesquisa, pois em junho do ano de 2012, em parceria com o Ministério da Cultura, a Secretaria de Cultura da Paraíba iniciou o 1º Mapeamento da Gestão Pública de Cultura da Paraíba, com o objetivo de colher informações das potencialidades culturais das 223 cidades paraibanas, informações para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Cultura da Paraíba. Além disso, durante o processo de elaboração do plano já foram criados doze Fóruns Regionais de Planejamento da Cultura e doze Grupos Técnicos, formados por representantes do poder público e da sociedade civil.

Um dos instrumentos que a Paraíba tem para auxiliar na integração entre cultura e desenvolvimento é o Fundo de Incentivo a Cultura Augusto dos Anjos, considerado a Lei de Cultura no Estado da Paraíba. Segundo Hipólito Lucena, um dos ativistas culturais da Paraíba, esse instrumento completa o ideal de desenvolvimento econômico, social e cultural da região por meio da ação cultural (2012, p.67). Esse instrumento já aprovou 200 projetos, calculando um total de 9 milhões de reais advindos do tesouro estadual e de auxílios e/ou contribuições oriundas de organismos públicos e privados, transferências de convênios, doações de pessoas físicas e jurídicas, e de 5% dos resultados líquidos da Loteria do Estado da Paraíba.

## CAPÍTULO III

### CULTURA E DESENVOLVIMENTO NOS DOCUMENTOS POLÍTICO-PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE

#### 1. Campina Grande: desenvolvimento e vocação artística

Campina Grande está localizada no Planalto da Borborema, mais precisamente na mesorregião do Agreste Paraibano. Sua localização estratégica possibilitou seu crescimento, pois desde o seu processo de consolidação enquanto cidade, recebia tanto quem vinha do sertão quanto quem vinha do litoral da Paraíba, servindo de ponto de apoio para os chamados “tropeiros”. Quando, em 1864, Campina Grande passa a ser cidade, de fato, e ganha maior expressão dentro da região devido ao crescimento da feira de gado e ao estabelecimento do comércio, há um aumento no fluxo da população. Na década de 30, Campina Grande se destaca na produção algodoeira. Esses principais fatos “forçaram” a cidade a investir em estrutura e infra-estrutura para dar conta das novas demandas que ali se colocavam.

Tudo isso foi implicando no surgimento e intensificação do comércio, da urbanização, da reorganização espacial da cidade, da introdução de novas técnicas e equipamentos urbanos, como a estrada de ferro, por exemplo, além de universidades e instituições culturais: crescia o número de cineclubes, teatros, organizações carnavalescas, grupos musicais populares, dentre outros ligados às artes.

Segundo Wagner Geminiano dos Santos (2008, p.29), algumas práticas discursivas e também não discursivas possibilitaram transformações que contribuíram para que Campina Grande passasse a ser vista como “cidade cultural”, e não apenas como “cidade do trabalho” ou “pólo comercial do Norte/Nordeste”, isso em um curto espaço de tempo, de 60 a 80 do século XX, graças à ação de políticos, intelectuais e representantes da elite local que investiam em eventos culturais da cidade, suas principais festas e festejos tradicionais. Graças à ação dos agentes sociais citados, foi se estabelecendo

um certo léxico destinado a construir uma imagem da cidade como sendo “grande”, “moderna”, em “pleno desenvolvimento” e com grande “vocação cultural”.

Como se insere a preocupação com a cultura nesse cenário? O que observamos é um intenso e rápido florescimento cultural aliado ao desenvolvimento econômico observado na história da cidade. Nossa interpretação é de que essa relação   menos do tipo causal e mais do tipo associacional, como já discutido no primeiro capítulo desta disserta o.

Nosso interesse é apresentar agora uma análise das diversas fontes de documentos que apresentam a relação entre cultura e desenvolvimento, para s  demonstrar como tem sido colocada essa relação no período aqui focalizado - 2000 a 2011.

Inicialmente, apresentamos alguns dados do setor cultural (independente da discussão com referência   relação entre cultura e desenvolvimento) do município de Campina Grande, a fim de que se possa ter uma noção básica sobre com o mesmo é colocado no cenário institucional público, tanto em termos do discurso quanto em termos de estrutura ( rg os, conselhos, organizações).

Campina Grande s  veio ter uma Secretaria de Cultura em 2011. Antes, o setor cultural da cidade era gerenciado no âmbito da Secretaria de Educa o, Esporte e Cultura. Entre os anos de 1992 a 2003, esse setor também contava com a atuação da Funda o de Cultura e Esporte de Campina Grande – FUNCESP. Atualmente, Campina Grande possui o Conselho Municipal de Cultura que, por ser criado recentemente, em agosto de 2012, passa a funcionar, de fato, apenas no presente ano, 2013. Nessa  rea vale citar também o Fundo Municipal de Cultura – MUNIC, criado desde 2004.

O fato da recente criação de uma secretaria exclusiva para o setor cultural reflete a tendência em nível nacional: caráter tardio, como define Rubim (2007) e como já apresentamos no Capítulo II. A classe cultural reivindicou o desmembramento, que antes já era apoiado pelo então secretário Flávio Romero. A idéia da criação da Secretaria de Cultura de Campina Grande vinha

sendo discutida desde 2009, ano em que foi realizada a II Conferência Municipal de Cultura. Os dados indicam também que outro órgão público envolvido na administração da cultura, especificamente nos principais eventos culturais da cidade, é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

É importante lembrar que a dinâmica das políticas públicas locais de cultura tem sofrido a influência das exigências institucionais para que a cidade participe do Sistema Nacional de Cultura. As exigências como requisitos fundamentais para essa participação são: a existência de um Fundo Municipal de Cultura; de uma Secretaria Municipal de Cultura; e de um Conselho Municipal de Cultura; observou-se, no nível do governo local, uma série de esforços de configuração institucional.

Embora não haja uma política pública cultural formulada oficialmente, discutida, registrada e apresentada à sociedade, o que existe, na verdade, são algumas diretrizes para o campo do patrimônio cultural da cidade apresentadas, como as incluídas no Plano Diretor-2006. Consultamos as instâncias descritas acima e não encontramos nenhum documento oficial em que argumentos, objetivos, metas, metodologias e prioridades estejam definidas.<sup>1</sup>

O que se encontrou para investigar, na verdade, foram projetos da prefeitura e de associações, projetos da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, leis em que a cultura local está contemplada, além de requerimentos e documentos originários de reuniões, bem como um plano de governo e algumas pesquisas oficiais, além do Plano Diretor da cidade. Todos foram devidamente analisados, buscando identificar neles a presença ou não da relação entre cultura e desenvolvimento.

## **2. Análises documentais**

---

<sup>1</sup> De acordo com as entrevistas com ex-gestores e artistas locais, as ações realizadas na área têm sido discutidas e executadas de forma pontual, a partir de projetos independentes, por exemplo.

## 2.1 Leis, Decretos, Requerimentos

A primeira lei municipal em que o termo *cultura* (e seus derivados) está presente é a Lei Orgânica do Município, que é de 1990. Com relação às prioridades e competências do município, a cultura está colocada da seguinte forma:

### Parágrafo Único

Serão prioridades do Município, além do previsto no *caput* deste artigo, as seguintes:

II - preservação de sua identidade, adequando as exigências do desenvolvimento econômico e social, à memória histórica, à sua tradição cultural e peculiaridades locais. (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1990, p.2)

### Art. 10 - Compete ao Município:

VI - difundir a seguridade social, a educação, a cultura, o desporto, a ciência e a tecnologia. (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1990, p.5)

De início, tem-se a restrição da dimensão econômica do desenvolvimento, seguida da dimensão social. O tipo de desenvolvimento como colocado na lei acima citada está como que submetido ao aspecto cultural da cidade. Dessa forma, a lei termina “orientando” o planejamento do desenvolvimento geral da cidade. O Art.10 complementa esse sentido de um desenvolvimento mais amplo, aquele que atinge os diversos aspectos: seguridade social, cultura, educação, entre outros.

Na subseção III da lei, que foi dedicada especificamente para a esfera cultural, encontram-se regras relativas à definição, uso e preservação do patrimônio cultural da cidade, inspiradas na Constituição de 1988. E quanto ao apoio para a produção cultural, a lei afirma que incentivos para a produção e conhecimento de bens e valores culturais serão estabelecidos por meio de leis complementares (Art. 205, parágrafo § 3º), a exemplo do FUMIC – Fundo Municipal de Incentivo à Cultura. Também é interessante observar os artigos 210 e 211, que dizem respeito ao apoio e incentivo ao artista local:

Art. 210 – Fica o Município obrigado, salvo se já existir, a incorporar na arquitetura ambiental e cada prédio público seu, pelo menos, uma obra-de-arte de um artista campinense, em local de fácil acesso ao público.

Art. 211 – O Poder Público Municipal empreenderá ações objetivando o estímulo, a valorização, o apoio e divulgação do artista e da sua criação, conforme o disposto em lei especial.

Na Lei Orgânica do Município de 1990, no Art.30 e item IV, também foi criado o Fundo Municipal de Cultura. No ano seguinte, em 1991, o então prefeito Cássio Cunha Lima cria a Lei nº2.287 que origina o *Incentivo à Cultura*, segundo a qual o poder público daria um desconto de 15% nos impostos do IPTU e ISS para quem quisesse investir em cultura.

Segundo Hipólito Lucena, um dos ativistas culturais que viveu todo esse processo de luta por leis culturais, entre outras lutas do setor cultural, Campina Grande foi a primeira cidade do Brasil a criar uma lei de incentivo à cultura. Essa lei teve a Fundação de Cultura e Esportes-FUNCESP, instituição na qual o apoio governamental começava, através da seleção dos projetos, por exemplo.

Em maio de 2007, o então prefeito Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, criou a Lei nº4516, que dá nova denominação e reestrutura o Fundo Municipal de Cultura - FUMUC. Agora, o antigo FUMUC, passa a ser chamado de Fundo Municipal de Incentivo à Cultura - FUMIC. No texto da lei se explicita seu objetivo, o de fomentar a produção cultural local, mediante o apoio financeiro a projetos das mais diversas áreas culturais, “visando assegurar à população o acesso aos bens culturais, numa perspectiva inclusiva” (2007, p.1). Vejamos alguns destaques da lei:

Art. 7º

§ 1º Os projetos deverão apresentar proposta de contrapartida social, entendida como ação a ser desenvolvida em retorno ao apoio financeiro recebido, relacionada à descentralização cultural e à universalização e democratização do acesso aos bens culturais.

Art.8º- Caberá ao Poder Executivo:

I-Propor mecanismos para incrementar o apoio financeiro da iniciativa privada ao FUMIC, mediante a adoção de políticas fiscais de incentivo à cultura.

A lei, ao usar palavras e expressões, como “acesso aos bens culturais” e “perspectiva inclusiva”, deixa claro o sentido social da produção cultural que quer estimular. Expressões como “descentralização” e “democratização” representam o desejo de uma política cultural mais igualitária, ainda que isso fique ou não no discurso da lei. É interessante observar no Art.8º o fato de ser responsabilidade do Poder Executivo criar mecanismos para ampliar o apoio financeiro da iniciativa privada ao FUMIC, ao mesmo tempo em que se restringe esse apoio a um determinado tipo de política: a política fiscal.

No que se refere à efetividade desse caminho de financiamento da cultura mediado por políticas fiscais de isenção aos apoiadores das atividades artísticas os produtores culturais locais ainda encontram muitas dificuldades de encontrar investidores/patrocinadores que adiram à Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de dezembro de 1991, atualizada pelo Decreto-Lei nº 1.494, em maio de 1995). Segundo depoimento de Hipólito Lucena, um dos ativistas culturais de Campina Grande, o problema da Lei Rouanet na cidade é justamente a questão da captação do recurso, pois o produtor cultural ou o artista tem que ir atrás da empresa que queira investir e que pode investir por meio dessa lei, em que o investimento é retirado do Imposto de Renda-IR, e são poucas empresas que interessadas.

Ainda segundo esse informante, as empresas que existem em Campina Grande, que podem aderir à Lei Rouanet, são partes de corporações em que o núcleo gestor está em outro estado ou mesmo região. Ou seja, a decisão final das ações termina ficando submetida às intenções de estratégias das corporações das empresas e, em muitos casos, prevalecem os projetos cujo espaço de realização tenham seus núcleos no eixo Rio - São Paulo. As empresas cujas filiais se localizam aqui terminam investindo seus recursos nesses estados, ficando Campina Grande com pouco ou quase nenhum

investimento na área cultural, quando considera o aporte mediado pelas políticas de isenção fiscal.

Um dado ilustrativo da concentração dos investimentos por meio da Lei Rouanet relativo ao ano de 2011, é o de que 70% de todo o montante liberado pela lei ficaram concentrados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Ana Carla Fonseca Reis (2007, p.38) a divulgação dos números de captação das leis Rouanet e do Audiovisual, por exemplo, não é elucidativo, pois a utilização desses recursos deveria ser visto como um meio para atingir objetivos específicos e não com um fim em si mesmo.

O que a autora quer dizer é justamente o fato de pouco importar o número de projetos que a lei conseguiu beneficiar, pois o que deveria importar mesmo é o destino do projeto, as pessoas beneficiadas, a contribuição para reforçar a identidade, a preservação da diversidade, entre tantos outros elementos que dão suporte para justificar o investimento em cultura. Essa é uma das várias críticas que se fazem a essa lei.<sup>2</sup>

O fato é que a legislação atual, desde aquela da ordem federal até a municipal, ainda não dá conta da complexidade do campo cultural, exigindo uma estrutura muito formal e burocrática para que se tenha acesso aos incentivos fiscais. Além disso, as leis não têm garantido avanços em termos de autossustentação econômica de projetos, das organizações culturais, intensificando a grande dependência de incentivos providos do poder público. Surge aí um ciclo vicioso: um projeto precisa de incentivo, o poder público dá aquele incentivo exato, mas não dá condições de continuidade dele.

Além das leis acima comentadas, ainda consultamos 57 requerimentos e projetos de leis encontrados no site da câmara municipal, dentro do período de 2000 a 2011, dentre os quais estão alguns especificamente ligados ao setor cultural. Entre esses requerimentos e projetos de leis estão pedidos de manutenção e de vigilantes para equipamentos culturais, criação de espaços para atividades culturais, pedidos de desenvolvimento de projetos culturais, de

---

<sup>2</sup> A intenção da lembrança sobre a Lei Rouanet é apenas mostrar como Campina Grande (e tantas outras cidades) termina tendo o seu processo de desenvolvimento cultural prejudicado, não apenas por causa desse efeito da lei, claro, mas por isso “também”.

homenagens a artistas locais, para diminuição de preços para entrada no teatro, de apoio a eventos culturais, de criação de projetos, de lei de criação da Secretaria de Cultura, entre outros. Assim, são mais ações pontuais, com incipiente caráter estrutural, ou seja, não são ações que alcançam significativamente uma política pública de escopo mais amplo para a cultura.

## 2.2 Planos diversos

- Plano Diretor de Campina Grande

Este talvez seja um dos documentos mais importantes a serem analisados, pois é através dele que se visualiza a gestão do desenvolvimento da cidade, já que as políticas públicas são em grande medida norteadas a partir dele. É válido lembrar que o Plano Diretor não está voltado apenas para o poder público, mas também para o poder privado. O Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do município devem adequar-se ao Plano Diretor.

No Art. 7º afirma-se que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende a algumas exigências fundamentais de ordem do Município, e entre as citadas, no tópico III, está *a proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural*. No Art.8º, ao se falar na sustentabilidade urbana, esta, entendida no documento em questão, como *desenvolvimento local equilibrado*, coloca os *valores culturais* e o *fortalecimento político-institucional* como bases principais.

Ainda no Art. 8º, o tópico III revela a intenção de ampliar as oportunidades *através do trabalho, da educação e da cultura*. No tópico VI tem-se o reconhecimento da importância da *criatividade* e do *empreendedorismo* para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes. Em uma das suas diretrizes gerais, quanto à ordenação e uso do solo, o Plano Diretor expõe a valorização da diversidade cultural do município.

O Capítulo V do Plano Diretor é todo voltado para a questão do patrimônio cultural do município de Campina Grande. Nele estão dispostas definições sobre o que é patrimônio material e patrimônio imaterial. No intuito de alcançar alguns objetivos da promoção da Política Municipal do Patrimônio Cultural, são, nessa seção, traçadas algumas diretrizes para a construção do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural, e como última diretriz está: estratégias para a inclusão do patrimônio cultural nas políticas públicas.

No Capítulo VI, que trata *Do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico*, em um dos objetivos desta política está o incentivo ao desenvolvimento local através de programas de geração de emprego e renda e, como exemplo, está o estímulo e o fomento ao artesanato, valorizando-se os diversos aspectos da arte e da cultura popular regional. Na Seção II deste mesmo capítulo, que trata do turismo na cidade, um dos objetivos é *articular programas e ações turístico-culturais com os municípios circunvizinhos*. Alguns destaques propostos para as políticas quanto ao patrimônio cultural são:

A democratização do acesso aos bens culturais e à proteção do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e urbanístico e dos conhecimentos e modos de fazer identificados como elementos pertencentes à cultura comunitária, os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social, bem como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas (Plano Diretor de Campina Grande, 2006, p.49).

Assim, ainda que a cultura esteja colocada em linhas gerais, pois está é uma característica própria do tipo de plano como o Plano Diretor, percebe-se que a cultura aparece em três associações bem importantes: primeiro enquanto um conjunto de valores culturais a serem preservados (sentido antropológico); segundo como algo a que os cidadãos deveriam ter acesso democrático (como um direito social); e também como estratégia de criação de emprego e renda (sentido economicista).

- Plano de ação da FUNCESP

A FUNCESP (Fundação de Cultura e Esportes) criou uma cartilha em que está apresentado um pequeno histórico da legislação quanto ao setor cultural, além de explicações de como seria sua participação e quais os procedimentos que os interessados deveriam adotar, bem como a apresentação de edital e formulário. Da apresentação do documento citado citamos um trecho, retirado do discurso do então prefeito Cássio Cunha Lima:

Com sua legislação sobre incentivos à cultura, assume a Prefeitura Municipal de Campina Grande, mais um compromisso com o processo de *desenvolvimento cultural* (...). Partimos do pressuposto básico de que cultura não é somente um produto acabado, no plano artístico ou em outro qualquer, pois cultura é também gerar recursos para que haja efetivo *apoio e real estímulo à criatividade*. Ademais, julgamos imperativo estender os condutos culturais ao povo, de onde são captados seus conteúdos, para ele, povo, beneficiar-se do que produz. Portanto, essa cartilha demonstra por si o intuito norteante da legislação específica com a qual procuramos reger a matéria: em se tratando de incentivos à cultura, ao invés de realizações eventuais (apesar de significativas), o preferível é seguir o roteiro de um trabalho sistemático e coordenado desde a planificação até a execução, cujo sentido da unidade e de continuidade atinja todas as camadas populacionais no âmbito do Município. Afinal de contas, uma das nossas convicções firmes é a de que o bem comum requer a compreensão e a receptividade peculiares a quantos se dedicam à vida. (2000, p.3, grifos nossos).

Na mesma cartilha em questão, encontramos o discurso do então diretor executivo da Fundação de Cultura e Esportes-FUNCESP, João Moreira Dantas, do qual selecionamos o seguinte trecho:

A legislação municipal formulada para instituir, regulamentar e outorgar aplicabilidade à realização de projetos culturais reflete de maneira taxativa o descortino administrativo do Prefeito Cássio Cunha Lima no trato das questões que compõem o diversificado universo da

cultura. Portanto, o Chefe Executivo Municipal denota possuir visão nítida de que *o progresso de uma comunidade não é puramente econômico, mas também sócio-cultural*. Uma comunidade *progride* no prisma sócio-cultural ao abranger a plena participação de cada indivíduo como *gerador e assimilador de cultura*, contribuindo de modo efetivo para elevar o convívio social. (...) O respeito à *liberdade criativa* em todos os aspectos é fator precípua para que a cultura possa se desenvolver dentro das aptidões de cada pessoa. Pois é o somatório de aptidões individuais que engrandece a inventividade do espírito humano. (DANTAS, 2000, p.4, grifos nossos)

O discurso do prefeito Cássio Cunha Lima apresenta a cultura enquanto meio para gerar recursos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento também, nessa dimensão. Essa visão até então não era colocada de forma tão clara, objetiva e direta nas formulações das políticas culturais de Campina Grande. O discurso do então prefeito coloca também a possibilidade de obtenção de recursos por meio da cultura como justificativa para o “efetivo apoio e real estímulo à criatividade”. Ou seja, em outras palavras mais diretas, o que ele quis dizer é que, como agora a cultura pode gerar algum tipo de renda, de lucro, ela terá mais apoio e estímulo do poder público, como podemos verificar no seguinte trecho escrito pelo então prefeito Cássio Cunha Lima: “Partimos do pressuposto básico de que cultura não é somente um produto acabado, no plano artístico ou em outro qualquer, pois cultura é também gerar recursos para que haja efetivo *apoio e real estímulo à criatividade*”.

Portanto, percebemos que há um encontro de significados para o termo cultura: a cultura enquanto produção artística; a cultura em outros planos (incluindo a possibilidade de um conjunto de valores e práticas de um povo); a cultura enquanto atividade geradora de recursos; a cultura enquanto motivo de apoio (supõem-se apoios diversos: político, financeiro, social, etc.); e a cultura enquanto força para o estímulo à criatividade. Também há o reconhecimento da cultura enquanto produto da manifestação de um povo, quando o prefeito Cássio afirma: “Ademais, julgamos imperativo estender os condutos culturais

ao povo, de onde são captados seus conteúdos, para ele, povo, beneficiar-se do que produz”.

E, sendo produto das manifestações de um povo, o prefeito entende que o povo é quem deve beneficiar-se da própria produção (cultural). Vemos, então, uma noção ampla para o termo cultura, ou mesmo uma diversidade de funcionalidades atribuídas a ela. Pegando a relação entre povo e cultura que o prefeito faz, podemos fazer uma ponte com a noção de cultura dada por Milton Santos (2002, p.65): autenticidade, integridade e liberdade. Pois, a cultura torna-se autêntica quando parte do povo; tem caráter de integridade quando interliga manifestações diversas; e apresenta-se como liberdade quando permite autonomia ao povo para tomar decisões (por exemplo, a liberdade de optar pela inserção da cultura em um novo tipo de economia, economia da informação, do conhecimento e da criatividade).

No discurso é possível ver uma associação da *cultura* com a possibilidade de geração de renda e é aludida a necessidade de um trabalho sistemático na área. Mais duas outras associações são colocadas: a importância do acesso do povo à cultura, reconhecendo que é do povo que ela parte; e o reconhecimento da necessidade de uma política cultural mais contínua, “ao invés de realizações eventuais”, mesmo estas tendo o seu significado.

Já o discurso do diretor executivo da FUNCESP faz inicialmente uma enunciação de princípios, afirmando que o prefeito reconhece o progresso de uma comunidade não é apenas como econômico, mas também sócio-cultural. Em consonância com o discurso do prefeito, o diretor da FUNCESP reconhece a participação do povo como gerador e assimilador de cultura. Em geral, no seu discurso, predomina a dimensão social e simbólica da cultura no “progresso”, à medida que evidencia a cultura como elevadora do “convívio social” e do “espírito humano”. Podemos lembrar aqui as idéias de Amartya Sen (2000), em que o desenvolvimento está bastante ligado ao povo e, conseqüentemente, à sua cultura. Ou seja, analisando de modo bem geral, o desenvolvimento deve ser para garantir a liberdade do indivíduo social e humano para tomar suas decisões mediante a garantia de um conjunto de

opções para o desenvolvimento de suas capacidades. Desse modo, o desenvolvimento estaria ganhando, pegando o sentido das palavras do diretor executivo da Funcesp, um “espírito” mais “humano”. E tudo isso interfere na cultura, no respeito à ela e na tomada de consciência de que ela pode estar à serviço, em suas diversas dimensões, das transformações desejadas.

Em outro documento desta instituição, um panfleto no qual são apresentados os projetos da fundação aqui focalizada, João Moreira Dantas (diretor) escreve:

A cada ano que passa, as empresas estão compreendendo que arte e cultura são produtos de grande poder institucional, pois alavanca sua imagem junto à sociedade. A Prefeitura Municipal de Campina Grande está facilitando cada vez mais este processo, onde todos ganham: o artista, com seu trabalho, as empresas, com seu nome vinculado a um produto artístico e a sociedade, que vai consumir arte de qualidade. (...) O potencial da sua empresa é potencial da cultura de Campina. (texto extraído de um panfleto da FUNCESP, 2000).

No trecho do discurso do diretor acima citado observa-se a colocação da importância de as empresas terem seus nomes vinculados à uma atividade cultural na cidade de Campina Grande. Também são mencionados os benefícios para o artista, que *ganha com seu trabalho*; e para a sociedade, que ganha ao consumir “arte de qualidade”. O discurso funciona quase como um apelo, justificado pela tendência citada de que, a cada ano, a compreensão de que “arte e cultura são produtos de grande poder institucional” estaria se consolidando.

A associação subjacente entre cultura e ganhos parece apontar para uma lógica mais ampla do que apenas a mercadológica, já que não apenas as empresas ganhariam, mas todos os setores sociais e econômicos da cidade, isso levando em consideração projetos culturais com qualidade. Como essa lógica mais ampla seria mais difícil de conquistar legitimidade, o discurso começa por tentar convencer as empresas em primeiro lugar, a partir dos

benefícios para ela, e só depois colocados os benefícios para a sociedade, como uma estratégia mais viável que se poderia utilizar para alcançar um objetivo maior: o reconhecimento de que a cultura também pode gerar vários tipos de ganhos, inclusive em termos de emprego e renda, contribuindo assim para o desenvolvimento da cidade.

Os sentidos da discussão sobre a cultura aqui aludidos remetem para as associações entre a cultura e o mercado, em um contexto marcado pela disseminação global da ideologia neoliberal, segundo a qual tudo se justifica e ganha plausibilidade através da ligação com as possibilidades de contribuição para a maximização do desempenho econômico. Desse modo, a defesa da importância da cultura estaria fundamentada no reconhecimento de sua capacidade de reverter dividendos econômicos às empresas eventualmente financiadoras.

- Projetos gerais da Agência Municipal de Desenvolvimento – AMDE

O município de Campina Grande conta com a Agência Municipal de Desenvolvimento - AMDE, que é uma autarquia municipal, vinculada ao gabinete do prefeito, com encargos e atribuições definidos por lei municipal. A AMDE tem o objetivo principal de planejar o desenvolvimento econômico e social da cidade de Campina Grande, isso através da ampliação de oportunidades de emprego e renda, tanto do setor formal quanto informal da economia.

Em uma de suas publicações, na qual seus projetos estão colocados de forma resumida, a cultura está enquadrada no “Programas de Âmbito mais Geral”, tais como o de “Revitalização de Mercados e da Feira Central”, que envolveriam a questão da conservação e uso do patrimônio cultural, com o intuito de “melhorar sua infra-estrutura, reequipá-los e torná-los mais atrativos”; o programa “Revitalização do Centro Urbano Campina Déco”, o qual teria o intuito da “restauração das fachadas comerciais e das calçadas do centro da cidade, e a realocação dos mais de mil vendedores ambulantes para áreas

específicas, denominadas “Áreas de Recreação, Cultura e Comércio ao Ar Livre (ARCCAs)” (cf. FREITAS *et al*, 2001, p.6).

Embora os aspectos ligados à cultura não sejam priorizados como uma área específica, com ações voltadas exclusivamente para o setor cultural (equipamentos e espaços culturais, projetos culturais com dimensões econômicas, entre outros), percebemos que o eles estão dissolvidos nos demais projetos da AMDE de Campina Grande, ainda que restritos às condições de infra-estrutura, como podemos observar nas descrições dos projetos a seguir:

Revitalização de Mercados e da Feira Central – visa a melhorar sua infra-estrutura, reequipá-los e torná-los mais atrativos;

Revitalização do Centro Urbano “Campina Déco” – abrange a restauração das fachadas comerciais e das calçadas do centro da cidade, e a realocação dos mais de mil vendedores ambulantes para áreas específicas, denominadas Áreas de Recreação, Cultura e Comércio ao Ar Livre (ARCCAs). (AMDE, 2000, p.6).

- Plano de debate para Política Cultural – 2004

Em abril de 2004, foi enviado a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, como sugestão da Associação Campinense de Poetas e Escritores, um plano de debate no qual se apresentaram elementos para a definição, metas e instrumentos da política cultural, dentre outras. O referido documento encontramos a seguinte definição de política cultural: “É uma política de integração e apoio às diversas manifestações culturais, dando informações e fazendo intercâmbio da cultura, de preferência desvinculada da política eleitoral” (texto retirado do Plano de Debate para Política Cultural da Associação Cultural de Poetas e Escritores, 2004, p.1).

A menção final à questão da “política eleitoral” é importante, porque aponta para o que parece ser visto como um significativo obstáculo ao funcionamento adequado das dinâmicas de gestão pública da cultura na cidade

de Campina Grande, tendo em vista o acirramento político-partidário já bastante conhecido na cidade.

Em outro trecho do documento citado, quando se fala sobre as estratégias para a fomentação da cultura no âmbito municipal, esse aspecto reaparece: “Criar um grupo sério e coerente para discutir a cultura em geral, grupo este que ame a cultura e não faça dela apenas um meio de vida ou trampolim para cargos na política”.<sup>3</sup>

É interessante observar a ênfase no desejo de uma política pública cultural mais ampla, e não apenas restrita a ações pontuais, ou mesmo como foi colocado para reflexão (e que pode ser conferido no quadro 3): “presença forte de uma visão imediatista da produção cultural”, “tentativas isoladas que não significam uma política pública para a cultura”, além disso estar refletido na idéia de se criar um grupo que “ame a cultura”, como se quisesse dar ênfase que só a ação política interessada não basta.

Isso é comum nas discussões sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, entendendo que para que haja desenvolvimento a partir da cultura, é necessário que se pense em políticas mais sólidas e contínuas, com objetivos que perpassem o ato da ação ou atividade em si, sendo importante, por exemplo, a articulação entre as ações culturais e outros setores sociais, econômicos e mesmo outros setores das políticas públicas.

É possível fazer uma “ponte” entre as prioridades e o papel da iniciativa privada, colocados no plano de debate, a partir de um questionamento comum ao se tratar de investimento privado em cultura: É possível apoiar, através do poder privado, alguma atividade cultural que não tem muito sucesso na mídia e possui um público pequeno? Essa é uma questão que, inclusive, foi citada por todos os entrevistados por esta pesquisa, afirmando que a maioria das

---

<sup>3</sup> No quadro 3 (abaixo), observamos que a questão da política partidária é citada quatro vezes. Essa situação faz recordar o que Feijó já havia dito: “Não se pode confundir cultura a serviço da política com política a serviço da cultura” (1983, p.9). Parece que esse é o receio que permeia o discurso do plano de debate sobre política cultural ora aqui apresentado e analisado.

empresas só quer investir em projetos que lhe darão um retorno garantido e, em geral, buscam analisar detalhes como público e imagem diante da mídia. Observemos o quadro abaixo que resume o que foi exposto:

**Quadro 3. Destaques das propostas do Plano de Debate sobre Política Cultural**

QUESTÃO	DESTAQUES DA PROPOSTA
<b>Definição de política cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política de integração e apoio as diversas culturas</li> <li>• Desvinculada da política eleitoral</li> </ul>
<b>Estratégias de fomento cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de grupo que ame a cultura</li> <li>• Grupo que não leve a cultura apenas como meio de vida</li> <li>• Grupo que não use a cultura apenas como “trampolim” para cargos políticos</li> </ul>
<b>Prioridades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descobrir potenciais independentes da mídia e do sucesso de público.</li> </ul>
<b>Crítérios para aplicação de recursos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importância histórica cultural</li> <li>• Qualidade do trabalho</li> <li>• Desvinculados do interesse de grupos políticos</li> </ul>
<b>Papel da iniciativa privada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Patrocinadora da cultura</li> <li>• Obter publicidade e lucros também</li> <li>• Cultura é obrigação de todos</li> </ul>
<b>Reconhecimento da identidade cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizando a cultura que tem qualidade</li> <li>• Separando a cultura dos interesses de grupos políticos</li> <li>• Colocando a cultura nas mãos de grupos culturais</li> </ul>
<b>Reflexão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença forte de visão imediatista da produção cultural</li> <li>• Não há uma política cultural</li> <li>• Tentativas isoladas que não significam uma política pública para a cultura.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora da dissertação.

- Plano de governo do PMDB (2004-2012)

Embora não seja um documento oficial, na medida em que o PMDB esteve à frente da prefeitura de Campina Grande nesse período, consideramos importante analisar de que maneira aparece no plano de governo municipal a visão de cultura.

Como vemos no Quadro 4, abaixo apresentado, há um discurso geral de priorização da *inclusão social*, de *promoção da cidadania* e de *democratização dos espaços públicos*, observando-se também uma certa ênfase na preservação da cultura e do estímulo à formação de uma identidade cultural local. Podemos considerar essa visão de cultura em termos de um processo mais geral de desenvolvimento, já que atinge os modos de ser e fazer da sociedade.

É possível observar também considerar que a cultura está colocada enquanto vetor de geração de recursos, como incentivo à produção cultural; criação do selo municipal de cultura; realização de festivais culturais; além de uma “campanha de conscientização e sensibilidade dos patrocinadores”.

**Quadro 4 - Destaques das propostas do plano de governo de 2004-2012**

QUESTÃO	DESTAQUES DA PROPOSTA
<b>Visão de cultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrumento de inclusão social, cidadania e democratização dos espaços públicos</li> </ul>
<b>Objetivos gerais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de Fóruns Permanentes de Cultura para discutir entraves, demandas e sugestões para a ampliação das políticas públicas culturais</li> <li>• Formular um calendário cultural para preservar a identidade cultural da cidade, incentivar a produção e o intercâmbio cultural, bem como a circulação de bens culturais através de parcerias entre poder público, segmentos culturais, sociedade civil e iniciativa privada.</li> </ul>
<b>Objetivos específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar um espaço de Cultura Viva de entretenimento no Cine Capitólio</li> <li>• Criação de um Selo Municipal de Cultura</li> <li>• Campanha de conscientização e sensibilidade dos patrocinadores</li> <li>• Realizar Festivais Culturais</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora da dissertação.

### 2.3 Projetos de artistas e do poder público

Para a análise aqui apresentada foram selecionados 13 projetos (quantidade total encontrada nos arquivos da Secretaria de Cultura de Campina Grande)vindos da classe artística ou associações artísticas, os quais na época concorreram a subsídios públicos para desenvolvê-los, no período de 2000 a 2011. No quadro 5 estão apresentados os destaques em termos de conteúdo dos discursos presentes nos projetos, bem como a quantidade de projetos em que estes destaques estavam contemplados de forma clara e objetiva.

A maioria dos projetos deixou explícito o princípio da valorização da cultura local ou regional (no caso, o Nordeste) e todos os projetos pretendiam trabalhar com comunidades carentes e grupos considerados excluídos da sociedade. Isso demonstra a preocupação com a preservação da cultura local, bem como com a inclusão social, variáveis que podem ser vistas como compondo uma visão ao menos subjacente de desenvolvimento local. Apesar de 10 projetos afirmarem contribuir para a questão da profissionalização de indivíduos, apenas 3 deles pretendiam lançar um *produto cultural* de imediato.

**Quadro 5 - Destaques dos conteúdos dos projetos dos artistas**

CONTEÚDOS	QUANTIDADE DE PROJETOS
Valorização da cultura local ou regional	8
Contribuição para a formação profissional	10
Geração de emprego e renda	7
Formação de caráter, cidadania, inclusão social	7
Lançamento de um bem ou produto cultural	3
Trabalhos com comunidades carentes e grupos excluídos	13

Fonte: elaborado pela autora da dissertação.

Com relação aos projetos elaborados pelo próprio poder público, foram encontrados um total de 23 projetos, realizados no período de 2000 a 2011 (ver quadro 6). A maioria dos projetos tinha exposta a valorização da cultura local e um pouco mais da metade (12 projetos) tinha seus objetivos direcionados para comunidades carentes ou grupos excluídos. Muitos projetos (14 projetos) afirmavam contribuir, de alguma forma, para a questão da geração de emprego e renda (diretos e indiretos) na economia da cidade e apenas 4 projetos pretendiam lançar *produtos culturais*. E quanto à contribuição para a formação profissional, todos os projetos que tinham esse objetivo, pretendiam alcançá-lo através de oficinas.

**Quadro 6 - Destaques dos conteúdos dos projetos do poder público**

CONTEÚDOS	QUANTIDADE DE PROJETOS
Valorização da cultura local ou regional	20
Contribuição para a formação profissional	8
Geração de emprego e renda	14
Formação de caráter, cidadania, inclusão social	18
Lançamento de um bem ou produto cultural	4
Trabalhos com comunidades carentes e grupos excluídos	12

Fonte: elaborado pela autora da dissertação.

Percebe-se que, tanto nos projetos elaborados pelos artistas quanto nos projetos elaborados pelo poder público, a ênfase na questão da inclusão social é um princípio básico, seguido pelo princípio de trabalhar com a cultura local. Na maioria dos projetos (principalmente os que são propostos por artistas locais) sente-se quase que uma “aversão” à cultura que “vem de fora”, à cultura que não corresponde à história local ou mesmo à história do Nordeste.

No nosso entendimento esse é um ponto que deve ser analisado com mais cautela, em se tratando de colocar a cultura enquanto uma das estratégias para a promoção do desenvolvimento, tendo em vista que a sociedade é diversa, exigindo ofertas culturais que atendam a essa diversidade.

#### 2.4 Eventos culturais para debates

Em 2005, houve a Primeira Conferência Intermunicipal de Cultura Campina Grande. O objetivo do evento era debater e definir as propostas dos produtores culturais da cidade e de 35 municípios do Brejo e Curimataú, as quais seriam levadas às etapas estadual e nacional do evento, com o intuito de elaborar um projeto de lei para a implantação do Sistema Nacional de Cultura. Dentro da programação da conferência destacamos que foi realizada uma palestra que tinha como tema *Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável*. Em 2009, esse mesmo tema volta a ser discutido na II Conferência Estadual de Cultura, em Campina Grande, além do tema “Cultura e Economia Criativa”.

Ainda em 2005, foi realizado o *Fórum Permanente de Cultura*, cujo objetivo foi reunir artistas e produtores culturais, divididos em sete segmentos para debater, sugerir e relatar possíveis ações em cada área, visando atender às prioridades de cada uma. Como resultado das discussões da primeira assembléia do referido Fórum, foi elaborada a *Carta Cultural de Campina Grande*, na qual foram traçadas metas de curto, médio e longos prazos com o intuito de *transformar a cultura numa atividade cotidiana, possibilitar o acesso aos bens e aos equipamentos culturais e garantir a infra-estrutura para o desenvolvimento das ações programadas* (p.5-6, 2005).

Durante o fórum, o então secretário Flávio Romero (Secretaria de Educação, Esporte e Cultura) afirmou que a cultura, além de ser um instrumento de lazer, também agrega valores para a geração de emprego e renda. Os temas propostos para se discutir durante evento foram: “Política

Pública para a Cultura”; “Política Pública de Cultura como Elemento de Desenvolvimento da Cidade”; “Cooperativismo e Associativismo” e “Empreendedorismo e Marketing Cultural”. Nota-se um esforço para se dar ênfase à cultura para além do campo das artes, ao campo simbólico e antropológico (texto extraído do folder do Fórum Permanente de Cultura, 2005).

Em um texto divulgado pelo Fórum Permanente de Cultura, encontramos alguns argumentos interessantes, que reconhecem o descaso com o setor cultural, bem como reconhecem a cultura enquanto vetor de desenvolvimento e como algo a ser gerenciado não apenas pelo poder público, mas também pelos segmentos culturais organizados, de forma democrática. É interessante a colocação da visão da necessidade de uma política cultural para Campina Grande, em que se procure reforçar a imagem da cidade enquanto produtora e disseminadora de cultura. Os destaques dos argumentos estão listados em seguida:

- Reconhece a pouca atenção dada à cultura nos últimos anos;
- Afirma que se deve encarar a cultura como política pública prioritária;
- Defende a Política cultural como uma necessidade imperativa à revitalização não apenas da produção cultural, mas também para devolver à cidade a sua tradição de centro disseminador das artes e cultura no Nordeste;
- Propõe a democratização da discussão e das decisões na área, propondo que elas não devem ser produto de discussão de *gabinetes*, para isso devendo ser incentivadas as organizações artísticas a esboçarem os rumos e as demandas dos seus interesses, os quais devem coincidir com os interesses da sociedade englobante;
- Reconhece a cultura enquanto instrumento promotor do desenvolvimento social, educacional e econômico, na medida em que gera renda e emprego, além de promover e consolidar a própria civilidade.
- Define o papel do governo como sendo o de fomentar o processo, valorizando a cultura como instrumento de cidadania e identidade de um povo.

As propostas acima apresentadas foram elaboradas como resultado das plenárias do *Fórum Permanente de Cultura*, no qual cada segmento de atividades culturais se reuniu e debateu sobre idéias e prioridades tanto para os seus setores específicos quanto para a demanda cultural em geral da

cidade. É interessante observar que, a exceção dos segmentos da *Capoeira* e da *Dança*, todos os demais segmentos citaram o Cine Capitólio como espaço para ganhar revitalização e uso, quer seja para a criação de espaços para oficinas, quer seja para exposição e comercialização de produtos artísticos. Em seguida tem-se o quadro 7, que apresenta, de forma resumida, os conteúdos que foram mais presentes nas propostas dos segmentos culturais:

**Quadro 7 - Resumo dos conteúdos das propostas do Fórum de Permanente de Cultura**

CONTEÚDOS	SEGMENTOS						
	CAPOEIRA	LITERATURA	ARTES VISUAIS	CULTURA POPULAR	DANÇA	MÚSICA	TEATRO
Profissionalização	x		x	x	x		x
Inclusão Social	x	x			x	x	x
Incentivo financeiro	x	x	x		x	x	x
Criação ou participação em eventos	x	x	x		x	x	x
Criação de um espaço	x	x	x	x	x		x
Comercialização de produtos		x				x	
Prioridade a cultura e artistas locais	x	x	x	x	x	x	X
Assessoria jurídica, logística e/ou técnica	x	x	x	x		x	x

Fonte: elaborado pela autora da dissertação.

Em 2012, foi realizado o I Colóquio Celso Furtado sobre Cultura e Desenvolvimento. Esse evento marcou o início de um ciclo de debates que a Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura continua realizando em todo Brasil até o presente ano, 2013. O evento deixava claro que o objetivo era debater sobre o projeto nacional de desenvolvimento tendo por base a centralidade da cultura nos termos propostos por Celso Furtado.

Durante os debates, representantes da cultura paraibana em geral (incluído representantes de Campina Grande) tanto aqueles que a produzem quanto aqueles que a estudam, expressaram a necessidade do subsídio profissional para as áreas culturais. Um tema proposto especialmente para o Nordeste, tendo Campina Grande como receptora, é a relação entre cultura, criatividade e inclusão social, isso para mostrar como a cultura pode qualificar o desenvolvimento, como afirmou Luiz Antônio Gouveia, representante da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura.

## **2.5 Investimentos**

No ano de 2011, a Secretaria de Cultura teve o seu orçamento para despesas atualizado em R\$ 6.764.015,82. Já em 2012, a secretaria totalizou um orçamento de despesa de R\$ 7.673.000,00. E para o ano de 2013, foi previsto um orçamento de despesa de R\$ 8.366.000,00. Esses orçamentos são provenientes tanto da Prefeitura Municipal de Campina Grande quanto de convênios feitos com outros órgãos, além de possíveis patrocínios ao longo do ano em que eles foram previstos.

E quanto às leis orçamentárias previstas e destinadas para o setor cultural, percebe-se uma diminuição de valor, apesar de um pequeno aumento no ano de 2008 (conferir o quadro 8). As leis orçamentárias são anuais, no entanto, só foi possível conseguir acesso às leis orçamentárias datadas a partir do ano de 2007, os outros anos não estavam registrados no Portal da Transparência.

**Quadro 8 – Comparação entre leis orçamentárias para a cultura e para o município**

<b>LEI ORÇAMENTÁRIA PARA CULTURA (Ano e valor)</b>	<b>LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O MUNICÍPIO (Ano e valor)</b>
Ano: 2007 Valor: R\$ 6.033.000,00	Ano: 2007 Valor: R\$ 392.419.700,00
Ano: 2008 Valor: R\$ 6.712.000,00	Ano: 2008 Valor: R\$ 493.456.399,00
Ano: 2009 Valor: R\$ 5.595.000,00	Ano: 2009 Valor: R\$ 534.013.837,00
Ano: 2010 Valor: R\$ 5.336.000,00	Ano: 2010 Valor: R\$ 680.417.865,00

Fonte: elaborado pela autora da dissertação.

Pegando como exemplo a Lei Orçamentária de 2007 para analisar a descrição das atividades, percebe-se que três órgãos públicos incluíram o setor cultural como destino de parte das suas verbas: a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura; a Secretaria de Desenvolvimento Econômico; e a Agência Municipal de Desenvolvimento. Quando passamos a analisar a distribuição de atividades, percebemos que a inclusão das atividades culturais ainda foi um tanto quanto tímida, como podemos observar no quadro 9, na página seguinte.

As leis orçamentárias dos anos posteriores ao de 2007 não apresentam as atividades de forma detalhada por órgãos, e sim, por grandes áreas, o que não permite a visualização dos programas com aspectos culturais a serem realizados pelos órgãos diversos. Informações como estas são importantes para refletirmos e analisarmos como e o quanto a cultura tem ganhado expressão em vários órgãos do poder público, garantindo o caráter de integração que a mesma deve carregar.

**Quadro 9. Distribuição de atividades culturais entre órgãos públicos municipais na Lei Orçamentária-2007**

<b>ÓRGÃO PÚBLICO</b>	<b>TOTAL DE ATIVIDADES</b>	<b>ATIVIDADES CULTURAIS</b>
Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	36	6
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	21	1
Agência Municipal de Desenvolvimento	14	2

Tivemos acesso a dois Planos Plurianuais, em relação aos quais analisamos tanto os valores para o setor cultural quanto a distribuição e tipo de atividades previstas para investimento. O Plano Plurianual de 2006-2009, com o valor inicial total de R\$ 727.734.599,00, sendo R\$ 24.332.000 dividido para o setor cultural e setor de esportes. Quanto às atividades do setor cultural, elas estavam distribuídas a partir de dois grandes grupos: o grupo do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e o grupo da Difusão Cultural, e a grande maioria das atividades dentro desses dois grandes grupos referiam-se a reforma, manutenção ou revitalização de equipamentos culturais, além de citar a implantação e manutenção do Fundo Municipal de Cultura, apoio a eventos institucionais culturais e formação continuada a profissionais de cultura. Apesar do Fundo Municipal de Cultura estar colocado nos planos, essa é uma questão bastante delicada, tendo em vista que, segundo depoimentos da maioria dos artistas, este fundo nunca foi, de fato, aplicado com êxito.

O Plano Plurianual de 2010-2013 tinha dotação inicial para o município de R\$ 2.573.220.703, e para o setor cultural o valor inicial de R\$ 24.244.613 (houve redução em relação ao PPA 2006-2009). No plano, o objetivo para o setor cultural era de “incentivar a produção cultural local, a descoberta de talentos, a divulgação e preservação das raízes culturais, ampliando a arte e

cultura no contexto escolar” (texto do PPA 2010-2013, p.10). O termo “contexto escolar”, que limita a localização das ações ao meio escolar, é compreensível tendo em vista que as ações, quando colocadas no plano naquele ano, ainda partiam da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, supondo, assim, que boa parte das atividades integrasse as áreas de educação e cultura. As atividades praticamente permaneceram as mesmas do PPA 2006-2009, com exceção para a construção da nova unidade da *Casa Brasil* e implantação e manutenção do *Espaço Multifuncional Arte, Educação, Cultura e Inclusão Social*, algo que integraria a educação e artes, e que nunca foi implementado.

A partir de dados obtidos no *site* da prefeitura municipal de Campina Grande, a quantidade de convênios direcionados especificamente para o setor cultural, no período de 2000 a 2012 foi de 27, estabelecidos com o Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, com a antiga Fundação de Cultura e Esporte de Campina Grande, com a Prefeitura de Campina Grande, entre outras instituições.

Portanto, a partir desse capítulo, constatamos que as associações entre os termos cultura e desenvolvimento vem ganhando espaço, ainda que paulatinamente. Apesar do sentido simbólico da cultura predominar nos documentos e projetos, utilizando-o como potencial para o fortalecimento da identidade local e como possibilidade da cidadania, a cultura também aparece, em seguida, como um instrumento para geração de emprego e renda, justificando assim, a sua participação no processo de desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento, por meio da cultura, muitas vezes estava reduzida pela sua capacidade de gerar receitas. No entanto, o fato de reconhecer a sua importância enquanto fortalecedora de identidade e cidadania passa a qualificar o desenvolvimento, ainda que o discurso dos documentos e projetos não esteja escrito exatamente dessa forma. Por outro lado, não podemos deixar de observar a velha dificuldade no aspecto financeiro do setor, que mesmo quando houve aumento nas leis orçamentárias, o valor para o setor cultural, ou teve um insignificante aumento ou teve uma significativa perda. Assim, cultura e desenvolvimento, até aqui analisados, apesar de terem suas relações reconhecidas, ainda passam por contradições quando começamos analisá-las em termos mais práticos e concretos.

## CAPÍTULO IV

### PERCEPÇÕES DO PAPEL DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO DE CAMPINA GRANDE

#### 1. Análise de conteúdo: procedimento metodológico para análise das entrevistas

O procedimento metodológico escolhido para analisar as entrevistas foi o da Análise de Conteúdo (AC), que é um instrumento metodológico que possui múltiplas aplicações e um amplo espectro de procedimentos possíveis, selecionados de acordo com o objetivo de cada pesquisa (OLIVEIRA, 2008, p.570).

Segundo Bardin, “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise da comunicação” (1977, p.31). Ou seja, qualquer elemento que transporte uma carga de comunicação pode ser analisado pela AC, que não se restringe a apenas descrever os “códigos da comunicação” em si, mas também envolvendo, através da descrição a focalização de diversos conteúdos, inclusive aqueles que não são explícitos, como o contexto histórico-social e a posição política do indivíduo produtores das mensagens analisadas, por exemplo. São elementos fundamentais que possibilitam o confronto entre o que se “fala” ou “transmite” sobre determinado tema ou problemática e o que se “é”, de fato, dentro do tema ou problemática. Portanto, toda análise de conteúdo implica comparações contextuais (FRANCO, 2008, p.20).

Nesta pesquisa, codificamos, descrevemos e analisamos os resultados da quantificação e qualificação realizadas à luz das discussões teóricas sobre nosso objeto, tendo como *unidade de registro* para análise o “tema” da relação ente cultura e desenvolvimento e como *unidade de contexto* as condições ou posições dos participantes entrevistados dentro de determinado grupo social.

A partir daí, a organização da apresentação dos resultados ficou da seguinte forma: em um único quadro estão apresentadas a classe temática e as categorias relativas às perguntas da entrevista; em seguida, estão os

conteúdos obtidos nas respostas às perguntas da entrevista e o número indicando a frequência dos mesmos (representados pela letra “f”), ou seja, a quantidade de vezes que determinado conteúdo (ou tema) foi citado pelos entrevistados.

## **2. Entrevistas: a percepção dos artistas**

Os artistas entrevistados (um total de 15 artistas) foram escolhidos a partir de indicações de pessoas que convivem ou que trabalham indiretamente no meio artístico da cidade de Campina Grande. No entanto, todas as indicações eram avaliadas previamente, no intuito de se ter o cuidado de levar em consideração as percepções do segmento. Dos 15 artistas, 6 possuem nível superior completo, 3 possuem nível superior incompleto, 2 estão cursando uma graduação, e 4 possuem o 2º grau completo. Do total de artistas, 5 são do sexo masculino e 6 são do sexo feminino.

Todos os artistas moram em Campina Grande, mas alguns desenvolvem seus trabalhos em outras cidades também. Quanto às categorias artísticas, a distribuição dos artistas por elas ficou da seguinte forma: 3 artistas são da área de teatro; 3 artistas são da área do artesanato; 3 artistas são da área de música; 3 são da área de artes visuais; e 3 artistas são da área de dança.

Desde já, é importante salientar que todas as perguntas da entrevista para os artistas foram baseadas e fundamentadas a partir dos vários rumos da discussão da Economia da Cultura, estando aí, por exemplo, temas como cultura e desenvolvimento, política cultural e desenvolvimento, cultura e economia, cultura e educação. Além disso, tomou-se como direcionamento-base para a construção da entrevista, pesquisas desenvolvidas por alguns órgãos públicos, como IBGE e o Ministério da Cultura.

Sendo o artista a principal fonte de criação e, ao mesmo tempo, a principal força de trabalho para a concretização da dimensão simbólica da

cultura, sendo o artista o elo produtor no processo para a realização de políticas públicas culturais associadas ou não ao processo de desenvolvimento, é necessário compreender como esse profissional é visto, como ele mesmo se vê e como é legitimado na realidade brasileira e em outras, para efeito de comparação de noções sobre a profissão.

Para que se possa analisar as atividades artísticas/culturais em articulação com processos de desenvolvimento, é preciso questionar algumas fantasias criadas em torno do seu ofício, como, por exemplo, a de que o artista faz arte “apenas por prazer”; a de que fazer arte não é um “trabalho sério”, mas sim algo mais voltado para diversão ou “renda extra”.

Segundo Throsby *apud* Reis (2007, p.101), existem algumas características que identificam o artista no mercado de trabalho: predominância de trabalhadores em *tempo parcial* (por escolha ou por simples falta de possibilidade de trabalhar em tempo integral e viver de seu trabalho artístico); *distorções* extremas na distribuição salarial no campo artístico; *importância menos acentuada do treinamento* como determinante do sucesso financeiro; maior *grau de incerteza* quanto às recompensas esperadas da profissão. Essas características podem ser associadas aos resultados das entrevistas com os artistas nessa pesquisa.

De fato, as definições da profissão de *artista* variam de país para país. A UNESCO apresentou, em 1980, uma segunda a qual a criação artística seria uma parte essencial na sua vida, consegue tocar na parte mais importante desse profissional, a partir até mesmo dos resultados das entrevistas para a presente pesquisa:

Artista é qualquer pessoa que cria ou dá expressão a trabalhos de arte ou os recria, que considera sua criação artística uma parte essencial de sua vida, que contribui desse modo ao desenvolvimento da arte e da cultura e que é ou pede para ser reconhecida como artista, tenha ou não qualquer relação de emprego ou associação. (UNESCO, 1980, p. 5)

Qual o sentido de refletir sobre essa definição para pensar a relação entre cultura e desenvolvimento? Ora, não há como falar em desenvolvimento por via da cultura sem falar no reconhecimento da profissão que é o motor principal dessa relação, entendendo que o artista se assume também como “produtor cultural” ou “criador cultural”.

O reconhecimento do artista enquanto produtor ou criador, permite ao artista certos “direitos”, sejam eles econômicos, sociais, profissionais e/ou culturais. Desde já é importante deixar claro que os valores culturais e econômicos não são excludentes, mas complementares (REIS, 2007, p.94).

A entrevista com os artistas foi iniciada a partir das suas concepções de cultura. Mesmo não sendo um objetivo específico da pesquisa em questão, considera-se uma parte essencial, pois isso permite, por exemplo, analisar os tipos de políticas públicas para a cultura esperados pela classe artística.

A partir do quadro 10, apresentada abaixo, percebe-se certa predominância da concepção de cultura de cunho mais antropológico, quando foram mencionadas expressões como “identidade” ou “produções do povo”.

**Quadro 10 - Concepção de cultura dos artistas**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Cultura	Concepção de cultura	Tudo o que é produzido por um povo	7
		Manifestação de todas as artes	6
		Ensino e aprendizagem/educação	3
		Identidade de um povo	10
<b>TOTAL</b>			<b>26</b>

Foi perguntado aos artistas sobre o sentimento de realização em suas artes. No quadro 11, vemos que quase metade dos artistas afirmou se sentir realizado. E 5 artistas afirmaram “mais ou menos”, justificando que, por um lado, se sentiam realizados enquanto “detentores de uma arte”, de um “dom”, o que satisfazia o lado pessoal, mas por outro lado, não se sentiam realizados em termos profissionais, não apenas por causa da instabilidade financeira, mas também pelo pouco reconhecimento da sua arte perante políticas públicas e até mesmo perante a sociedade em geral. Para Reis (2007, p.102), essa é uma questão delicada na profissão de artista, em que ele faz um balanço entre “satisfação monetária e satisfações não-monetárias”, e o preço desse balanço recai na decisão de buscar outras profissões complementares.

**Quadro 11 - Profissão de artista**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Profissão de artista	Sentimento de realização na profissão	Sim	6
		Não	4
		Mais ou menos	5
<b>TOTAL</b>			<b>15</b>

É interessante observar que, apesar de quase metade dos artistas (6 artistas) afirmarem que se sentem realizados em suas artes e acrescentando aí mais 5 artistas que se sentem “mais ou menos” realizados em suas artes, mais da metade (10 artistas) possui outra profissão que não está ligada ao setor cultural (observar o quadro 12). O restante dos respondentes (5 artistas) vive exclusivamente da sua arte, tendo-a como principal fonte de renda, trabalhando como profissionais autônomos. Os que declararam ter outra profissão não

ligada ao setor cultural consideram aquela a sua principal fonte de renda, sendo a sua atividade cultural uma a mais dentro das atividades profissionais, embora não menos importante.

Dos 6 artistas que declararam possuir nível superior completo, 3 não são de cursos específicos da área cultural. Quando perguntado se eles sentiam necessidade de se aperfeiçoar mais, como fazer oficinas ou cursos nas suas áreas de atuação cultural, todos responderam que sim, apesar de já se sentirem profissionais em suas áreas, sendo considerado o aperfeiçoamento não apenas importante para se manterem atualizados nas suas respectivas artes, como também para ajudá-los a ganhar ainda mais “respeito” e “reconhecimento” pelos seus trabalhos artísticos.

**Quadro 12 - Outras profissões**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Profissão de artista	Exercício de outras profissões assumidas pelos artistas	Sim	10
		Não	5
<b>TOTAL</b>			<b>15</b>

Ao perguntarmos sobre a principal dificuldade que se encontra na profissão de artista, a *instabilidade da profissão* foi algo bastante citado, seguido da *falta de incentivos* de várias ordens. A dificuldade menos citada foi a *falta de políticas voltadas para a profissionalização dos artistas*, apesar de em outro momento da entrevista os respondentes terem dito que isso seria de grande importância para melhorar o reconhecimento da profissão na área cultural. A seguir trazemos um trecho do depoimento de um artesão, falando sobre a sua principal dificuldade para desenvolver a sua arte sobreviver dela:

Aqui, em Campina Grande, a minha dificuldade mesmo é o público consumir o meu trabalho. A primeira coisa que eles dizem é: “Ah, é caro”. Consigo vender para fora, mas aqui em Campina não consigo muito. Então eu fico meio desestimulado com isso. Eu tenho uma loja na Vila do Artesão, e no ano passado, eu passei o ano inteiro e só vendi duas peças! Mas para fora eu tive encomendas, sempre tenho encomendas para adereços de dança. É também uma questão de formação das pessoas, porque algumas dizem: “Ah, mas isso é feito com isopor”; “Ah, mas isso é feito de lixo”... Entendeu? Então isso é triste. Eu faço muitas coisas, mas eu tenho que fazer um produto que eu ache que vai ser vendido. (Sérgio, artesão e dançarino)

O depoimento deste artista indica a existência de um reconhecimento de sua produção mais pelos de fora do que pelos da própria cidade, o que pode apontar para uma característica que dificulta a contribuição que ele poderia dar para o desenvolvimento local.

A falta de políticas voltadas para a profissionalização do artista, apesar de ter sido a dificuldade menos citada, constitui um empecilho essencial para que a cultura se consolide enquanto instrumento básico no processo de desenvolvimento, pois influencia o nível geral de qualificação no setor artístico. É claro que neste campo a noção de talento e de criatividade são muito importantes, mas a profissionalização do artista pode ser uma ferramenta para facilitar os processos de realização e disseminação da sua arte.

Em Campina Grande, as opções de cursos de nível superior na área das artes são o curso de *Licenciatura* e de *Bacharelado em Música*; e o curso de *Arte e Mídia*, todos da Universidade Federal de Campina Grande. Recentemente, criou-se na mesma instituição o Programa de Pós-Graduação em Gestão e Produção Cultural, nível de especialização.

Existem cursos particulares para o aperfeiçoamento do profissional cultural, no entanto, são cursos com menos formalidades ou de curta duração, como oficinas, por exemplo. Há ainda os cursos de extensão das universidades públicas atuantes na cidade. Confira o quadro 13 sobre as dificuldades:

**Quadro 13 - Dificuldades na profissão de artista**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Profissão de artista	Dificuldades enfrentadas na profissão de artista	É uma profissão instável	7
		A rentabilidade e sustentabilidade ainda são difíceis de conquistar	8
		Falta de financiamento/incentivo ou apoio financeiro	8
		Falta de políticas voltadas para a profissionalização do artista	3
<b>TOTAL</b>			<b>26</b>

Uma questão prática e objetiva, às vezes considerada *delicada* por alguns artistas e consumidores de artes na nossa cidade é a dos preços cobrados pelos produtos artísticos. Foi perguntado aos artistas se eles achavam que os preços são justos e o que justifica os mesmos. Dos 15 artistas, 6 acham que os preços são justos devido aos custos empregados no produto cultural; 7 afirmam que o preço não é justo, pois o produto cultural deveria ser mais valorizado. Apenas 2 artistas afirmaram que essa é uma questão paradoxal, pois explicaram que é comum a maioria da população achar caro, por exemplo, o preço de um ingresso no teatro quando a arte é local, mas se a arte é de alguma companhia de fora e o preço é bem acima do preço de uma apresentação de um grupo local, as pessoas não se incomodam muito em pagar tal preço. Vejamos alguns depoimentos importantes dado por

artistas entrevistados sobre a questão dos preços cobrados pelas produções culturais:

Olha, se tem alguém por trás me pagando, eu não tenho nada contra que a população me assista de graça. Eu acho que o artista tem que receber sempre! O que eu não suporto é acharem que a gente por cantar a gente faz isso só por prazer e não precisa ganhar dinheiro. Isso é insuportável! Então assim, não é que eu não queira que o povo me assista de graça, quero sim! Agora que tenha alguém me pagando. Se não for o povo, que seja alguém. Eu quero receber porque eu estou trabalhando. Por exemplo, se eu faço um CD bacana, com um encarte maravilhoso, por que as pessoas não vão pagar por aquilo? Eu não tenho que dar, não. Eu trabalhei, eu suei pra fazer aquilo! Muita gente chega até mim e quer ganhar CD! Isso é muito estranho... (Sandra Belê, cantora).

Na verdade, eu acho que o preço ainda é pouco. Teve um tempo atrás que Marcos Nanini fez uma maior polêmica na televisão porque ele fez uma campanha contra a meia-entrada de estudantes no teatro. Gasta-se demais para produzir cultura! Quando você vai ver, você nem ganha! Quando tem uma produção do sul do país, por exemplo, que tem uma Malu Mader no elenco, e o ingresso é 50 reais, as pessoas pagam sem nenhum problema. Mas se for algo local e você cobrar 20 reais, elas já acham caríssimo, entendeu? Aí vem também a falta de consciência das pessoas próximas a mim, quando me pedem ingressos! A gente já teve um tempo de sofrimento profundo porque a gente dava muita cortesia, o povo pedia demais e a gente queria que as pessoas vissem o trabalho, não queríamos poupar as pessoas de verem e sabíamos que se não déssemos elas não viriam mesmo não. Mas teve um tempo que a gente botou na cabeça e disse: "Não vamos dar mais não, vamos começar a limitar essas cortesias". Mas isso também começa dentro até mesmo da classe artística, porque tem artista que pensa: "Eu não vou pagar pra assistir a peça de fulano". Na minha cabeça, cortesia é uma coisa que eu dou pra alguém, é uma coisa espontânea, e não algo que devam me pedir. (Flávio, ator)

Olha, essa questão é complicada porque envolve várias outras questões. Por exemplo: um grupo de teatro tem todo um custo, eu mesmo cobro um preço justo pelos figurinos que eu produzo para eles. E o grupo não tem financiamento, o patrocínio é mísero: é 100 reais, é 50 reais. Então o preço vai subir, porque tem que ter o retorno do investimento. Aí vem a prefeitura com as bandas de forró mais conhecidas, e pagando milhões por elas, enquanto que até hoje tem

grupos de forró locais que não receberam cachê. Meu grupo mesmo não recebeu pela participação no Festival de Inverno do ano passado, mas os grandes grupos de fora estão aí: pagadíssimos. (Sérgio, artesão e dançarino)

Para interpretar essas falas é importante esclarecer algumas noções sobre preço e valor, pois são critérios diferentes. O preço não reflete apenas os custos de um produto cultural, pois nem sempre corresponde ao seu valor cultural e, às vezes, é incompatível com o que o mercado atribui como valor econômico (REIS, 2007, p.24). Aqui também cabe conhecer a ressalva que David Throsby (2012)<sup>1</sup> faz sobre a distinção entre valor econômico e valor cultural. Segundo ele o valor econômico está enraizado na utilidade marginal, além de afirmar que o preço pode ser medido a partir da disposição de uma pessoa a pagar por um bem, o que pode gerar outra discussão tendo em vista a necessidade de levar em conta o perfil social das “pessoas dispostas a pagar”, compreendendo que são pessoas de posições sociais diferentes e afiliadas a sistemas diversos de valores. O valor cultural de certos bens, segundo o mesmo autor, é definido antropologicamente, pois envolve um conjunto de atitudes, crenças, costumes, hábitos, valores, que são comuns e partilhados por grupos, ou pode ser identificado também através de aspectos intelectuais, morais e artísticos da vida humana.

Se observarmos os depoimentos dos artistas, é possível perceber que estão dissolvidas as noções de valor econômico/preço e valor cultural, das quais Throsby (*idem*) fala. Os artistas conseguem visualizar os elementos mais concretos das suas artes: investimentos e custos, que são elementos básicos para a constituição do valor econômico/preço, por exemplo. Conseguem, também, visualizar o valor cultural ao perceberem que em suas artes estão imbricados elementos como valores, ideologias, costumes e conhecimento.

---

<sup>1</sup> Esse autor fez a conferência da qual citamos idéias no *Temple Bar Cultural Trust*, uma instituição localizada em Dublin, na Irlanda, que promove eventos culturais e que se auto-sustentam a partir de suas atividades culturais, afirmando assim, que não precisam de subvenções públicas para tais realizações. A palestra pode ser assistida no seguinte endereço: [http://www.youtube.com/watch?v=MnsZ3\\_bulql](http://www.youtube.com/watch?v=MnsZ3_bulql).

Ainda segundo as falas dos artistas acima citadas, conseguimos identificar três problemas que deságuam na questão do preço: primeiro, o comportamento de parte da sociedade em não encarar o artista enquanto profissional, constringendo-os ao pedir ingressos e demais produtos culturais de graça; segundo, o problema da ideia de que “o que vem de fora é melhor”, tendo que a produção local baixar o preço na tentativa de ser consumida; terceiro, a falta de maior investimento, tanto por parte do poder público quanto privado, fazendo com que o preço seja um empecilho para que setores da população consumam a produção cultural local.

O quadro 14 (na próxima página) trata da questão da demanda pela produção artística em termos de espetáculos, mas também em termos de artesanato e artes plásticas em geral. Vejamos alguns depoimentos abaixo relativos a esse ponto:

Acredito sim, defendo até, pois se defendo que a nossa cidade é a capital intelectual do estado, e é uma cidade rica, com uma larga classe média, com a maior quantidade de doutores e pós-doutores por habitantes de nosso país, então como não haver demanda para aqui se constituir um mercado cultural ou até uma indústria da criatividade? O que falta é se constituir uma política séria para isso, que seja formada a partir de um olhar não só dos responsáveis pela "cultura" em uma prefeitura, mas assim por todos os segmentos estratégicos na/da cidade (Aluizio, ator).

Eu acho que não, ainda falta muito. Os próprios moradores da cidade não dão valor às nossas artes. Mas às vezes fazem viagens para outros lugares, lugares que têm praticamente as mesmas artes que as nossas daqui, e eles compram e valorizam essas artes. Então eu vejo que é quase uma questão de educação mesmo, da falta de incentivo, desde criança, a valorizar o que é da nossa terra, da nossa região. (Helena, artesã).

Bem, a verdade é que depende muito de qual tipo de cultura estamos falando. Por exemplo, a gente percebe

que aquelas bandas de forró estilizado têm mais público do que as bandas que são daqui. Então cada arte tem o seu público. (Maria, artesã).

**Quadro 14. Situação da demanda**

CLASSE TEMÁTICA	CATEGORIA	CONTEÚDOS	f
Cultura e economia	Existência de demanda da cultura local	Sim, apesar de ainda estar em formação	6
		Não, pois não existem políticas e incentivos para isso	5
		Depende do tipo de cultura	4
<b>TOTAL</b>			<b>15</b>

Aparece mais uma vez o ponto relativo à desvalorização da produção cultural local, aliada a uma prospecção favorável ao desenvolvimento de uma demanda local mais forte por produtos culturais. Devemos considerar, também a complexidade dos elementos conceituais subjacentes a estas questões, tais como *o que é uma atividade cultural* e *o que é cultura para o indivíduo que julga usufruí-la*. E ainda há a questão dos *espaços em que a cultura se realiza*: só se “consome” cultura nos equipamentos culturais específicos ou numa roda de samba no quintal de um amigo, ou na Internet também? Levar em consideração esses elementos pode nos ajudar a entender e complexificar nossa compreensão das relações entre cultura e desenvolvimento.

No primeiro depoimento acima trazido vemos a questão da classe sócio-econômica como um critério para supor o potencial da demanda por produtos culturais em Campina Grande<sup>2</sup>. Resta saber em que medida a cultura local (no sentido antropológico) influencia na valorização das artes em geral e especificamente na valorização da produção artístico/cultural local, fator determinante do papel a ser eventualmente desempenhado por esta no desenvolvimento da cidade e região.

Os traços da cultura local referidos ao ponto acima comentado podem nos ajudar a entender os dados sobre os investimentos na produção artística local. Os depoimentos registrados revelam algo em comum: a percepção da ausência ou fraca participação do poder público como instrumento básico para alavancar a demanda, ou mesmo para superar algumas principais falhas no que diz respeito a se ter acesso a todo tipo de arte cultural que é produzida na cidade de Campina Grande.

Dentro do grupo de artistas que afirmaram não existir demanda significativa (5 artistas), além do fator da educação, os fatores da fraca divulgação e da má distribuição da cultura local também foram citados. Por exemplo, uma das artistas entrevistadas reclamou que não existe nenhum incentivo do poder público para que sua música seja tocada nas rádios locais, tendo que o próprio artista pagar o valor total para a divulgação.

Outra artista do campo das artes visuais reclamou da má distribuição espacial da cultura, estando a mesma muito concentrada no centro, dificultando o acesso, tanto no sentido de distância e horários, quanto no sentido até mesmo social, em que “muitas pessoas não se acham dignas de entrarem num espaço como o Teatro Severino Cabral ou como o Museu de Arte Assis Chateaubriand” (palavras da artista).

---

<sup>2</sup> Resultados gerais de pesquisas sobre práticas culturais apontam a interligação entre elementos como renda, escolaridade e local de moradia, por exemplo, como sendo decisiva na questão da formação da demanda (Exemplo de pesquisa: O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo, desenvolvida por Isaura Botelho)

O quadro 15 (abaixo) trata da questão do investimento em cultura, apresentando os dados das respostas obtidas quando perguntamos aos artistas por que eles considerariam *necessário investir em cultura*. O intuito era saber quais impressões os artistas tinham sobre o fato de se investir no setor cultural, sem definir o tipo de investimento (leis, fundos, apoio financeiro *etc.*).

**Quadro 15 - Investimento em cultura**

CLASSE TEMÁTICA	CATEGORIA	CONTEÚDOS	f
Cultura e sociedade	Justificativa para se investir em cultura	Afirmação da identidade	10
		Estimula a emoção e sensibilidade/humanidade	6
		Incremento para cultura local	6
		Educação/formação cidadã/transformação social	14
<b>TOTAL</b>			<b>36</b>

A partir desse quadro, é possível perceber que dois tipos de justificativas foram as mais citadas: *afirmação da identidade* (com 10 ocorrências); e *educação, formação cidadã e transformação social* (com 14 ocorrências). Vejamos alguns destaques das respostas obtidas:

Primeiro, é necessário investir em cultura porque artista não é vagabundo, tem contas a pagar como qualquer outro cidadão que exerça qualquer outra função. Segundo, investir em cultura passa pelo setor do turismo, que movimenta o capital na cidade, gerando empregos. Terceiro, investir em cultura é investir na educação do povo. (Viviane, cantora).

Porque é com cultura e educação que um povo cresce intelectualmente. O povo passa a abrir os olhos para questões que antes pareciam pequenas. É a mudança de um povo sempre para melhor. (Ana Célia, atriz).

Eu acredito que o investimento em cultura, em primeira instância, é uma forma de impulsionar a perpetuação dos costumes da sua comunidade. É o principal meio de assegurar a identidade de um povo. E isso é fundamental se ter em qualquer projeto de investimento em cultura. (Clarissa, artes visuais)

Olha, cultura é um mercado extremamente rico e promissor em todos os aspectos, tanto cultural quanto financeiro. Imagina quanto custa um show da Madona, por exemplo! A quantidade de pessoas que vivem de cultura no mundo! A cultura movimenta o mundo. Então é um investimento garantido, desde que o artista seja autoral, porque o artista não pode ser um *cover*. (Cesar di Cesario, artes visuais).

No geral, percebemos que a maioria dos artistas tem uma visão ampla sobre investimento em cultura, aparecendo desde o potencial da dimensão econômica da cultura como sua contribuição em termos da formação e transmissão da identidade cultural da comunidade local.

Uma justificativa que também apareceu foi a de estimular a emoção, a sensibilidade e a humanidade dos indivíduos, fazendo-se, inclusive, uma relação entre cultura e criminalidade/violência. Alguns respondentes citaram como razão para o investimento na produção cultural o fato de ela poder funcionar enquanto instrumento básico para combater a violência e a criminalidade. Vejamos alguns depoimentos que ilustram esse ponto:

Vivemos em uma época que não está bastando mais ter apenas bens materiais. Os principais bens materiais estão mais acessíveis à grande massa da população. Daí entra a necessidade de se investir em cultura. Porque a cultura vai suprir, pouco ou muito, as necessidades emocionais, vai trabalhar a questão da humanidade e da sensibilidade para um trabalho de arte. E assim, vai ajudando muitas pessoas a não caírem em coisas ruins que a vida oferece. Por exemplo, quando vejo uma criança admirando e brincando com seu próprio objeto de arte, construído por ela mesma, eu tenho muita certeza de que essa criança saberá sempre valorizar a cultura local, encontrará a mesma emoção sempre que olhar e usufruir aquela arte. Portanto, tenho certeza que será um marginal a menos na sociedade, desde que isso seja incentivado sempre, ou pelos menos por um bom tempo. (Sérgio, artesão).

Porque assim estaremos investindo em nossa identidade. Investir em cultura é exercitar o humanismo, é plantar a sensibilização e colher amanhã bons seres humanos e menores índices de criminalidade. Talvez uma boa pergunta fosse: se não é necessário investir em cultura, é necessário investir em quê? Eu responderia que em mais nada, pois nada mais faz sentido. (Aluizio, ator)

Olha, eu acho que é preciso investir em cultura porque teremos pessoas mais respeitáveis, teremos pessoas mais educadas, pessoas mais conscientes das suas vidas e da vida do outro. Assim, como a educação, a cultura lida com ser humano, e tenta extrair dele o que ele tem de melhor, seus potenciais, seus sentimentos, seu lado humano. Então, investimento em cultura é criar pessoas melhores. (Sandra Belê, cantora).

Quando perguntados sobre a participação do setor privado no setor cultural, os respondentes foram unânimes: todos afirmaram que o poder privado tem pouca ou fraca participação no incentivo e fomento à cultura. Vejamos alguns trechos dos depoimentos de alguns artistas sobre isso:

Eu acho que falta. Eu só não fico reclamando, porque enquanto eu reclamo, eu deixo de produzir, tá entendendo? Mas que é muito ruim, isso é. Eu prefiro produzir de forma independente. Eu vejo caso de cachês divididos para dez pessoas, que não dá quase nada para ninguém! Mas pelo menos tem artistas naquele local. Tem empresas que não conseguem ver o artista enquanto um profissional, e então promovem eventos de qualquer jeito. Isso não está certo! O artista precisa de estrutura mínima, precisa de um palco, precisa de luz e precisa de público, para não ficar tocando só para baratas, que é o que acontece quando não se faz uma boa divulgação do evento. Agora esse fraco apoio do capital privado acontece, em grande parte, porque a população não compreende a nossa música. E o poder privado é voto, é grana... Então se a minha música mexe pouco no bolso dos empresários, eles não querem, eles só querem coisa que bota grana no bolso deles! (Sandra Belê, cantora).

A participação da iniciativa privada, com relação ao apoio à cultura local, é quase zero. A questão de patrocínio também é quase nula. E a participação do poder privado enquanto financiador, aí é que insignificante mesmo. É tudo algo primário ainda. O poder privado, quando apoia, na maioria das vezes são apoios a artes “comerciais”, ou seja, conteúdos artísticos que fazem mais sucesso com a grande massa populacional. Poucos são os empresários que apóiam a cultura local. Ou seja, não existe uma relação de igualdade entre a promoção dos diversos tipos de artes apoiados pelo setor privado. (Ely, artes visuais).

O setor privado não acha que Campina Grande produz cultura. O setor privado acha que o que se faz aqui é tipo uma brincadeira, apenas uma diversão, e que artista é um ser doido e marginal, desprezando o seu caráter profissional. O setor privado não tem consciência que cultura é, também, um negócio rentável, algo que pode dar lucro à empresa, ao artista, e ainda por cima de tudo, oferecendo uma cultura de qualidade. Todos podem sair ganhando, inclusive, o povo. Desde, claro, que seja algo fundamentado e planejado com cuidado. (Alana, atriz).

A unanimidade das respostas quanto à fraca participação do poder privado na cultura deve ser interpretada com prudência. Através dos depoimentos notamos uma avaliação baseada numa dicotomia fácil de ser construída, mas pouco consistente, a que coloca os empresários privados como separados dos seus públicos consumidores. Os fluxos do capital são

determinados pelas avaliações concretas, pragmáticas que os seus possuidores fazem. Se a comunidade local, devido aos efeitos da indústria cultural em nível regional e global, não valoriza a produção local, isso implica que o capital privado não investirá nessa produção.

Na própria argumentação dos artistas locais não se coloca em questão a qualidade do que é produzido nas diversas áreas da produção artística, que pode ao mesmo tempo ser um efeito e/ou causa do baixo investimento privado na área<sup>3</sup>. Se os investimentos públicos na produção artística local é precário; se a cultura local desvaloriza a produção artística local, qual previsão de retorno teria um empresário em investir em uma arte local, se mesmo os mecanismos de estímulo através da isenção fiscal são problemáticos?

Uma abordagem mais consistente do nível de investimento privado no setor da economia criativa precisaria levar em consideração o caráter de ciclo intercausal do fenômeno. Faltam informações sobre o potencial do mercado - Como apresentado no Capítulo II, tanto a falta de pesquisas, de indicadores e de estatísticas, como os dados do senso comum terminam instaurando certa desconfiança nos possíveis investidores para a área cultural, pois fica difícil justificar o investimento na mesma (YÚDICE, 2004, p.33).

O papel do setor privado no processo de desenvolvimento por via da cultura, em cada local, se dá de formas diferentes. Como já discutido no Capítulo II, nos Estados Unidos, o principal financiador da cultura é o setor privado; na França, é o Estado. Existe a discussão de que se a cultura fica à mercê do setor privado, este acaba tendo caminho livre para produzir qualquer tipo de cultura. Por outro lado, se é o Estado quem mais dirige a cultura, o setor privado termina compreendendo que ele não precisa ter participação na promoção da cultura, pois entende que é dever e obrigação unicamente ou maciçamente do Estado.

---

<sup>3</sup> Uma avaliação mais consistente do nível de investimento do capital privado na produção artísticas local somente poderia ser feita se ouvíssemos o empresariado local em suas exposições de motivos.

Quando perguntado como eles viam a participação da cultura no processo de desenvolvimento de Campina Grande e de que forma isso poderia ser observado, a maioria dos respondentes citou a força dos “grandes eventos” (confira o quadro 16 na próxima página). O *Maior São João do Mundo* foi bastante citado como exemplo aglutinador de esforços do poder público e do capital privado em atividades culturais na cidade<sup>4</sup>. Sobre esse evento, o artesão e dançarino, Sérgio, afirma:

O São João funciona como uma amostra de toda ou quase toda cultura que é produzida em Campina Grande. Sem dúvida que é um evento importante. Mas muitas vezes eu me pergunto o que é que esse evento deixa para a cidade... No sentido de algo mais substancial e que podemos ver ao longo de todo o ano, e não somente enquanto a festa dura, como os empregos temporário, por exemplo. Então eu me questiono até que ponto o evento influencia o desenvolvimento da cidade, e qual desenvolvimento está a se falar... Puramente econômico? Mais social? Humano? Tudo isso junto? Temos também o Festival de Inverno, outro evento importante, mas que infelizmente não formou platéia, não ampliou, pois sempre são as mesmas pessoas a prestigiarem o evento. São poucas pessoas novas. Eu acompanho o Festival de Inverno faz 23 anos, e são as mesmas pessoas em geral. Isso é um problema só do evento? Não! Não é! É um problema da política cultural de Campina Grande (e nem sei se posso falar na existência de uma política para essa área), que não procura fundamentar as ações, que são ações pontuais, e que não conseguem sobreviver a longo prazo com a qualidade e amplitude esperada. Daí que a falta de financiamento, de divulgação, de apoio privado, termina contribuindo para problemas como: preços altos, grupos restritos participando do evento, entre outros. Então, desenvolvimento a partir da cultura não deve ser assim. Porque desse modo até pode ter participação no desenvolvimento, mas volto a perguntar: Qual o tipo de desenvolvimento que a população realmente deseja?

---

<sup>4</sup> Os artistas também fizeram críticas ao *Maior São João do Mundo*, citando, por exemplo, *a forte invasão de bandas de fora, um público ainda tímido da cultura local, espaço tornando-se pequeno etc.*

Creio que sim, a cidade do “maior São João do mundo”, cresceu e expandiu, realizando grandes eventos, alguns com alcance nacional e outros com alcance internacional, a exemplo das festas juninas realizadas todos os anos no Parque do Povo, festa que é conhecida nacional e internacionalmente e que movimenta e muito o turismo para nossa cidade nesse período. Hoje já temos grandes eventos no nosso calendário cultural, como a consciência cristã, nova consciência, festival de inverno e São João. São eventos que mostram a nossa cultura, ainda que existam muitas críticas, principalmente a velha crítica entre a questão da “tradição” e da “invasão de elementos modernos” nessas festas, principalmente na festa do São João. Então o que a gente percebe é que existe um elemento cultural meio que guiando o desenvolvimento da cidade. É como se a cultura fosse a essência, digamos assim, desse desenvolvimento mais geral. (Viviane, cantora).

**Quadro 16 - Cultura no processo de desenvolvimento em CG**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Cultura e desenvolvimento	Percepções da influência da cultura no processo de desenvolvimento de Campina Grande	Surgimento de um pólo audiovisual	3
		Grandes eventos	8
		Transformação social em algumas comunidades	6
		Ainda é reserva para um desenvolvimento futuro	3
		Movimenta o turismo	4
<b>TOTAL</b>			<b>24</b>

Em seguida à frequência dos “grandes eventos”, aparece a referente à “transformação social em algumas comunidades”. Enfatizou-se o sentido social da cultura, associando-se à categoria anteriormente citada da função educativa da “cultura”, tendo em vista que algumas ações culturais são iniciadas em escolas, ou até mesmo são iniciativas da Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos públicos. Também vemos uma associação com os dados sobre os projetos de artistas que foram encaminhados para o poder público e os projetos do próprio poder público (analisados no Capítulo II), em que a questão da transformação social (através de expressões como “inclusão social”, “formação de caráter”, “cidadania”, “profissionalização”, etc.) era uma justificativa que tinha forte presença. Vejamos o depoimento de um artista que cita o exemplo do teatro enquanto transformador social:

Olha, a cultura permite outros olhares. Eu fiz uma peça, aqui em Campina Grande, que tratava da questão da homossexualidade. Então decidi começar trabalhando esse tema nas escolas públicas. Os professores também trabalharam essa questão em sala de aula. Então a cultura, o teatro, por exemplo, deixa de ser só entretenimento para ser também informação, motivo de discussão e transformação de uma realidade. O teatro é muito transformador, ele proporciona a capacidade imaginativa do indivíduo, proporciona autonomia e estimula o surgimento de uma prospecção de vida, além do lado emocional. E isso também é desenvolvimento, e é possível observar isso aqui em Campina Grande, através de algumas comunidades que tem grupos de teatro, ou mesmo de outras artes. O projeto Casa Brasil, por exemplo, é lindo, eles pegam crianças e colocam no balé, também desmistificam a idéia que homem não pode fazer balé. Sabe, eu tenho vários atores que trabalharam comigo e ganharam convite para trabalhar fora. Apesar da gente sentir em perder artistas para outros estados, por outro lado, fico feliz ao saber que tem gente vivendo da cultura, ainda mais quando são conterrâneos nossos. (Flávio, ator).

Vale ressaltar a ideia traduzida pelas categorias “algo que está se encaminhando”, “algo que está ganhando força para só então se consolidar

num futuro próximo” (como os artistas assim colocaram). Vejamos um trecho bem ilustrativo desse sentimento prospectivo em relação ao potencial da cultura enquanto alavanca para o desenvolvimento:

Eu acho que isso pode ser até uma questão ideológica mesmo o que eu vou falar, mas a maneira eu acho que o processo de visão no país mesmo, a maneira como o Brasil foi se fazendo foi muito na gambiarra. O Brasil sempre foi muito refém das superpotências de outros países, que consolidam sua cultura nos países mais pobres, isso tudo mais com o intuito financeiro, claro; e não somente no intuito de mostrar a pluralidade cultural, antes fosse, né? O que se vê é uma hegemonia da cultura dos países mais ricos sobre a cultura dos países mais pobres. Então eu percebo que, principalmente no audiovisual, existe uma hegemonia do conteúdo estrangeiro, e existe uma percepção de que o conteúdo local é meio restrito, é uma coisa que é desinteressante. Então existe uma guerra mesmo, apoiada pela mídia e tudo mais, de massificar o conteúdo estrangeiro. E a produção local fica meio que escanteada, como um subproduto, uma coisa que tem que se escorar no governo. Quando na verdade poderia ser uma cadeia produtiva que geraria maiores renda e empregos como qualquer outra cadeia produtiva. Então como se falar em desenvolvimento através da cultura se ainda existe esse grande problema? Como falar em viver de cultura nessa situação ainda bastante gritante? Não estou querendo dizer que é preciso aniquilar a cultura de massa e oferecer apenas a cultura local, mas sim, dar condições iguais para as duas ou mais tipos ainda de cultura se apresentarem como um leque de opções ao povo. A idéia que eu defendo é a da diversidade, então para que as pessoas queiram assistir algo local, é preciso que elas tenham opções. E só então poderíamos falar de desenvolvimento por meio da cultura. (Ely, artes visuais).

A visão do artista alcança uma velha discussão: a dependência cultural (em vários sentidos) do Brasil em relação a outros países, o fato de “copiar” modelos de desenvolvimento de outros países, e a supervalorização do que “vem de fora”. Essa, inclusive, foi uma das maiores críticas de Celso Furtado, um dos pensadores e articuladores sobre o desenvolvimento do Brasil, como já discutido no Capítulo I. Esse problema foi focalizado nos principais documentos internacionais viabilizados pela Organização das Nações Unidas – ONU, nos quais se orienta que os países voltem os seus olhos para o planejamento de

um desenvolvimento mais genuíno, mais integrado com as suas culturas internas, mas sem desconsiderar as possibilidades de estar em contato com outras culturas do mundo.

O depoimento do artista aponta para a idéia de que mais interessante do que cair na velha discussão de um desenvolvimento *brasileiro*, nacionalista, fechado para a influência das culturas de outros países, o que deveríamos construir seria um padrão de relações menos assimétrico. Isso poderia ser visto mesmo em relação às culturas regionais dentro do Brasil. A questão não é trocar uma pela outra, mas tornar mais justa a convivência, de modo que, como o próprio artista definiu, a cultura local não seja mais vista como sendo de conteúdo “restrito” e “desinteressante”, não seja mais “subproduto”. Somente assim se poderá falar em desenvolvimento a partir da, ou com a cultura.

Entre os depoimentos do grupo de artistas que afirmaram ser perceptível a participação da cultura no processo de desenvolvimento de Campina Grande, destacamos a seguir um trecho em que se expressa o protagonismo da classe artística da cidade:

Acho que é perceptível, sim. No entanto, muito mais por iniciativas dos agentes culturais locais, pelo o que eles têm feito pelo desenvolvimento cultural, do que mesmo por iniciativa do poder público. Campina tem se tornado um pólo audiovisual, com grande remessa lançada todos os anos, temos muitos jovens fotógrafos lançados ao mercado a cada semestre, entre tantos outros artistas que são paulatinamente formados em nossa cidade. Porém, o prestígio e as influências no desenvolvimento geral da cidade, têm partido dos próprios realizadores, pouco se vê no tocante a incentivo mais sistematizado público ou mesmo reconhecimento destas práticas por esse poder. (Clarissa, artes visuais).

No Brasil é forte a idéia de que o Estado deve ser o principal ator no financiamento da produção cultural, incluindo a parte referente à criação de mecanismos de sua distribuição. A partir dessa idéia, o campo da produção cultural ficaria à mercê da dinâmica da esfera política. As políticas culturais, se

não forem de estado, mas políticas de governo seriam, então, objeto de alta instabilidade, já que estariam à mercê da flutuação dos partidos, de suas filosofias e orientações na área.

Tendo em vista o forte e histórico acirramento político existente em Campina Grande, foi perguntado aos artistas até que ponto ele afetava as decisões relativas ao setor cultural do município. Vejamos a tendência observada no quadro 17 e nas respostas:

**Quadro 17 - Política cultural e desenvolvimento**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>F</b>
Cultura, política e desenvolvimento	Prejuízo causado pelas lutas político-partidárias para o desenvolvimento a partir da cultura	Isso não atrapalha tanto	3
		Isso atrapalha muito	12
<b>TOTAL</b>			<b>15</b>

Os respondentes que afirmaram não ser o principal problema da dinâmica da produção cultural, o acirramento político, defenderam que o problema de maior amplitude do que isso seria mesmo a inexistência, independente do grupo político que tenha ocupado o poder nos últimos 12 anos, de um conjunto de políticas públicas de cultura sólidas e sistematizadas na cidade de Campina Grande:

Não. O que prejudica é não haver um substancial projeto para a política cultural em nossa cidade, e esta ausência se faz presente na maioria das propostas, sejam da esquerda ou da direita. (Aluizio, ator).

Ah, veja bem: não sei direito se isso atrapalha. Acho difícil dizer que sim, porque quando é um partido que está no comando, os problemas da cultura existem, e quando é outro partido que tá no comando, os mesmos problemas ou até outros também existem. O problema existe independente dessa luta de partido político daqui. (Maria, artesã).

Olha, eu num acho que atrapalha, não. Acho que num tem tanta influência, não. Eu só diria que teria influência se eu visse um determinado grupo de artista se apresentando direto e outro não, sabe? E isso eu não consigo ver. Eu diria assim, que esse acirramento político atrapalha como um todo qualquer administração, a cidade inteira se prejudica. Mas algo voltado especificamente para a cultura, num vejo não. Não consigo ver que esse problema traga problema para a cultura. Eu acho que o problema, ele existe, independente se estão discutindo entre si, ou se não estão. Eu acho que o problema é tão grande que nenhum se mete aí. E daí que o artista tem que ir em busca de apoios além do poder público, ele não deve ficar bitolado a isso, independente de existir acirramento político ou não. (Sandra Belê, cantora).

O grupo que teve maior frequência de respostas, afirmando que o acirramento político “atrapalha muito”, também apresentou um fio condutor comum entre a maioria das justificativas: o fato de que o acirramento político termina prendendo ou limitando a criatividade do artista, tanto no sentido da criação de obras culturais quanto no sentido da distribuição ou apresentação das mesmas:

Atrapalha, sim, atrapalha em todos os aspectos. Atrapalha de verdade. Por isso que eu falo que o cara que se propõe a ser uma coisa, aqui em Campina ele num tem que pensar muito nessa de receber apoio de A ou B, não. Porque basicamente são dois grupos, se você não estiver em um, vai estar no outro. Mas não existe a certeza do apoio. Então você tem que se garantir. Ir buscar patrocínio fora desse nicho político. Porque os caras são assim: “eu não ajudei, eu patrocinei o cara, então ele é meu refém”. Infelizmente eles pensam assim. E não é o correto! Você fica preso! Eu já fui vítima disso. Uma vez, vieram os babões e tentaram me bocoitar porque eu tinha fotografado ‘num sei quem’ que era de

outro partido, quando na verdade não tinha nada a ver, porque eu estava registrando um momento, e não exatamente a pessoa. Mas as pessoas que estavam administrando no momento disseram: “Pô, num tem nada a ver, a obra é do cara”. Mas isso é muito chato, interfere brutalmente no processo de criação que, conseqüentemente, interfere no tipo de participação da cultura no processo de desenvolvimento. (Cesar Di Cesario, artes visuais).

Isso é muito prejudicial. Atrapalha, atrapalha e muito. Até alguns artistas ficam meio que “mal vistos” quando eles não se vinculam a algum partido político. Eu procuro me manter o mais neutro possível, mas quando vejo coisa errada eu meto o pau mesmo. Porque eu penso assim: se você tá num cargo público, você está à disposição da opinião pública. Agora, é lógico que corro riscos. Esse ano aconteceu um problema numa mostra de dança (as bailarinas queimaram os pés na praça) e eu comentei isso no Facebook, e me ligaram pedindo para eu retirar o meu comentário. E eu disse que não ia tirar o comentário porque eu não concordei com o que aconteceu. Eu não estava culpando ninguém, apenas pedindo para se prestar mais atenção e não tratar o artista daquela forma, que é muito desumano. Depois disso foram vários problemas, inclusive uma antiga amiga minha se intrigou de mim, começou a meter o pau de uma maneira absurda como se eu tivesse atingido ela diretamente. Então eu me pergunto de que forma a cultura pode contribuir para o desenvolvimento da cidade nesse contexto em que a cultura não é prioridade, mas sim as vontades políticas? Há muito que se refletir e lutar pra tentar minimizar isso. (Flávio, ator).

Dois exemplos de depoimentos demonstram uma das conseqüências do acirramento político da cidade: a perda de espaço tanto no sentido do acesso ao uso dos equipamentos culturais, quanto no sentido da redução de oportunidades de trabalho. A partir dos dois próximos depoimentos, percebemos que as artistas deixam transparecer questões relativas às relações de poder e dominação nos espaços físicos de produção cultural e nas reduzidas possibilidades de oportunidades para as práticas culturais profissionais. Observemos as expressões como “coronelismo”, “marcado” e “subordinado” expressos nos depoimentos seguintes:

Atrapalha totalmente. Ainda há o coronelismo. O artista não pode manifestar-se politicamente, pois fica “marcado”. Se o opositor político ganhar nas urnas alguns artistas perdem no palco. (Ana Célia, atriz).

Sim. Muito. Principalmente no tocante aos espaços culturais que são subordinados aos poderes públicos, sejam estaduais ou municipais. (Clarissa, artes visuais).

A questão de lutas partidárias ou acirramento político e suas conseqüências não é novidade, muito menos algo específico da cidade de Campina Grande, mas sim, está espalhado por todo o país. Na verdade isso se desdobra no que já foi até discutido no Capítulo II quanto à questão de ações pontuais ou, de forma mais ampla, às ações de governo, em que cada partido ocupando a direção de um governo irá cancelar ou não ações que já vinham sendo desenvolvidas, propor novas ações ou até mesmo complementar ações anteriores; e não ações de caráter contínuo ou ações de Estado.

Todo esse cenário também é colocado nas discussões sobre desenvolvimento, bem como nas discussões em que a cultura é colocada como estratégia para o mesmo. Além de atingir equipamentos culturais e reduzir oportunidades de trabalho, o problema pode chegar a atingir até mesmo os meios de divulgação midiáticos. E esse também é um problema de países considerados como desenvolvidos, como o caso da concentração de TV sob o controle de Silvio Berlusconi, ex-primeiro-ministro da Itália, além de controlar o Mondadori, maior grupo editorial do país, e esses fatos foram bastante criticados na época de sua candidatura a primeiro-ministro e ainda são alvos de críticas, as quais afirmam que esse tipo de “monopólio”, que passeia entre interesses políticos e econômicos, prejudica a questão do pluralismo, reduz as opções de escolhas, contribui para um modelo único de sociedade e influência cultural, dificulta demais, não o papel do Estado, mas, talvez, a sua visibilidade, e coloca em cheque o que é uma democracia, além de tantas outras críticas<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Fonte: [http://www.irenebrination.typepad.com/irenebrination\\_notes\\_on\\_a/2010/06/berluland-media-control-in-italy-.html](http://www.irenebrination.typepad.com/irenebrination_notes_on_a/2010/06/berluland-media-control-in-italy-.html)

A questão dos efeitos do acirramento político ou do domínio de determinado grupo político ainda pode ser ampliada, estendendo-se aos grandes empresários, e até mesmo à integração entre o capital privado e público.

A cultura e todas as relações que giram em torno dela devem ser vistas como instrumentos de desenvolvimento socioeconômico (REIS, 2007, p.292), e este não deve ter como prioridade apenas as vontades de grupos políticos ou econômicos, mas sim, as vontades da sociedade geral. A cultura, estando a serviço da política, será sempre limitada, porque estará submetida às diversas exigências de determinado domínio político. Mas a política estando a serviço da cultura, esta terá maior liberdade, porque estará mais livre de pressões políticas, e atingirá a verdadeira originalidade, porque será fruto das idéias, pensamentos, conhecimentos, ideais, filosofias e/ou sentimentos reais de quem a “faz”. Aí sim estaríamos falando de desenvolvimento por meio da cultura: em que as potencialidades dos indivíduos e da coletividade são realizadas (FURTADO, 1984, p.63).

### **3. Entrevistas: a percepção de representantes do poder público**

Entrevistamos três representantes do poder público, especificamente da Secretaria Municipal de Cultura<sup>6</sup>: a ex-secretária de cultura, Eneida Agra Maracajá, que assumiu o cargo de setembro de 2011 até dezembro de 2012; o ex-coordenador de projetos da Secretaria Municipal de Cultura, Herry Charriery, que também assumiu o cargo de setembro de 2011 até dezembro de 2012; e o ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, Flávio Romero, que assumiu o cargo de 2005 até 2012.

As entrevistas semi-estruturadas foram analisadas seguindo o método da análise de conteúdo temática, em que expressões estarão sendo colocadas

---

<sup>6</sup> Outros representantes foram convidados a participar, mas em função de estarem envolvidos em atividades no período eleitoral, não aceitaram ser entrevistados.

em categorias e suas freqüências são contabilizadas, a exemplo do feito com as entrevistas com representantes da classe de artistas.

A entrevista com os representantes do poder público também iniciou a partir das noções que eles tinham sobre cultura, por entender que esse é um ponto de partida essencial. Em seguida, outras questões são apresentadas, como: noções sobre política cultural, objetivos da política cultural de cada representante do poder público, a visão sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, a participação do setor privado, além de outras questões colocadas.

**Quadro 18 - Concepção de Cultura**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Cultura	Concepção de cultura	Processo criativo	10
		Emoção, sensibilidade	5
		Produção de um povo/identidade	6
		Caráter pedagógico	9
<b>TOTAL</b>			<b>30</b>

O quadro 18 apresenta a categorias que foram criadas a partir dos conteúdos mais citados sobre as concepções de cultura que os representantes

do poder público têm. Através do quadro, constatamos que os conteúdos que tratam de “processo criativo” e “caráter pedagógico”, foram os conteúdos mais citados (com 10 e 9 frequências, respectivamente). A partir das entrevistas completas, em que algumas ideias se repetem, apresento alguns destaques:

Cultura é criação. É o ato criador. É o que o homem cria. Desde os primórdios, desde o homem primitivo, que já pintava nas cavernas, passando pelo mundo antigo, a idade média, renascimento, até hoje, a cultura é o ápice da inteligência, da sensibilidade, que se traduz na produção. O produto que é criado pela inteligência, pela emoção, pela sensibilidade desse ser racional, mas que traz esse mundo de criatividade. A criação é o que pode dignificar o homem em toda a sua dimensão. (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

Cultura é identidade. Cultura é um meio em que se pode pensar duas coisas ao mesmo tempo: educação e desenvolvimento, nas suas mais diversas formas, pela arte, pela identidade de um povo, pela sua educação. Cultura é tudo isso Talvez sejam três setores que sejam interdependentes: cultura, desenvolvimento e educação. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos da Secult-CG).

Cultura talvez seja um dos meios mais eficazes para a inclusão social. É através dela, também, que podemos aprimorar a formação cidadã e alcançar transformações sociais. Por isso cultura vai além de simples apresentações artísticas, por exemplo. Cultura é aquilo com que o povo se identifica, se reconhece. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

Pode-se perceber que as concepções de cultura parecem comunicar entre si, pois elementos como identidade, criação e educação são comuns nas três concepções. São concepções fortes e que, claramente, transmitem ideais, de visões, de vida, de pensamento ou filosofia. É possível construir uma linha de raciocínio que une as três concepções: o homem cria, ele se identifica com as suas criações ou produções, ele transmite essas produções por um

processo de educação (no sentido mais amplo, e não apenas no sentido formal representado pela escola), e esse processo pode gerar ou não uma transformação social, seja ela boa ou ruim, eficaz ou não eficaz. Esqueçamos os adjetivos que qualificam essa transformação, pois aqui ela está colocada apenas como a *transformação em si*.

É preciso investigar se essa identidade criada e refletida na produção cultural corresponde aos interesses dos indivíduos, ou se é uma “invenção”, algo imaginado e idealizado, algo alterado ou mesmo algo unificado, já que atualmente é impossível falar de uma única identidade. Há, por trás do discurso da cultura enquanto instrumento de fortalecer a identidade de um povo todo um conjunto de elementos que deve ser considerado e analisado (cf. CANCLINI, 1987).

Essa discussão da identidade vem desde o nível nacional, como bem aponta Anita Simis: “Já se incorporou a crítica de que é enganoso buscar uma identidade brasileira ou uma memória brasileira” (2007, p.138). A autora ainda continua, citando Ortiz (1985), os questionamentos: “quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem?”. Tais questionamentos são essenciais para repensar o papel da cultura enquanto instrumento de transmissão da identidade nas políticas públicas, principalmente quando seus olhos estão voltados para o desenvolvimento, processo este que deve considerar as múltiplas identidades, os múltiplos modos de viver, e mais: viabilizar o diálogo entre os mesmos.

No quadro 19 (na página seguinte) estão os resultados obtidos para a pergunta sobre a concepção dos representantes institucionais para a expressão *política cultural*. Podemos observar que os conteúdos mais citados foram os que tratam da dimensão mais prática e objetiva de determinada política, em que expressões como “definição de prioridades”, “escolhas”, “objetivos e metas”, por exemplo, foram colocadas. Apenas uma resposta se diferenciou das demais, que foi aquela que coloca a política cultural como uma “política de formação cidadã”. No entanto, isso não quer dizer que as demais concepções não levam em consideração elementos mais subjetivos.

**Quadro 19 - Concepções de política cultural**

CLASSE TEMÁTICA	CATEGORIA	CONTEÚDOS	f
Política pública de cultura	Concepção de política cultural	Definição de prioridades	1
		Escolhas/Decisões	3
		Política de formação cidadã	1
		Objetivos, metas, incentivos	1
<b>TOTAL</b>			<b>6</b>

Para relembrar, como já discutido no Capítulo I, política cultural é bem mais que um processo burocrático e bem menos que uma ciência, devendo envolver criatividade e argumentos fundamentados, buscando sempre se aproximar o máximo possível das demandas das comunidades às quais se destinam. Vejamos trechos das falas sobre essa questão:

Política cultural é o processo de direcionamento, são as definições das prioridades, do que se tem que fazer. O setor cultural, assim como qualquer outro, passa por isso, por uma espécie de avaliação, reflexão de decisões prioritárias. É onde vai se decidir sobre o que vai se fazer no setor, é onde se vai escolher ações. (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

É uma política de formação do cidadão, extremamente prioritária pra nação, pra uma região, que deve ser concebida numa perspectiva inclusiva. Assim como a educação, a política de cultura deve ser fomentada pelo Estado, em suas diversas esferas. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

É uma política em que objetivos, metas e incentivos devem ser traçados, assim como qualquer outra política. No entanto, os tipos de objetivos, a essência, a perspectiva ou noção de cultura, entre outros aspectos, é que vão dar caráter específico a uma política cultural, e aí varia de política para política. (Herry Charriery, ex-coordenador da Secult-CG).

O quadro 21 revela os objetivos da política cultural que cada representante do poder público tinha em mente quando ocupava seus cargos. Constatamos que os objetivos que correspondem à “descentralização” e à “pedagogia cultural” foram os que tiveram maiores freqüências e os outros ficaram com freqüências equivalentes.

**Quadro 20 - Objetivos da política cultural de Campina Grande**

CLASSE TEMÁTICA	CATEGORIA	CONTEÚDOS	f
Política cultural	Objetivos da política cultural de Campina Grande	Inclusão social/resgate da cidadania	2
		Incremento da economia local	2
		Descentralização	4
		Pedagogia cultural	4
		Recuperação de equipamentos culturais	2
		Fomento à cultura	3
<b>TOTAL</b>			<b>15</b>

Analisando o quadro 21 de forma geral, logo é possível concluir que a política cultural de Campina Grande, ao menos a julgar pelos depoimentos obtidos, tem apresentado como objetivo principal a *inclusão social* e a *busca pela cidadania*. Percebemos que o objetivo da cultura enquanto elemento contribuinte para o desenvolvimento da economia local foi pouco citado, apesar dos depoentes falarem do tema em questionamentos posteriormente, com veremos. Vejamos trechos ilustrativos das falas sobre esse ponto:

O principal objetivo da política cultural de Campina Grande é o fomento à cultura, é criar uma estrutura para se criar arte, é instrumentalizar o setor. Sem instrumento, não há criação. Ora, a criança para pintar, por exemplo, precisa de lápis! E esse fomento está atrelado à educação, à pedagogia cultural. A cultura tem caráter pedagógico. A cultura deve ser incentivada e vivida desde a educação das crianças. O povo costuma dizer que a criança é a esperança. Não! A criança é a certeza! (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

Cada secretaria tem a sua competência, tem a sua pasta para explorar. Entretanto, a Secretaria de Cultura, ela não faz cultura visando eminentemente o desenvolvimento comercial. Porque existe um princípio, que é um princípio talvez hierárquico, quem vem do Ministério da Cultura à todas as secretarias municipais, de que a cultura, atualmente, ela tem como princípio a inclusão social. A Secretaria de Cultura, ela vem desenvolvendo projetos dos mais diversos, com o objetivo de fazer com que exista uma ampla discussão em torno da recuperação da cidadania por meio da cultura. E como nós podemos recuperar a cidadania por meio da cultura? Profissionalizando artistas, cantores, dançarinos, atores. Então à medida que a gente tá dando a inclusão social, a recuperação da auto-estima, da cidadania para estes artistas, estamos, paralelamente, não deixando de ser também uma finalidade, estamos dando a eles a possibilidade da auto-sustentabilidade econômica, estamos possibilitando um incremento na economia local. Eu acho que o principal valor principiológico de todas as ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura é exatamente o princípio da educação e inclusão social. Eu acho que foi uma das principais metas, metas é uma palavra até bancária, né? Mas foi um dos principais objetivos da secretária, fazer com que a cultura, em Campina Grande, ela seja uma grande inclusão social, e que ela seja também um instrumento de educação. (Herry Charriery, e-x coordenador de projetos da Secult-CG).

É compreensível que esses dois primeiros depoimentos tenham um fio condutor ou conversem entre si, pois os representantes em questão fizeram parte da mesma gestão. No entanto, observamos também um objetivo comum entre o depoimento da ex-secretária Eneida Agra e o do ex-secretário Flávio Romero, que falam, ainda que com termos diferentes, sobre o objetivo que trata do fomento à cultura. Observemos o depoimento de Flávio Romero:

Era recuperar os espaços culturais. Quando eu assumi em janeiro de 2005 e fiquei como secretário de Educação, Esporte e Cultura até, e acho que essa foi uma grande marca da gestão do prefeito Veneziano, que foi a criação da Secretaria de Cultura como uma instituição autônoma ou como uma entidade autônoma, porque é a primeira na história de Campina Grande, que deve ser registrado ainda que com todas as dificuldades. E aí nós tivemos, de 2005 até 2011, a grande dificuldade de exatamente reestruturar os espaços de cultura da cidade. E tivemos a oportunidade de reformar os dois museus: o Museu Histórico e o Museu do Algodão; tivemos a oportunidade de reformar o Centro Cultura de Lourdes Ramalho; tivemos a oportunidade de revitalizar o Memorial Severino Cabral, onde hoje funciona a Secretaria de Cultura; e tivemos a oportunidade de fazer uma grande investimento, superior a 1 milhão de reais no Teatro Severino Cabral, reestruturando, não somente do ponto de vista arquitetônico, mas sobretudo do ponto de vista funcional. O teatro não tinha acessibilidade, não tinha um banheiro para deficientes, não tinha ar-condicionado, nunca funcionou direito o ar-condicionado, e nós investimos, somente em ar-condicionado, 220 mil reais. Então assim, esse foi um trabalho que foi preparar os equipamentos culturais públicos para acolher a nova Secretaria de Cultura. Mas também tivemos outras ações, como: tivemos o Natal dos Sonhos, que criou um novo espaço para a cultura em Campina Grande, com o *Auto do Natal*; tivemos uma atuação muito próxima da Oscip que coordena o Festival do Inverno, e conseguimos fazer um trabalho de parceria muito importante em que a prefeitura passou a ser co-realizadora do evento. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

Fazendo um balanço geral dos depoimentos, percebemos que os objetivos mencionados revelam o desejo da consolidação de uma política cultural de cunho mais democrático e social, ao expressar termos como “descentralização”, “inclusão”, “educação cultural”, entre outros. Existe um forte

discurso, ainda que não posto em palavras diretas, de que é preciso levar cultura para as “camadas sociais menos favorecidas” e que, portanto, possuem menos acesso a uma “cultura de qualidade”. A partir da literatura sobre o tema, pode-se afirmar que essa é um tipo de política cultural com a visão voltada para a democratização cultural.

As políticas de democratização cultural, se não bem formuladas e implantadas, terminam apenas por reafirmar e contribuir para o fortalecimento da idéia de uma cultura dividida, uma cultura hierarquizada, uma cultura produzida de “cima” e distribuída para “baixo”, justificando aí a necessidade de disseminar essa cultura, que vem de “cima”, a um maior número de indivíduos que ainda não teve acesso a ela. Assim, como afirma Isaura Botelho, em palestra ministrada no Seminário Internacional de Democratização Cultural, esse movimento termina por ser, na verdade, autoritário, na medida em que desconsidera o repertório cultural dos indivíduos (2007, p.15), apesar dos representantes do poder público entrevistados pela presente pesquisa afirmarem reconhecer e apoiar a diversidade de culturas. Observemos o exemplo contido no seguinte depoimento:

A dicotomia da cultura, em erudita e popular, é resultado da divisão de classes na sociedade. Essa divisão está baseada no fato de dividir a cultura a partir da formação acadêmica dos artistas, criadores. Costumou-se enquadrar aqueles que tinham uma formação acadêmica na categoria de cultura erudita e os que não tinham formação acadêmica na categoria popular. O processo de criação das grandes obras de Vivaldi, Beethoven e Bach, por exemplo, não se diferencia do processo de criação de Luiz Gonzaga, pois todos investiram na mesma coisa: as suas inteligências, emoções e sensibilidades. Mas o que a gente sabe é, na verdade, que uma bebe na fonte da outra. E isso deve ser transmitido desde cedo. Por isso a importância do vínculo com o sentido da educação, a pedagogia cultural. (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

O depoimento da ex-secretária revela o conhecimento de que uma política cultural deve ter, como um objetivo ou princípio básico, a concepção de que as ações culturais devem reconhecer a diversidade das manifestações

culturais, sem precisar classificá-las (erudita ou popular) com o sentido de elevar uma ou outra, justamente porque elas são frutos de um mesmo processo de criação, em que inteligência, emoção e sensibilidade fazem parte do mesmo, como bem explicou a ex-secretária Eneida Agra. Além disso, percebemos ênfase na questão da educação como um dos meios para se alcançar tal objetivo da cultura, aquilo que a ex-secretária e o ex-coordenador de projeto chama de “pedagogia cultural”. E o ex-coordenador de projetos culturais, Herry Charriery, ainda faz uma ligação entre a promoção da cultura por meio da inclusão social e da educação com a questão da “auto-sustentabilidade econômica” dos artistas, justificando assim, outro objetivo da política cultural, que é o incremento na economia local.

No entanto, qualquer que seja o tipo de política cultural, é preciso cuidado ao usar termos como “inclusão” e “exclusão”. Porque, na verdade, não existe razão para “incluir”, tendo em vista que todos indivíduos já possuem “suas” culturas. Outros termos seriam mais adequados, como “integração”, “inter-relações” e “construção de pontes”, que objetivam a construção de diálogos entre culturas diversas, sem definir o que é cultura da “alta” e cultura da “baixa” camada social. Alguns podem afirmar que isso seria apenas uma mudança de discurso e que, em prática, o problema continuaria a existir. Mas esse é um papel que cabe ao gestor de cultura e também a todos aqueles que fazem parte do segmento cultural, inclusive expectadores e produtores, criar políticas fundamentadas que alcancem, aos poucos, a concretização do discurso, bem como outros canais de diálogos com o mesmo objetivo.

Em que medida essa ênfase discursiva se observa nas práticas dos gestores públicos da cultura precisa ser entendido à luz dos dados referentes à amostra dos segmentos dos artistas acima apresentados. A ênfase nas políticas públicas da cultura na direção da inclusão social não parece ser algo específico de Campina Grande. Em termos do Brasil esse léxico da inclusão social via cultura vem sendo disseminado. Em 2007, por exemplo, esse foi o mote do I Seminário Internacional de Democratização Cultural, no qual alguns temas correlacionados foram debatidos, como *educação e arte, políticas*

*públicas e cidadania cultural, arte na formação do indivíduo e novas formas de circular e consumir cultura.*<sup>7</sup>

O quadro 22 apresenta as principais dificuldades que os representantes do poder público elencaram enquanto estiveram ocupando cargos públicos na área de cultura. Os três depoimentos possuem um elemento em comum: a questão do orçamento. Os representantes reclamam que o orçamento era muito limitado. Dois dos representantes ainda colocaram outra dificuldade, interligando-a com a própria dificuldade do orçamento, que era a ausência de uma secretaria independente para a área de cultura.

**Quadro 21 - Dificuldades na política cultural**

CLASSE TEMÁTICA	CATEGORIA	CONTEÚDOS	f
Política cultural	Dificuldades	Ausência de uma secretaria	4
		Orçamento	12
		Atividades devem ser feitas acima da questão do orçamento	3
<b>TOTAL</b>			<b>18</b>

O depoimento da ex-secretária de cultura, Eneida Agra, está em consonância com o seu depoimento acerca do principal objetivo da política cultural em sua gestão, que era o fomento à cultura, criar estrutura para a cultura, em que ela disse: “A criança, para pintar, por exemplo, precisa de lápis!”. Vejamos sua ênfase no poder determinante da pequenez do orçamento

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.blogacesso.com.br/wp-content/uploads/2010/10/Publicacao-doSeminario.v3.pdf>

como uma grande dificuldade, embora o principal seria a inexistência de uma política pública de cultura:

A principal dificuldade da política cultural atualmente é o orçamento, que é muito pequeno. Como fomentar a cultura sem um orçamento digno? Falta política cultural, falta incentivo, descentralização também, em qualquer um dos casos, com um orçamento pequeno ou não. (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

Comparando o depoimento da ex-secretária, Eneida Agra, com o depoimento do ex-secretário da antiga Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, Flávio Romero, observa-se que a dificuldade do orçamento não tem causa única na ausência de uma secretaria independente, pois mesmo quando se criou a Secretaria Municipal de Cultura de Campina Grande (Secult-CG), supondo um orçamento próprio, este ainda continuou a ser um problema.

A principal dificuldade era, com toda a certeza, a limitação de recursos. Porque é uma realidade que não é da cultura do município de Campina Grande, não é a realidade da política do estado da Paraíba, mas é uma realidade da política cultural brasileira. Ou seja, a discussão sobre as diretrizes de uma política nacional de cultura é uma coisa muito recente, diferentemente, por exemplo, da área de saúde, que existe uma medida provisória que define o investimento na saúde, assim como na área da educação, que tem recursos próprios definidos por legislação, você tem que utilizar em educação, no mínimo, 25% de recursos captados pelo município. Então a gente tem na área de educação uma total autonomia. No caso da cultura, não. Os recursos dependiam quase que exclusivamente do tesouro municipal, e efetivamente, o tesouro municipal por ser limitado, tem outras ações que também são prioritárias, uma série de outras políticas que são importantes para o desenvolvimento da cidade e para o cidadão propriamente dito. E aí a cultura ficava com um quinhão muito pouco representativo. No município de Campina Grande, somente não. Nos municípios em gerais. Razão pela qual, esse foi um dos motivos que fez com que a gente trabalhasse para a criação da Secretaria de Cultura. A gente sentia falta, também, e que isso motivou a criação da Secretaria de Cultura, foi exatamente um espaço autônomo, porque até a captação de recursos, junto à União e às diversas fundações, às organizações internacionais, fica muito mais difícil sendo uma secretaria diluída em outra do que com seu perfil autônomo. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

O depoimento do ex-coordenador de projetos culturais da Secretaria Municipal de Cultura de Campina Grande, revela o peso da ausência de uma secretária própria para a cultura e o quanto Campina Grande perdeu com isso, além da ainda realidade de um orçamento muito pequeno. Vejamos a visão de outro representante institucional do poder municipal:

Eu diria que uma grande dificuldade, dentre outras, é o orçamento. Há quantas décadas Campina Grande vem perdendo recursos do poder federal porque não tinha uma secretaria de cultura! Campina Grande perdeu, eu não vou dizer por desinteresse do poder legislativo, mas por falta de conhecimento da importância que seria para a cidade ter uma secretaria da cultura. Se pensa a cultura com migalhas, Se pensa a cultura com recursos tão pequenos que você acha que cultura é só botar o povo pra dançar. Cultura não é só bumba-meu-boi, cultura é profissionalização e cidadania. Cultura não só é enfeitar fachadas. Cultura é você ter um orçamento digno para que ela se desenvolva de forma profissionalizada, fundamentada, com objetivos, com metas, e sobretudo, com incentivos, permanentemente. Agora isso também, nada impede que as instituições públicas, por mais minúsculo que sejam seus recursos, elas desenvolvam atividades ao seu alcance. Por exemplo, a nossa Secretaria da Cultura, recente fundada, desenvolveu ações, projetos e estratégias culturais formidáveis e importantes para a cidade num tempo curtíssimo. Num tempo muito curto a professora Eneida Agra, secretária de cultura, desenvolveu ações culturais que tanto a prefeitura já desenvolvia, quanto ações culturais, que ela na condição de importante ativista cultural já desenvolvera. Então você encontra uma secretaria sem recursos suficientes pra fazer grandes eventos culturais grandes projetos culturais, mas você encontra uma secretaria que fez a Ciranda da Cultura, levando música, teatro, poesia, literatura para todos os bairros e distritos. Todas essas preocupações da secretaria foram preocupações com muita responsabilidade, porque além de ter recursos limitados, desenvolveu ações sem deixar de lado a qualidade. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

Os depoimentos dos representantes do poder público sobre as dificuldades enfrentadas na política cultural (concentradas na questão do orçamento muito limitado) revelam uma visão do poder público como o maior responsável pelo fomento à cultura.

O problema do orçamento limitado, na verdade, começa desde o Ministério da Cultura que, como já vimos também no Capítulo II, possui o menor orçamento entre os ministérios. Quando se anunciam cortes no orçamento, por exemplo, o setor cultural é um dos primeiros a sofrer, e não há argumento sobre a importância e urgência da cultura que convença o poder público recuar de tal decisão. Essa é uma briga antiga. Existe a discussão de que os custos com atividades culturais ainda são altos, daí a justificativa da necessidade de um orçamento compatível. No entanto, há mais problemas em torno da questão do orçamento limitado do que se pode imaginar, pois não se resume apenas à “falta de mais apoio” do poder público.

Para citar um exemplo interessante nessa área, o secretário do orçamento do Estado, Luís Morais Sarmiento, e o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, ambos do governo de Portugal, através das ações políticas e dos resultados de um estudo intitulado “O impacto das atividades culturais sobre a economia portuguesa” (GASPAR, 1988), comentam que a oferta cultural financiada pelo estado é consumida muito mais por quem tem maior poder aquisitivo e, assim, o fomento a estas atividades constitui um benefício predominantemente maior para os indivíduos mais ricos<sup>8</sup>. Ou seja, o problema do orçamento vai além de ser pequeno ou não, mas também como, para onde e em que contexto ele é destinado.

Assim, como resultado de uma cobrança por parte da sociedade, a responsabilidade pela gestão e financiamento da cultura recai sobre o poder público. No caso brasileiro, depois de reconhecido o fato de o Estado não dar

---

<sup>8</sup> Reportagem: [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/cultura/detalhe/2013\\_03\\_27\\_jovem\\_gaspar\\_e\\_a\\_cultura\\_o\\_problema\\_da\\_participacao\\_humana\\_praticamente\\_irredutivel.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/cultura/detalhe/2013_03_27_jovem_gaspar_e_a_cultura_o_problema_da_participacao_humana_praticamente_irredutivel.html)

conta sozinho dessa tarefa, observamos a tendência para um modelo misto que integra, sob a liderança estatal, o setor privado e diversas fundações.

No quadro 23 (abaixo) apresentamos os dados sobre a percepção dos gestores a respeito da participação do setor privado na produção artística da cidade:

**Quadro 22. Participação do setor privado na cultura**

CLASSE TEMÁTICA	CATEGORIA	CONTEÚDOS	f
Cultura e setor privado	Participação do setor privado no setor cultural	Fraca	2
		Concentrada no evento "São João"	6
		Faltam incentivos	1
		É recente	2
<b>TOTAL</b>			<b>11</b>

O depoimento do ex-coordenador de projetos culturais, Herry Charriery, mostra que o problema da fraca presença do poder privado na cultura vem desde o poder público que, segundo ele, não vê a cultura com o devido valor e, como consequência, deixa a desejar em termos de políticas que estimulem mais a aproximação, obrigando assim, o próprio poder público a "mendigar" ajudas para desenvolver ações públicas de cultura:

Por que a iniciativa privada ainda se vê acanhada de fazer parte desse processo? Porque o próprio poder público não enxerga a cultura com o valor e qualidade peculiares da cultura. A participação do setor privado ainda é fraca porque faltam exatamente políticas públicas que chamem a iniciativa privada para fazer parte desse projeto de desenvolvimento por meio da cultura. Porque, por exemplo, nós não temos nenhum fundo de apoio à iniciativa privada

que estimule atividades culturais. A coisa só funciona quando nós vamos atrás. Aqui em Campina Grande, nós não temos nenhuma lei de incentivo à iniciativa privada para que eles possam garantir recurso, por exemplo, na produção de CD's. E isso é uma competência do poder legislativo: elaborar uma lei específica para que o poder público, ele tenha um acesso, sem ser um acesso de ta mendigando, mas seja um acesso amparado por lei para que o poder privado ele tenha também essa responsabilidade: de incentivar a cultura, ao mesmo tempo em que ele vai ta sendo incentivado, com isenções fiscais, por exemplo. Mas percebe-se alguma mudança nesse sentido. Mas Isso não é uma coisa remota, velha, é muito recente. Em meados da década de 90 foi quando os poderes públicos passaram a entender que eles precisam de um parceiro para que desenvolva projetos de ordem cultural. Antes disso, era muito público, porque se via que as ações culturais eram de responsabilidade do poder público. E isso é um grande equívoco. A própria constituição, ela é muito clara quando ela vai determinar competências, e cultura, ela não é exclusividade do poder público, a iniciativa privada é também responsável, junto com a própria sociedade pra desenvolver essas ações. Então, de meados da década de 90 pra cá a gente tem visto que alguns projetos de desenvolvimento cultural têm recebido ações bastante enriquecedoras do poder público e do poder privado. Isso porque é uma forma, não do poder público deixar de ser responsável e competente pelas suas responsabilidades no que diz respeito a gerir a cultura, mas é também trazer novos parceiros que possam ampliar, com novos horizontes, os projetos culturais. Isso vem sendo feito agora, recentemente. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

O ex-secretário secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, Flávio Romero, justifica a pouca participação do poder privado a partir da incompreensão que o próprio poder privado tem da importância da cultura até mesmo como geradora de emprego e renda. E a ex-secretária de cultura, Eneida Agra, toca em um ponto bastante curioso ao afirmar que o poder privado só vê cultura em Campina Grande na festa tradicional do Maior São João do Mundo, justificando a visão do poder privado, que é obter o maior lucro possível, e a festa proporciona isso. No entanto, vem a maior crítica da ex-secretária: a forte presença do poder privado descaracteriza a festa que, muito além de ser festa, é “uma manifestação cultural”; e a cultura de Campina Grande não está resumida a um único evento. Vejamos os depoimentos:

Muito tímida. Muito tímida. Talvez seja assim pela própria incompreensão da amplitude, da importância que a cultura tem. E aí quando se trata de instituição privada, eles também visam o lucro, evidentemente está dentro da missão de qualquer instituição de natureza privada, eles também ainda não despertaram para esse olhar sobre a cultura como elemento de geração de emprego e renda. Porque efetivamente a cultura é isso: também é uma atividade que fomenta o desenvolvimento regional através da geração de emprego e de renda. Então assim, eu entendo que é uma falta de compreensão da importância da política cultural e é falta também de uma visão mais contextualizada com a realidade dos empresários. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

Olhe, ainda é um pouco complicada essa questão. Posso resumir que, se a gente não vai atrás, corremos o risco de ficar sem apoio. Tem um problema maior que é a questão dos empresários só quererem patrocinar o São João de Campina Grande. Primeiro: eles vêem o São João apenas como uma festa, e não como uma manifestação cultural de fato, começando aí a grande descaracterização da festa. Segundo: Campina Grande não se resume somente ao São João, Campina Grande tem vários outros eventos e atividades culturais. Essas visões distorcidas atrapalham o desenvolvimento social. Olhe, gosto sempre de lembrar de quando Campina Grande afundou na economia e as duas coisas que a reergueram foram: educação e cultura. Por isso, não é a toa que Campina Grande é hoje conhecida como “cidade universitária”. (ex-secretária da Secult-CG).

Temos, nos depoimentos apresentados, uma conclusão não tão recente: o poder privado ainda não consolidou sua participação nas atividades culturais. Os motivos para essa fraca participação podem ser muitos e de diversas ordens, uma delas, já apontada pelo ex-coordenado de projetos culturais, que é o não reconhecimento da importância da cultura. Podemos supor mais alguns outros motivos: insegurança quanto ao retorno do investimento, falta de conhecimento sobre pesquisas que apontam para o crescimento e a garantia de investimento em cultura, possível ausência de incentivos por parte do poder público, entre outros. Ressalto que aqui não se trata de concordar com tais motivos, mas sim de expor o que se tem discutido sobre a problemática. Para

que a consistência de tais explicações fosse testada seria necessário mais pesquisas.

No que se refere aos reflexos da dinâmica da esfera política sobre a dinâmica da formulação e implementação de políticas públicas de cultura, perguntamos também a opinião dos respondentes do segmento dos gestores públicos, como podemos conferir no quadro abaixo:

**Quadro 23 - Reflexos das dinâmicas da esfera política**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Política Cultural	Acirramento político	Atrapalha as decisões nas políticas culturais	1
		Não atrapalha nas decisões das políticas culturais	1
		O problema é inevitável	1
<b>TOTAL</b>			<b>3</b>

Vejamos trechos ilustrativos das posições observadas nas entrevistas:

Olha, a disputa política vai existir sempre. Até mesmo entre integrantes de um mesmo partido. Quando eu digo que política cultural é definição de prioridades, quer dizer também que esse processo começa desde a questão da política partidária. Agora, é claro que deve haver esforço para não se perder o foco, que é a cultura. Não é fácil, óbvio que não é, mas é algo que não tem como fugir. (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

O depoimento da ex-secretária se aproxima do que os respondentes dos segmentos dos artistas disseram. Há uma compreensão dos efeitos das

dinâmicas da esfera da política e ao mesmo tempo se defende a idéia de que as diretrizes para a gestão pública da cultura deveria estar acima dos interesses partidários, o que pode indicar uma certa ingenuidade na análise feita tanto pelos gestores quanto pelos artistas.

Já o depoimento do ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, é mais enfático na certeza de que o acirramento prejudica, sim, as decisões nas políticas culturais. No entanto, ele afirma que sempre buscou parcerias “deixando de lado” a questão das lutas partidárias, pois compreende que cultura não é política de governo, e sim política de Estado, explicando que os governos passam e o Estado fica:

Seguramente. Não somente no setor cultural. Mas, esse acirramento que em alguns espaços são injustificáveis, termina por comprometer as parcerias, por exemplo. No nosso caso, nós sempre tentamos manter relações deixando de lado a questão político-partidária. Por exemplo, sempre tivemos uma relação muito próxima com a professora Marlene, na condição de reitora e eu na qualidade de secretário; sempre estabelecemos relações muito importantes na área de cultura, nunca houve sequer nenhum obstáculo em face dessas dicotomias pontuais de natureza político-partidárias, que eu acho que são equivocadas. Porque no fundo, você tem que ter a visão de que, cultura não é política de governo, cultura é política de Estado. E os governos passam, e o Estado fica. Então, quem assume a prefeitura de Campina Grande, quem assume a Secretaria de Cultura de Campina Grande, assume um acervo de pessoas que passaram, que foram de divisões partidárias diferentes, mas que cada uma delas agregou um tijolo na construção desse templo angular que é a cultura em Campina Grande. Então, eu sempre trabalhei na perspectiva de valorizar muito o passado, e de reconhecer que não fizemos tudo, que foi feito muita coisa, mas que muita coisa ficou a ser feita. Porque afinal de contas essa é a visão que nós temos de política em qualquer área, inclusive na cultura. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

Podemos resumir que as políticas de Estado são mais amplas ou gerais, não dependendo da sucessão dos governos. Elas envolvem mais instâncias estatais e respondem a demandas sociais na perspectiva do longo prazo. Já

as políticas de governo são formuladas e executadas de acordo com alguma determinada demanda que surge dentro da agenda de política interna, demoram menos tempo para serem criadas e dependem quase que exclusivamente da instância administrativa (ALMEIDA, 2009).

Em recente declaração, a ministra da cultura, Marta Suplicy, afirmou que a obtenção de mais recursos para o Fundo Nacional da Cultura deverá tornar a cultura "uma política de estado". Rigorosamente falando, no campo das políticas de governo é que os efeitos das lutas partidárias poderão ser mais evidentes, pois implicam em vários processos de decisões e definições de prioridades no campo da cultura, pressupondo o enfrentamento das diversidades de ideias. Como exemplifica o ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de CG, essas políticas de governos idealmente teriam caráter apenas complementar às orientações firmadas e praticadas na implementação das políticas de Estado para a gestão da cultura.

De forma contrária às duas primeiras visões sobre o acirramento político na cidade de Campina Grande, o ex-coordenador de projetos culturais, Herry Charriery, afirma que as lutas partidárias não prejudicam as políticas culturais e que acha até "salutar" para o exercício da democracia. Vejamos a resposta completa, e em seguida a análise das suas partes:

Eu acho que não. Eu acho que é salutar para a democracia. Quem vê que a disputa política, o acirramento político, é prejudicial, é porque não conhece o valor da dialética. Eu acho que é salutar, bom e oportuno o acirramento, contanto que o acirramento, ele não desande para a irresponsabilidade do gerenciamento público. De certa forma dificulta certas políticas públicas, mas isso não impede que outras políticas públicas possam se desenvolver. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

O ex-coordenador de projetos culturais continua o depoimento sobre acirramento político colocando a figura do artista, afirmando que ele não pratica a "neutralidade" e que isso é necessário para se "cobrar" políticas pública. Vejamos o exemplo e a explicação que o ex-coordenador apresenta sobre o

envolvimento de artistas na problemática do acirramento político na cidade de Campina Grande:

Eu digo o seguinte: não existe artista nenhum, cidadão nenhum, que ele seja “apartidário”. Não existe neutralidade! A cultura ela tem que ser políticas públicas e políticas públicas são escolhas. Se o legislativo ou o executivo tiverem escolha de privilegiar a cultura, vai privilegiar. Mas se não tiver esse intuito, não vai fazer. E Campina Grande vive permanentemente nessa disputa interminável, e eu não vejo, na sua forma absoluta, como sendo prejudicial. E é salutar para a democracia! Sabe por quê? Porque quantos e quantos artistas foram fazer campanha política para determinado candidato na campanha pra governador, artistas de Campina Grande, e esses mesmos artistas de Campina Grande se indignam com o governador por não ter dado um centavo de ajuda nem no São João e nem no Festival de Inverno! Quer dizer, eles estavam fazendo uma escolha político-partidária na eleição e agora o que eles estão fazendo é exercendo o direito político de questionar. Então assim, não adianta dizer: “O artista está no palco, não está na política”. Está! O artista está na política! Ele tem que estar! Por que como é que ele vai cobrar políticas públicas para o seu segmento? Esse acirramento existe porque também já está muito arraigado no imaginário do povo nordestino. Quem disse que o artista do Nordeste ele não vota? Ele vota sim! Ele faz campanhas políticas. Mas isso nada impede que na hora dele cobrar ele o faça.

A questão de o artista estar dentro da política, ou das lutas partidárias, não é recente, pois as obras dos artistas se comunicam com outras esferas da vida social. No entanto, atualmente, muito além da questão dos conteúdos das obras estarem limitados ou não às vontades de grupos políticos, o artista passa a ocupar e a defender uma posição política individual (não necessariamente ocupando um cargo político, mas defendendo um pensamento ou um segmento político), tornando-se, assim, um “intelectual engajado com o destino nacional” (*idem*, 2007, p.188) no que se refere à gestão pública da cultura. Essa crescente participação do artista enquanto elemento ativo na política, além de suscitar tantas outras análises, reforça, ainda mais, a visão do quanto a cultura está muito ligada ou é muito dependente do poder público.

Em artigo publicado (de Portugal)<sup>9</sup>, o colunista António Pinto Ribeiro, ao citar uma série de exemplos de artistas engajados com causas políticas, mostra como os artistas podem ocupar os dois campos: o da cultura e o da política, e afirma: “Só por ingenuidade ou ignorância ou demagogia ou oportunismo se pode impor a todos os artistas o compromisso com apenas um dos campos”. Essa declaração resume a ideia do ex-coordenador de cultura e serve de base para análise do restante de seu depoimento:

O secretário justificou a sua falta de apoio ao São João porque ele disse que não ia financiar forró de *plástico*! Mas isso não é resposta. E a cidade vai perder? Não, o São João então era a Petrobras, era Chesf, era o Ministério das Cidades, era o Ministério do Turismo. Por quê? Porque o governo do estado não deu um centavo. Por quê? Porque não desceu do palanque! O governo do estado não desceu do palanque quando a matéria é Campina Grande, principalmente na área cultural. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

No depoimento acima, o ex-coordenador termina colocando um exemplo que envolve o artista, o político e a posição política. O então secretário de cultura do estado da Paraíba, Chico César, também artista (cantor/compositor/instrumentista) demonstrou claramente uma posição política quando decidiu não financiar a festa tradicional de Campina Grande: o Maior São João do Mundo. Deixando de lado o partidarismo explicitado na visão do ex-coordenador de cultura, o que se observou foi uma decisão ligada à concepção política de como devem ser gerenciados os recursos financeiros para o apoio de festas e eventos culturais no Estado. O então secretário estadual de cultura tomou decisões com base na concepção de cultura que ele partilha com o governador e o grupo político que o indicou, ou seja, a discordância em apoiar uma festa em que se tem o tipo de *forró estilizado* como carro-chefe, e não o *forró popular* ou *regional*. Nesse exemplo estão em jogo elementos tais como os conceitos de *cultura popular* e de *cultura legítima*,

---

<sup>9</sup> Ver artigo completo: <http://www.publico.pt/cultura/noticia/artistas-e-politica-1576710>

e os embates entre o poder da indústria cultural e a idéia que os atores envolvidos na produção, circulação e consumo de cultura têm da função financiadora da cultura pelo Estado. Dele se depreende que as relações entre cultura e desenvolvimento dependem também da consideração das dinâmicas da esfera política e implicam na consideração dos modelos de sociedade defendidos na esfera pública.

As entrevistas seguem focalizando a relação entre a demanda de cultura e a produção cultural em Campina Grande. Vejamos abaixo o quadro 25, no qual se apresentam os dados:

**Quadro 24 - Relações entre demanda e produção cultural em CG**

CLASSE TEMÁTICA	CATEGORIA	CONTEÚDOS	f
Produção cultural	Relação entre demanda e produção cultural	Existe demanda	2
		A demanda precisa ser mais incentivada	5
		A existência de uma demanda exige uma diversidade de atividades	3
<b>TOTAL</b>			<b>10</b>

Através dos resultados apresentados no quadro 25 e dos depoimentos abaixo, podemos concluir que, na visão geral dos representantes do poder público, existe uma demanda ainda não consolidada como se deseja:

Demanda existe. Agora, não se pode impor cultura popular. Muitos criticam que o São João de Campina Grande é constituído pelo “fórró de plástico”, que é o fórró

estilizado, de bandas como Calcinha Preta. Mas a questão é essa! A questão é que não se pode obrigar o povo a gostar de ouvir somente as músicas de Flávio José, por exemplo. O que se pode é criar iniciativas para colocar à disposição do povo a cultura local também. Daí, mais uma vez, a importância disso começar na escola. Construir o conhecimento local, disseminar, construir na criança a noção da estética, da sensibilidade para a cultura local. (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

Olhe, para além dos principais eventos, Campina Grande tem um potencial de demanda para as outras atividades culturais. Agora, é necessário fortalecer mais essa demanda, dar mais espaço para a diversificação de manifestações culturais. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

O que falta é uma conscientização da cultura que é produzida aqui. Campina Grande tem um público muito eclético. Um público que vai consumir da banda de forró mais estilizada ao cantor ou poeta popular. Também eu acho muito equivocado pensar a cultura de forma padronizada, de que vai ser um único estilo cultural e educar a criança a recepcionar apenas um modelo cultural, isso é uma aculturação. Não concordo. Penso que Campina Grande tem um público variado, que pode consumir das mais diversas manifestações culturais. Porém, eu defendo que esse público tenha consciência de que Campina Grande tem muito mais do que está fácil, consumidamente posto. Campina Grande tem muito mais do que forró. Tem literatura, poesia, música erudita, rock, cantoras líricas, compositores, enfim. Eu acho que não cabe retirar nenhuma manifestação cultural num Estado democrático de direito, num Estado em que nós estamos vivendo de aceitação, de abertura, de tolerância, num Estado líquido, tão flexível, não há que se retirar, há que conscientizar, levar à uma conscientização cultural no aspecto de que é melhor você aceitar a sua cultura tendo a consciência de que ela é uma das diversas culturas que o seu lugar pode oferecer. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

As falas acima citadas contêm, de modo subjacente, a ideia de que há uma desvalorização da cultura, da produção artística local. O que está em jogo é a dinâmica da indústria cultural, que, de certo modo, impõe o gosto e o consumo de certos produtos em detrimento de outros. Os efeitos dos

mecanismos determinantes do mercado da cultura vêm à tona quando se discute a gestão pública da cultura, colocando na ordem do dia a necessidade de delinear os limites e direções da atuação do estado na dinâmica mais geral da esfera da produção, circulação e consumo de produtos artísticos. De certa maneira, é com relação inclusive com as concepções de cultura em si e de suas relações com o desenvolvimento que essa discussão se coloca.

Olivier Donnat (2007) apresenta um elemento que está na origem do problema da forte desigualdade de demanda:

Temos que lembrar, e talvez isso seja evidente para muitos, que o “desejo de cultura” não é algo espontâneo, nem natural, mas alguma coisa que deve ser fruto de uma educação, de uma familiarização precoce. Ele não nasce espontaneamente (2007, p.12).

Quando a ex-secretária de cultura afirma que não se pode “impor cultura popular”, denotando a fraqueza, ou talvez, a pouca visibilidade dessa cultura, ela compreende que o gosto por esse estilo não se constrói da noite para o dia, mas sim, a partir de iniciativas que permitam a aproximação dos indivíduos com uma produção cultural normalmente socialmente desvalorizada e invisibilizada. Mais uma vez, a educação é colocada como suporte básico nesse processo. Como podemos ver, o potencial da cultura enquanto instrumento de produção de desenvolvimento no sentido *lato* depende da confluência de um amplo espectro de fatores. Não se trata apenas de criar políticas públicas de apoio à produção e circulação das manifestações culturais que já possuem demanda consolidada, ou seja, as políticas de oferta não podem necessariamente se submeter à demanda, na medida em que esta não é espontaneamente produzida, mas o efeito da dinâmica da indústria cultural, segundo a qual o que se produzirá e consumirá em termos de produtos culturais têm um caráter predominantemente unidimensional.

A discussão sobre multiculturalismo e as conseqüências complexas da submissão do estado e da sociedade à orientação do mercado é relevante

quando se focaliza o papel que a cultura pode exercer na produção do desenvolvimento, aqui definido nos termos de Sen (2000) - garantia de condições para o atendimento das necessidades das comunidades, incluindo desde as mais básicas até as mais sofisticadas, como a de liberdade e autonomia e de auto-expressão simbólica.

Com o interesse de investigar como a dimensão econômica da cultura se encontra em Campina Grande, a partir das visões dos representantes do poder público ora entrevistados, perguntou-se de que forma é possível visualizar essa dimensão nas políticas culturais da cidade. Vejamos a visualização das categorias citadas no quadro abaixo apresentado:

**Quadro 25 - Participação da cultura na economia de Campina Grande**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Economia e Cultura	Participação da cultura na economia de Campina Grande	Contratação de artistas	3
		Profissionalização	2
		Eventos que geram empregos diretos e indiretos	4
		Movimento do comércio/compras de produtos para confecção de artefatos usados em oficinas e apresentações/restaurantes/hotéis	2
<b>TOTAL</b>			<b>11</b>

Como veremos a seguir, a exemplo do observado nas falas dos artistas entrevistados, Eneida Agra cita o *São João*, criticando a grande ênfase que é dada apenas a esse evento como exemplo da dimensão econômica da cultura na cidade de Campina Grande. Não concorda com a redução da importância

da cultura apenas em termos econômicos, mas reconhece seus efeitos em termos de geração de renda e emprego, a partir da contratação de artistas e demais profissionais, bem como o movimento da rede hoteleira e gastronômica durante eventos artísticos em geral, a exemplo também do *Festival de Inverno*:

O povo só fala no São João. Primeiro eu quero deixar claro que, infelizmente, temos essa visão reducionista da cultura como “fonte” de renda, de mercado, de rendimento. Mas eu acho assim: a partir do momento que se colocam 140 músicos de Campina Grande que mostram o seu trabalho, que tocam, que ganham, isso já é importante. Um evento como o Festival de Inverno, por exemplo, envolve muitas pessoas trabalhando e ganhando, desde a pessoa que monta o palco, carrega o cenário, até o artista, passando pelos hotéis e pousadas, pelos restaurante e pela Vila do Artesanato. Se é para discutir mercado, o Festival de Inverno também faz isso! (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

Já o ex-coordenador de projetos culturais faz uma distinção entre duas possibilidades que a cultura assume em Campina Grande: uma enquanto inclusão social e outra enquanto desenvolvimento econômico, citando os eventos culturais. Em sua fala ele procura ressaltar o lado inclusivo da cultura e a questão da *alfabetização cultural*.

A cultura em Campina Grande pode ser pensada a partir de duas matrizes: uma enquanto possibilidade de inclusão social, outra enquanto possibilidade de desenvolvimento econômico. Campina Grande é uma vanguarda em aspectos culturais, e isso tem possibilitado o desenvolvimento econômico, quando da realização de grandes eventos, a distribuição de projetos culturais para outras regiões da cidade, no momento em que, digamos, um grande evento sai do centro e vai para a periferia, no momento em que um projeto de alfabetização cultural por meio do teatro sai do grande centro e vai para os bairros, promovendo o quê? Promovendo tanto a pedagogia cultural quanto a alfabetização por parte da arte. Então isso gira no aspecto econômico da cidade porque desenvolve produções artísticas, os artistas vendem os seus produtos, o comércio se movimenta em virtude da crescente busca de produtos para confeccionar e fabricar os artefatos que serão necessários para as oficinas, para os espetáculos. Tudo isso faz com que a cultura seja um dos principais alimentos para gerar tanto o projeto da

inclusão social quanto também desenvolver a economia local. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos da Secult-CG).

Ainda sobre a dimensão econômica da cultura, perguntamos também sobre a importância de pesquisas e indicadores do potencial da economia criativa local. Vejamos trechos das falas dos gestores entrevistados:

Não se tem conhecimento sobre nenhuma realização de pesquisas sobre o impacto da cultura em Campina Grande. Tentou-se fazer um mapa da cultura campinense através da distribuição de 56 formulários nas Asabs, e somente 3 foram recebidos. Para se fazer um mapa cultural da cidade, é preciso um especialista de São Paulo, que viria para Campina Grande, mas teria que ter hospedagem, alimentação, passagem aérea, cachê e formar uma equipe. E para uma secretaria com um ano, isso era para ter feito pela Educação que passou 7 anos com a secretaria de cultura. Eu fiz o diagnóstico das comunidades, como Jeremias, Pedregal, Catolé do Zé Ferreira, Zé Pinheiro, Cuités, Palmeira. Cada comunidade tem um perfil. Por exemplo, Jeremias é considerado como um bairro violento e é o “carro-chefe” das drogas, tanto o Jeremias como o Pedregal. Mas eu não tive problemas nessas comunidades. Fomos muito bem recebidos. Porque também isso não é um trabalho de “invadir”, não é pegar um carro, chegar lá e começar a tocar e dançar. A gente passa uma semana, visitando as escolas, as associações de bairros, fazendo reuniões, mostrando o que é, por exemplo, a Ciranda da Cultura, a importância, dando cursos. Teve um curso que se inscreveram 150 pessoas! Então veja: as pessoas são carentes de cultura. As pessoas querem cultura! Querem sair de suas casas com suas cadeiras e colocá-las na praça para assistir a teatro! . (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

Na fala de Eneida acima citada vemos duas contradições, indicativas da vulnerabilidade da crítica exercida, formuladas pelos gestores e artistas também: a primeira, a ideia de que para executar o mapeamento da produção cultural local seria necessário contratar um especialista de fora. A respondente parece desvalorizar ou desconhecer o potencial, presumivelmente mobilizável, por exemplo, de pesquisadores das universidades públicas atuantes no nível do município, para a realização da tarefa definida como relevante para a

formulação das políticas públicas de cultura para a cidade; a segunda, a própria confusão entre o mapeamento da produção e a divulgação das atividades de cultura promovidas pela secretaria. A *Ciranda Cultural*, por exemplo, não se refere à necessidade de uma cartografia da produção cultural e das demandas relativas a essa área no âmbito dos bairros de CG.

Fazendo uma ponte entre a questão da dimensão econômica da cultura e sobre as pesquisas que comprovam tanto os benefícios econômicos quanto os sociais, e até mesmo as pesquisas que apontam para as necessidades sócio-culturais, como a ex-secretária exemplificou, isso faz recordar uma crítica de Milton Santos ao afirmar que, no Brasil, permanece forte a idéia de que a economia resolve os problemas, mas que os economistas não têm noção do que é o espaço, produzindo teorias deslocadas da realidade territorial e que por isso mesmo suas soluções não tem resultados eficazes (2002, p.36). Ou seja, antes de observar o lado econômico, é necessário conhecer a realidade que viverá esse “lado”, e as pesquisas podem ajudar nesse sentido. E essa é justamente a lógica que a ex-secretária, Eneida Agra, desenvolve ao longo de quase todos os seus depoimentos. Vejamos o depoimento de Herry Charriery, o ex-coordenado de projetos culturais:

É fundamental para que os projetos culturais não sejam projetos vazios, vagos, soltos da realidade. Porque vemos, nós estamos numa secretaria que a sua proposta de criação não é nova, há muito tempo que o prefeito Veneziano tinha essa intenção, mas compete ao poder legislativo deliberar a lei de criação da secretaria. Então quando ela foi criada em 2011, ela foi criada numa situação bastante, digamos, complicada, e ao mesmo tempo, desconfortável. Porque era uma secretaria criada numa cidade de um potencial cultural muito grande, mas que era preciso primeiro fazer um estudo para saber onde estavam as manifestações culturais, fazer um mapeamento, e nós fizemos. Então cabe para as novas gestões públicas fazer os primeiros estudos sobre as realizações culturais que nós conseguimos fomentar. É preciso fazer parcerias com universidades também nesse sentido. Era um pouco desconfortável a gente criar esses tipos de estudos, pesquisas, nesse contexto de criação de secretaria porque as demandas passaram a crescer e, sobretudo a expectativa dos segmentos culturais de ver a secretaria funcionar. Então era muito mais viável para o poder público, para a sociedade, ver os projetos e as

ações serem executadas do que a própria sociedade ser chamada a vir responder como a cultura estava funcionando. Porque antes dessa secretaria você perguntava a respeito de cultura e a sociedade respondia: “São João”. Hoje não, hoje você já pode ver uma sociedade que tem um leque de oportunidades de artes, práticas culturais, mas que amanhã ela pode ser questionada como ela vem recepcionando as iniciativas culturais do poder público municipal e quais são as suas expectativas. Então no momento em que a secretaria foi criada, nós não tínhamos esse fôlego para fazer esses questionamentos, porque era muita ansiedade para ver a secretaria funcionar. A professora Eneida Agra, uma conhecedora dos bairros de Campina Grande, ela precisou fazer um estudo para saber, por exemplo, como a Ciranda da Cultura poderia chegar ao Jeremias. Primeiro é preciso conhecer a comunidade e outra coisa muito importante: antes da realização da Ciranda da Cultura, tinha reunião com o bairro, com os artistas locais, com professores que iriam oferecer oficinas para saber como seria a recepção e qual seria a expectativa. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

O ex-coordenador de projetos culturais entrevistado dá um exemplo emblemático de como a esfera da política tem o poder estruturante sobre a esfera da cultura: justifica a ausência de pesquisas mais sólidas pelo fato da criação da secretaria ser tão recente, compreendendo que a sociedade estava muito mais interessada em ver ações políticas do que ser consultada para construção de pesquisas. Assim, vemos a questão da política falando mais alto do que a preocupação em formular e consolidar uma política cultural para a cidade com base em sua realidade. Reconhece a pertinência e importância de fazer parcerias para a construção de pesquisas sobre a cultura na cidade de Campina Grande, pois isso possibilitaria a integração de competências, mas a fala da ex-secretária demonstrou uma direção oposta a essa concepção.

A fala do ex-coordenador entrevistado também demonstra um forte viés político partidário, que fica mais do que claro quando afirma o antes – em que a sociedade resumiria a cultura de Campina Grande ao São João – e o depois, o que seria devido às ações políticas da gestão de 2011, em que a sociedade conseguiria *ter acesso a um leque maior de opções de atividades culturais*. As falas dos artistas, acima apresentadas, indicam uma realidade diferente dessa descrita por Herry Charriery.

Considerando que todos os conteúdos anteriores, analisados a partir dos resultados apresentados nas tabelas, são partes importantes para a discussão sobre as concepções locais da relação entre política cultural e desenvolvimento, passamos para questões mais diretas e gerais sobre o tema. Perguntamos como os representantes do poder público viam a influência da cultura no processo de desenvolvimento e apresentamos uma síntese dos resultados no quadro abaixo:

**Quadro 26 - Influência da cultura no desenvolvimento**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Cultura e Desenvolvimento	Influência da cultura no processo de desenvolvimento	Cultura determina o desenvolvimento	3
		Revolução cultural para o desenvolvimento	2
		Recuperação da cidadania e auto-estima	3
		Profissionalização/auto-sustentabilidade	1
<b>TOTAL</b>			<b>9</b>

Os resultados do quadro apontam para a interpretação de que entre os gestores entrevistados as concepções da relação entre cultura e desenvolvimento parecem estar formuladas tomando como referência mais a ideia de *desenvolvimento humano* do que a visão de desenvolvimento enquanto crescimento econômico. Assim, a cultura influenciaria o processo de desenvolvimento em termos muito mais sociais e humanos do que em termos econômicos. Os conteúdos de profissionalização e sustentabilidade econômica

como fator influente da cultura só foi citado apenas uma vez. O depoimento da ex-secretária, Eneida Agra, é bastante enfático e claro ao afirmar que a dimensão econômica não determina o desenvolvimento, mas sim, a cultura. Vejamos todos os depoimentos:

Há uma interpretação equivocada quanto ao desenvolvimento, que é pensar que a economia que faz o desenvolvimento. Não é! A cultura sim, é que determina o desenvolvimento. A economia está dentro dele, mas não é ela quem o determina. O desenvolvimento tem que ser mais humanístico, tem que ter alma, já dizia Celso Furtado que o desenvolvimento é “desalmado”. Deve-se haver uma revolução cultural no Brasil. O projeto cultural tem que ser agregador, trabalhar com todas as áreas: com saúde, com educação, com ecologia, com planejamento (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

Primeiro formando o cidadão com uma visão plural. A gente vive hoje num mundo pós-contemporâneo e o maior desafio é a questão da tolerância, de conviver com o diferente, com a divergência. E a cultura é um elemento que valoriza efetivamente essas concepções do mundo de forma plural e diversa. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

Então, de que forma é possível pensar a cultura como uma proposta de desenvolvimento social e econômico? Pensá-la permanentemente, profissionalizando-a, trazendo o artista e o povo para que pense a cidade do início do ano até o último dia do ano. De que forma? Promovendo oficinas, promovendo encontros de conscientização de práticas culturais, profissionalizando-a, dando incentivos financeiros para que as suas manifestações das mais variadas saiam do centro e passem para os bairros, porque a sociedade também precisa consumir. Pensar dessa forma é pensar que a cultura ela pode ser um instrumento de socialização e sociabilidade, porque ela sai do centro, do consumo elitizado a passa a ser adotada e consumida por outros segmentos sociais, e isso também é desenvolvimento. Então na medida em que a cultura é pensada como instrumento de educação também, de pedagogia, eu acho que a economia também tende a crescer, a cultura tende a trazer desenvolvimento. A sociedade civil, ela ainda adota a cultura enquanto sendo um instrumento de cidadania. Se você perguntar: “É mais importante um museu com artefatos da história, da memória de uma cidade ou um museu sobre uma indústria

de látex?” Quer dizer, são duas coisas importantes, mas no imaginário popular você vai encontrar que o desenvolvimento, para muitos, é o desenvolvimento econômico. Mas onde fica o desenvolvimento cultural? O desenvolvimento da história da educação do povo? A sociedade civil não está ainda, acostumada a adotar o determinado princípio de que cultura é também uma forma de desenvolvimento moral, ético, educacional e cidadão. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

Continuando com os dados relativos às concepções da relação entre cultura e desenvolvimento entre os sujeitos do segmento dos gestores, perguntou-se sobre de que maneira é possível visualizar a participação da cultura no processo de desenvolvimento especificamente na cidade de Campina Grande. Confira os resultados no quadro 28 abaixo:

**Quadro 27 - Participação da cultura no desenvolvimento de CG**

<b>CLASSE TEMÁTICA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>f</b>
Cultura e Desenvolvimento	Participação da cultural no desenvolvimento de Campina Grande	Inclusão social	9
		Geração de renda	4
		Formação cidadã	8
		Formação mais humana	2
		Promove bem-estar	2
<b>TOTAL</b>			<b>25</b>

O conteúdo mais citado foi o da “inclusão social”, seguido, do conteúdo da “formação cidadã”, e o conteúdo da geração de renda. É interessante observar o conteúdo sobre a “promoção do bem-estar”, mais uma vez confirmando a preponderância dos aspectos subjetivos na avaliação dos efeitos que a cultura pode causar. Vejamos os depoimentos:

Uma secretaria que tem um ano, não deu para se fazer muito. Mas ainda assim participamos da criação do *Parque Popular* que vai se fazer nas Malvinas, que vai ter muitas coisas, vai ter teatro, vai ter tudo. Então, participamos de reuniões, demos opiniões, assinamos o projeto. Agora, o próximo gestor, que terá quatro anos, terá mais possibilidades. Mas, para além dessa ação maior, realizamos outras ações que contribuíram para um tipo de desenvolvimento mais social, como eu já disse, com atividades visando a formação cidadã, o bem-estar nas comunidades. E também tem a contribuição dos eventos. (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

É possível, sim, perceber. É possível perceber, por exemplo, o crescimento do São João de Campina Grande. Isso é uma marca, afinal o São João é considerado a maior festa popular do interior do Nordeste. Ainda que se tenha críticas sobre o formato ou sobre o distanciamento das raízes mais próprias da identidade do povo no São João de Campina Grande. Essa é uma realidade de todas as grandes festas populares. Caruaru também passou por essa fase. E aí hoje você tem essa festa popular como uma marca registrada da cidade. Então, efetivamente, não há como deixar de considerar o impacto que o São João, essa festa cultural, tem para o desenvolvimento local, com o desenvolvimento da rede hoteleira, com a inclusão de pessoas no mercado de trabalho naquele período, com a vinda de turistas, com a divulgação da cidade em outros estados, regiões e até outros países, o que favorece, inclusive, até o diálogo em outras áreas, como na área empresarial, área da indústria. Então, a política de cultura também serve para estabelecer esses pontos de desenvolvimento. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

Vejamos: numa cidade que vive, ou que vivia, somente de eventos esporádicos, como o São João, como nós tínhamos a Micarande (que não temos mais), e que antes ou após o São João não se falava mais em desenvolvimento de ordem cultural, porque era uma cidade de eventos. Campina Grande agora não pode ser vista

como uma cidade de eventos, mas como uma cidade de realizações culturais diariamente, não é verdade? Então isso fica muito demarcado quanto uma impossibilidade de avançar no aspecto cultural: ver a cidade tendo um evento isolado, e quando se encerra, morre. Hoje a cultura promove bem-estar. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

Dentre os três depoimentos anteriormente trazidos, o do ex-secretário entrevistado é o que menciona mais a dimensão econômica da cultura, apontando para os efeitos inclusive em termos de ampliação dos negócios e do intercâmbio empresarial.

Sentindo a necessidade de mais informações sobre essa variável, os depoimentos se estenderam para a questão *do que ainda falta a ser feito para que a cultura se consolide, de fato, como um instrumento primordial para qualificar o desenvolvimento da cidade*. Confirmamos os depoimentos:

Pelo que o desenvolvimento de Campina Grande vem alcançando, nos últimos cinco anos, nós percebemos que a cultura, ela precisa ser ampliada, mas, sobretudo os equipamentos para que ela possa fluir. E isso faz com que o poder público seja duplamente responsável. Não apenas o principal, que é o Teatro Severino Cabral, mas também fomentar os já existentes. Eu penso que futuramente Campina Grande vai ter que criar novos equipamentos culturais. Mas também não adianta criar, por exemplo, um museu em cada esquina, não adianta criar teatro em toda esquina, se não tiver instrumentos para sua própria funcionalidade. Nós temos dois novos museus, como importantes iniciativas da Universidade Estadual da Paraíba, mas é também é importante se perguntar como estes museus vão funcionar, o que é que esses museus vão oferecer e como eles vão dialogar com a sociedade. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

O ex-coordenador de projetos culturais toca em um ponto bastante relevante, que é justamente um dos equívocos da política cultural que visa a democratização cultural, em supor que o fato de criar novos equipamentos e novas oportunidades de contato do público com as obras culturais bastam para que camadas sociais diversas sintam-se como parte de toda cultura que é

produzida. Daí que o problema exige uma reflexão mais ampla, tendo em mente a visão de um desenvolvimento em que suas múltiplas dimensões estejam integradas (educação, cultura, economia, etc.).

Olivier Donnat, falando do principal desafio da política cultural que é encontrar um equilíbrio entre os objetivos da oferta e da demanda, diz que não há nenhum mecanismo que comprove que criar equipamentos culturais garante a criação de uma demanda, pois ele recorda que, se um novo equipamento passa a funcionar sem uma política de educação ou mediação, as pessoas que mais aproveitarão serão as que já têm o “desejo de cultura” (2007, p.12). E isso, definitivamente, não é desenvolvimento por meio da cultura, pois outros grupos estão excluídos. Vejamos o depoimento do ex-secretário Flávio Romero sobre a criação de um órgão específico para a cultura no município de Campina Grande:

O que faltava era exatamente uma unidade de secretaria que pudesse articular, estabelecer um diálogo de forma mais próxima com a sociedade civil. Acho que a Secretaria de Cultura de Campina Grande carece fortalecer essa sua identidade. Na gestão de Veneziano ela teve pouco mais de 1 ano, ou seja, é muito pouco para ela se consolidar. E terminou a professora Eneida, na qualidade de secretária de cultura, dando encaminhamento aos projetos que ela já tinha como iniciativas privadas. Ou seja, não houve, assim, um grande diferencial no que diz respeito à Secretaria de Cultura. Foi criada, isso pra mim é um fato histórico que ninguém pode negar, mesmo a oposição, mesmo situação, qualquer cidadão que tem um vínculo com a cultura sabe realçar essa importância. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

O ex-secretário, Flávio Romero, afirma que faltava um órgão individual para a cultura começar a ser pensada como instrumento de desenvolvimento. E a ex-secretária de cultura, Eneida Agra, afirma que falta uma política cultural formulada, incluindo a sociedade civil nesse processo (por meio do Conselho de Cultura), mas também admite que é necessário agir: agir em favor da profissionalização do artista, distribuir cultura em todo o espaço da cidade e, assim, por meio da “pedagogia cultural”, iniciar um processo de transformação contribuinte para o desenvolvimento:

O que falta? Falta mais política cultural, de fato. Ainda não existe nem mesmo uma política cultural formulada, mas a criação da secretaria é recente, bem como a criação do Conselho Municipal de Cultura. Agora, com o auxílio do conselho, é que se vai iniciar o processo de uma formulação oficial da política cultural. Por ter vários segmentos da sociedade no conselho, isso se torna um ato democrático. O conselho é o principal ator na formulação da política cultural. Em novembro, haverá a Conferência Municipal de Cultura, onde muitas coisas da política cultural serão postas e definidas. Também é necessário profissionalizar o artista, levar a cultura para a periferia, e por meio da pedagogia cultural iniciar um processo de transformação que contribuirá para o desenvolvimento. (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

Julgando a participação da cultura como peça-chave no processo de desenvolvimento, seja como instrumento social e humano ou como instrumento econômico (ou os dois juntos), e com o objetivo de investigar mais detalhes sobre essas relações, questionamos os representantes do poder público sobre o que justifica o investimento em cultura numa cidade como Campina Grande. Vejamos os depoimentos:

Primeiro, a questão da formação cidadã. Acho que não se pode trabalhar, por exemplo, educação sem considerar a cultura. Então, a cultura é um elemento de formação cidadã. E nós que acreditamos na educação, sobretudo a educação pública, que é a que eu represento e defendo de forma mais aguerrida, a educação pública ela seja cada dia mais de qualidade social, democrática e inclusiva. E pra ela ser de qualidade social e para ela ser inclusiva, a educação, tem que ter uma interface muito importante com a cultura. E nós tivemos a oportunidade, com a Secretaria de na Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande, fazer um trabalho muito articulado com a cultura, razão pela qual os Pontos de Cultura aprovados em Campina Grande, todos tinham relação com a Secretaria de Educação, porque era uma política intersetorial. (Flávio Romero, ex-secretário da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

Ah, os benefícios que a cultura traz são muitos. Além do fato das apresentações culturais, a parte artística em si, cultura traz bem-estar, levanta a auto-estima das pessoas

e as conseqüências disso são várias: desde o estímulo para a busca de conhecimentos diversos até a uma minimização na violência. Então a gente tem que pensar que investimento em cultura não é só gastos com artes, é muito mais que isso, é um investimento na sociedade. (Eneida Agra, ex-secretária da Secult-CG).

Campina Grande é uma cidade que já é um celeiro cultural há muito tempo. Agora estamos diante de novas demandas, de novas exigências, como, por exemplo, a sistematização de uma política cultural. O Maior São João do Mundo é, digamos, é o cartão postal da cidade. Mas Campina Grande tem outras facetas culturais. Campina Grande não é apenas o Maior São João do Mundo. Mas é também palco para realizações teatrais, musicais, de dança. Daí que temos razões suficientes para se investir nessas áreas. (Herry Charriery, ex-coordenador de projetos culturais da Secult-CG).

Percebe-se, portanto, que os representantes do poder público não negam que a cultura seja um elemento importante no processo de desenvolvimento da cidade de Campina Grande. E justificam isso a partir de duas matrizes: uma que se trata do lado mais humano e antropológico da cultura (benefícios sociais, como formação cidadã e identitária, inclusão, elevação da auto-estima) e outra, com menor ênfase, que se trata do lado mais prático e sociológico (produção e circulação de produtos ou atividades culturais).

Por um lado, os depoimentos ressoam as orientações ou políticas que vêm sendo disseminadas há muito tempo pelo Ministério da Cultura. Nossa pesquisa aponta para as concepções das relações entre desenvolvimento e cultura dos segmentos dos artistas e dos gestores públicos; pesquisas posteriores poderão trazer dados sobre o segmento dos empresários e dos outros segmentos de habitantes da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho como este não tem a pretensão de criar uma ideia fechada sobre as múltiplas relações entre cultura e desenvolvimento, mas sim de apresentar um conjunto de diálogos transversais sobre estas relações e as concepções dos atores sociais envolvidos em sua construção.

A cultura sempre teve participação no chamado processo de desenvolvimento, ainda que ela não estivesse claramente exposta. Agora, a diferença é que, além do discurso do seu valor simbólico para o fortalecimento de uma identidade, o discurso do seu valor enquanto potencial transformador social tem ganho uma crescente ênfase.

A partir desse trabalho, percebemos que, em Campina Grande, a percepção da cultura enquanto elemento de transformação social permeia os discursos dos gestores públicos e artistas. O levantamento de dados nos documentos e através das entrevistas com atores institucionais e envolvidos com atividades artísticas indicou um hiato entre a dimensão do potencial da cultura enquanto elemento da dinâmica econômica e da mudança social e o espaço nos documentos e nos orçamentos públicos analisados. Dentre as dificuldades que explicam o espaço e o investimento público e privado ainda pequenos da cultura no município foram citadas a inexistência de estudos prospectivos favoráveis da rentabilidade das atividades artísticas locais, a insuficiência de dotação orçamentária e a desvalorização da produção local pelos próprios cidadãos de Campina Grande.

Os representantes do poder público entrevistados revelaram ainda ter certo receio em associar a capacidade transformadora da cultura com a dimensão econômica da mesma, pois corre-se o risco disso ser compreendido como uma redução da cultura a um produto qualquer. No entanto, ao mesmo tempo, notamos um esforço para a busca de conhecimentos e esclarecimentos sobre esse papel que a cultura parece assumir cada vez mais.

O investimento em cultura com vistas para o desenvolvimento é visto como válido pelo grupo de atores sociais entrevistados porque ela é um

instrumento carregado de conhecimento, o que pode ser potencializado para a transformação dos indivíduos, fazendo com que os mesmos reflitam sobre suas realidades, tracem metas e busquem caminhos para atingi-las, podendo alimentar “o processo de expansão das liberdades reais”, julgado tão necessário para o desenvolvimento como idealizado, por exemplo, por Amartya sen (2000).

Uma tendência observada nas entrevistas dos artistas foi a de não demonizar a associação da cultura com a economia. Notamos que eles estão conscientes de que seus talentos tanto têm valor simbólico como também preço no mercado das artes. Eles não estão presos à da cultura produzida apenas por *amor*. Agora, além de por *amor à arte*, pratica-se a cultura porque ela fortalece raízes, informa e transforma e que, por isso mesmo deve ter o reconhecimento simbólico, social e econômico.

Dentre as possibilidades de desdobramento dessa pesquisa, gostaria de destacar a necessidade de mais dados sobre o setor dos empresários locais e regionais, no que se refere a sua percepção da cultura enquanto elemento potencializável para o crescimento econômico e para a produção do desenvolvimento. Outro aspecto importante a ser objeto de futuras pesquisas é o segmento dos cidadãos comuns, no que se refere às suas concepções do papel da cultura em suas experiências cotidianas e como esfera de investimento para a melhoria da qualidade de vida da população. Estudos das características da demanda, em seus aspectos objetivos e subjetivos, podem fornecer elementos para que pensemos a relação mais geral da cultura com desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias.** In: Instituto Millenium, 2009. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>> Acesso em: 10/03/2013.

ARAÚJO, Herton Ellery; SILVA, Frederico Barbosa (Org.). **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania.** Brasília: IPEA, 2010.

ARENDT, Hannah. **O que é política.** Editoração eletrônica: Imagem Virtual Editoração Ltda., 2002. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/edgararruda/o-que-politica-hannah-arendt-8297186>> Acesso em: 04/06/2012.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural. In: RUBIM, Linda (org.) **Organização e Produção da Cultura.** Salvador: Edufba, 2005.

\_\_\_\_\_, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura.** Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2007.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e política pública.** *SciELO*, v 15. n°2, abr/jun, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>> Acesso em: 10/08/2011.

\_\_\_\_\_; FIORE, Maurício. **O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo.** Centro de Estudos da Metrópole, 2005.

\_\_\_\_\_; **Democratização cultural hoje.** In: Acesso à Cultura e Promoção da Cidadania – Seminário Internacional de Democratização Cultural. Instituto Votorantin, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Tradução: Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/26294072/BOURDIEU-Pierre-A-distincao-critica-social-do-julgamento>>. Acesso em: 28/08/2012.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento.** São Paulo : Itaú Cultural ; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais: situação nacional e contrapontos Latino-americanos. In: MARCO, Kátia de; REIS, Ana Carla Fonseca (Orgs.). **Economia da Cultura: ideias e vivências**. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

\_\_\_\_\_. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia (Org.). **Políticas culturales en América Latina**. México: Grijalbo, 1987.

CASTRO, Jorge Abrahão de. O ciclo de políticas públicas. In: **VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas**. Oficina 2: O ciclo das Políticas Públicas. Disponível em: <[http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos\\_presenciais/VI\\_semana\\_AOFC/P/material/Slide\\_Of\\_02\\_Ciclo\\_Políticas\\_Publicas.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/VI_semana_AOFC/P/material/Slide_Of_02_Ciclo_Políticas_Publicas.pdf)> Acesso em: 06/09/2012.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. In: **SCIELO – Estudos Avançados**, vol.9, n°.23, São Paulo, janeiro-abril, 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141995000100006&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141995000100006&lang=pt)> Acesso em: 10/07/2011.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 1997.

COIMBRA, Laura Belém Navallo. **Fazer cultura: arte e política cultural em Salta, Argentina**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2010.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vol.1, n°2, Universidad de La Laguna, Espanha, 2003. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/1203/PS040603.pdf>> Acesso em: 10/09/2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007, p.11-36.

DIMAGGIO, Paul. In: DURAND, José Carlos Garcia. **Política e gestão cultural: Brasil, USA e Europa**. Relatório de pesquisa, n°13/2000. Fundação Getúlio Vargas - Núcleo de Pesquisas e Publicações, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3215>> Acesso em: 10/08/2012.

DONNAT, Olivier. **Democratização cultural hoje**. In: Acesso à Cultura e Promoção da Cidadania – Seminário Internacional de Democratização Cultural. Instituto Votorantin, 2007.

DURAND, José Carlos Garcia. **Política e gestão cultural: Brasil, USA e Europa**. Relatório de pesquisa, nº13/2000. Fundação Getúlio Vargas - Núcleo de Pesquisas e Publicações, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3215>> Acesso em: 10/08/2012.

FARIAS, André Luís Assunção de; LIMA, Lívio Oliveira Adelino de; TRINDADE, Urânia Catão Maribondo da. **Agência Municipal de Desenvolvimento – Campina Grande(PB)**. In: BARBOZA, Hélio Batista (Org.). Experiências de Gestão Pública e Cidadania. São Paulo, 2001.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é política cultural**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FÉLIX, Paula; FERNANDES, Taiane. Política cultural. In: ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de (Org.). **Mais definições em trânsito**. Salvador: Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade-Facon–UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf>> Acesso em: 23/10/2011.

FERREIRA, Lusia Angelete; NETO, Manoel Marcondes Machado. **Economia da Cultura: contribuições para a construção do campo e histórico da gestão de organizações culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

FERREIRA, Luzia A. **Políticas públicas de cultura**. In: CALABRE, Lia (Org.). Políticas culturais: reflexões e ações. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

FLORISSI, Stefano; WALDEMAR, Felipe Starosta de. **Economia da cultura: uma revisão da literatura**. In: FLORISSI, Stefano; VALIATI, Leandro. Economia da cultura: bem-estar econômico e evolução cultural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Série Pesquisa. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Revista Planejamento e Políticas Públicas – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nº 21, junho, 2000. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>> Acesso em: 06/06/2011.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Apresentação: Denis Bernardes e Marcos Costa Lima. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

FARIA, Hamilton. Conselhos municipais de cultura: cultura participativa e cidadania cultural. In: CALABRE, Lia. **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

GUERRA, Lemuel Dourado; SILVA, Jairo Bezerra da. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos em debate. In: Brasileiro, Maria Dilma Simões; CORIOLANO, Luiza Neide; MEDINA, Júlio César C. (Orgs.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

HECLO, Hugh. In: FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Revista Planejamento e Políticas Públicas – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n° 21, junho, 2000. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>> Acesso em: 06/06/2011.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. **Defining and measuring human development**. United Nations Development Programme (UNDP), New York: Oxford University Press, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LUSTOSA, Frederico. Instituições, cultura e desenvolvimento sustentável na bacia cultural do Araripe. In: **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n° 1, artigo 9, Rio de Janeiro, março, 2010.

MARKUSEN, Ann; GADWA, Anne. Arts and Culture in Urban or Regional Planning: A Review and Research Agenda. In: **Journal of Planning Education and Research**, 2010.

MARSHALL, Alfred. In: REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri-SP: Manole, 2007.

MELO, Alexandre. Política cultural: ação ou omissão. In: **Observatório das Atividades Culturais**, n°2, 1997. Versão eletrônica. Disponível em: <[http://www.oac.pt/pdfs/OBS\\_2\\_Pol%C3%ADtica%20Cultural\\_Ac%C3%A7%C3%A3o%20ou%20Omiss%C3%A3o.pdf](http://www.oac.pt/pdfs/OBS_2_Pol%C3%ADtica%20Cultural_Ac%C3%A7%C3%A3o%20ou%20Omiss%C3%A3o.pdf)> Acesso em: 12/05/2012.

MILLER, Toby; YÚDICE, George. **Política Cultural**. Série Culturas. Barcelona: Gedisa, 2004.

MULLER, Pierre. In: BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antonio; DELGADO, Nelson Giordano. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: MIRANDA, Carlos; Tiburcio, Breno (Orgs.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

NASCIMENTO, Alberto Freire. **Política cultural e financiamento do setor cultural**. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador-BA, 2008.

OLIVEIRA, Denize Cristina. **Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização**. In: Revista de Enfermagem – UERJ. Rio de Janeiro, out/dez, 2008.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 2000. Disponível em: <[http://unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf)> Acesso em: 10/08/2012.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PFEIFFER, Cláudia Ribeiro. Desenvolvimento e cultura: parâmetros para a reflexão dessa complexa relação. In: Brasileiro, Maria Dilma Simões; CORIOLANO, Luiza Neide; MEDINA, Júlio César C. (Orgs.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

PONTE, Elizabeth. **Por uma cultura pública: organizações sociais, OSCIPS, e a gestão pública não estatal na área da cultura**. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

RAFFESTEN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura: ideias e vivências**. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

\_\_\_\_\_. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri-SP: Manole, 2007.

RUBIANO, Elkin. **Tres aproximaciones al concepto de cultura: estética, economía y política**. In: Signo y Pensamiento, nº49, vol.XXV, julio-diciembre, 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: MARCHIORI, Gisele (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007, p.139-158. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/139/1/Teorias%20e%20politicass%20da%20cultura.pdf>> Acesso em: 05/04/2012

\_\_\_\_\_. **Políticas culturais no Brasil e na Argentina**. Biblioteca do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2006. Disponível em: <[http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas\\_culturais\\_Brasil\\_Argentina.pdf](http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_Brasil_Argentina.pdf)> Acesso em: 10/02/12.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

\_\_\_\_\_; Rubim, Lindinalva Silva Oliveira. Televisão e políticas culturais no Brasil Contemporâneo. In: RAMOS, Natália; RUBIM, Antonio Albino Canelas (Orgs.). **Estudos da Cultura no Brasil e em Portugal**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTOS, Gilson. **Três pilares no conceito secular de cultura**. 2006. Disponível em: <<http://www.gilsonsantos.com.br/html/post-024.htm>> Acesso em: 13 out. 2012.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura: (des) inventando festas e (re) inventando a cidade – 1965 a 2002**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: FERRAREZI, Elisabete; SARAIVA, Enrique (Orgs.). **Políticas públicas – Coletânea – Volume 1**. Brasília: ENAP, 2006.

SAWAYA, Ana Lydia. **Políticas públicas: pontos de método e experiências**. *SciELO*, v. 20, nº 56, jan/abr, São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142006000100010&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142006000100010&lang=pt)> Acesso em: 10/09/2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DA ESPANHA. **Las cifras de La cultura em Espana: evolución de los principales indicadores**. Disponível em: <[http://www.mcu.es/estadisticas/docs/Cultura2002\\_Indicadores.pdf](http://www.mcu.es/estadisticas/docs/Cultura2002_Indicadores.pdf)>. Acesso em: 27/08/2012.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Frederico A. Barbosa da (Coord.). **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília: IPEA, 2010.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias-SciELO**. Porto Alegre, n° 16, jul/dez, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222006000200003&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lang=pt)>. Acesso em: 10/07/11.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia, 2002. Disponível em: <[http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf)>. Acesso em: 05/05/2012.

THOENIG, Jean-Claude.. In: BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antonio; DELGADO, Nelson Giordano. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: MIRANDA, Carlos; Tiburcio, Breno (Orgs.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

TOLILA, Paul. **Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2007.

UNESCO. **Towards a UNESCO Suite of indicators on Culture and Development**. Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, 2009–2010. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Conv2005\\_CDI\\_indicators\\_Literature.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Conv2005_CDI_indicators_Literature.pdf)> Acesso em: 04/05/2012.

VASCONSELOS, Ana Tereza A. Múltiplos olhares sobre as políticas públicas de cultura: artistas, pontos de cultura e Estado. In: **Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2011. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbossa/files/2011/11/Ana-Teresa-Vasconcellos.pdf>>. Acesso em: 05/05/2012.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WEFFORT, Francisco. **A cultura e as revoluções da modernização**. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.

WERNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Tradução: Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru- SP: EDUSC, 2003.

YÚDICE, George. In: COIMBRA, Laura Belém Navallo. **Fazer cultura: arte e política cultural em Salta, Argentina**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **A conveniência da cultura – usos da cultura na era global.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZIVIANI, Paula. **A consolidação dos indicadores culturais no Brasil: uma abordagem informacional.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

## APÊNDICE

**Quadro 1: Evolução histórico-institucional dos órgãos públicos da cultura**

<b>ANO</b>	<b>ACONTECIMENTO</b>
1930	Criação do Ministério da Educação e Saúde (MES); ministro: Gustavo Capanema; ações: apoio à radiodifusão, arquitetura, criação de museus e incursões no artesanato e na questão indígena.
1935	Primeira experiência efetiva de gestão pública que não ocorreu no âmbito federal, mas sim municipal, com a criação do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo. A direção do Departamento de Cultura ficou a cargo de Mário de Andrade.
1937	Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
1938	Criação do Conselho Nacional de Cultura – CNC como órgão de cooperação do Ministério da Educação e Saúde (MES).
1940-1960	Período de fraca presença do Estado no campo da cultura, em que a partir de 1945 houve mais investimento privado nas atividades culturais ligadas à indústria cultural.
1946	Criação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.
1953	Criação do Ministério da Educação e Cultura
1961	Criação do Conselho Nacional de Cultura, o qual foi desvinculado do Ministério da Educação e Cultura, ficando diretamente subordinado à presidência da República.
1962	Retorno da subordinação do Conselho Nacional de Cultura ao Ministério da Educação e Cultura.
1966	Criação do Instituto Nacional de Cinema (INC); criação do Conselho Federal de Cultura - CFC.
1970	Reestruturação administrativa do MEC, em que os conselhos federais de educação, de cultura e de moral e civismo integraram o corpo de órgãos normativos do ministério; criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com maior autonomia administrativa e financeira.
1975	Criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte).

1976	Lançamento da Política Nacional de Cultura.
1979	Criação da Secretaria de Assuntos Culturais.
1981	Criação da Secretaria de Cultura com as seguintes subsecretarias: uma do Patrimônio Histórico e Artístico e outra de Assuntos Culturais.
1985	Criação do Ministério da Cultura.
1990	Transformação do Ministério da Cultura em secretaria; extinção e dissolução de uma série de entidades da administração pública, na qual a área da cultura foi atingida: Funarte, Fundacen, FCB, Pró-Memória, Pró-Leitura e a Embrafilme; criação do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (Ibac) e do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).
1992	O Ministério da Cultura, a Funarte e o IPHAN foram recriados; extinção do Ibac e do IBPC.
2003	Reestruturação do Ministério da Cultura com a criação das seguintes secretarias: Secretaria de Articulação Institucional, a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, a Secretaria do Audiovisual e a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural; transferência da Ancine para o Minc.
2005	Criação do CNPC - Conselho Nacional de Política Cultural.
2009	Criação do SNC - Sistema Nacional de Cultura.

Fonte: criado a partir das informações contidas na obra de Calabre (2009) e no site do Minc.